

VOLUME

4

# HISTÓRIA CULTURAL: ENTRE AS IMAGENS, NARRATIVAS E MEMÓRIAS

## ORGANIZADORES

NEILAINE RAMOS ROCHA DE LIMA

VANESSA SÉVES DE SOUZA

KARLA MARIA DA SILVA

LUANA C. G. CARVALHO



VOLUME

4

COLEÇÃO

ENSAIOS

# HISTÓRIA CULTURAL: ENTRE AS IMAGENS, NARRATIVAS E MEMÓRIAS



Maringá: Edições Diálogos, 2025



Universidade Estadual de Maringá  
Av. Colombo, 5790  
Bloco H-12, sala 16  
Maringá/PR  
CEP: 87020-900  
E-mail: [editoradialogos@uem.br](mailto:editoradialogos@uem.br)

### **CONSELHO EDITORIAL**

Angelo Priori (UEM – Coordenador Editorial)  
Alexandre Fortes (UFFRJ)  
Cláudia Viscardi (UFJF)  
Carlos Alberto Sampaio Barbosa (UNESP)  
Carlos Gregório Lopes Bernal (Universidad de El Salvador)  
Francisco Carlos Palomanes Martinho (USP)  
Gilmar Arruda (UEL)  
Luiz Felipe Viel Moreira (UEM)  
João Fábio Bertonha (UEM)  
José Luiz Ruiz-Peinado Alonso (Universitat Barcelona, Espanha)  
Peter Johann Mainka (Universität Würzburg, Alemanha)  
Ronny Viales Hurtado (Universidad de Costa Rica)

### **COMISSÃO CIENTÍFICA**

#### **Coordenadora geral:**

Neilaine Ramos Rocha (UEM)

#### **Equipe:**

Ailton Jose Morelli (UEM)  
Alex Aparecido da Costa (UEM)  
Davi A. S. Talizin (UEM)  
Hudson Siqueira Amaro (UEM)  
Jean Carlos Moreno (UEM)  
Karla Maria da Silva (UEM)  
Marcia R. de Oliveira Lupion (UEM)  
Sezinando Luiz Menezes (UEM)

Copyright © 2025 para os organizadores

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, da editora ou dos organizadores/autores.

## EQUIPE TÉCNICA

Revisão textual e gramatical: Os autores.

Normalização textual e de referências: Davi A. S. Talizin

Projeto gráfico/diagramação: Davi A. S. Talizin

Capa: Davi A. S. Talizin e Gustavo Henrique Sales

Tamanho da obra: 21x29,7 cm

Fonte: Bell MT

Publicação online: <https://dhi.uem.br/>

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

|      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| H673 | Lima, Neilaine Ramos Rocha et. All. [organizadores].<br>História cultural: entre as imagens, narrativas e<br>memórias. -- Maringá, PR : Edições Diálogos, 2025.<br><br>147 p. Il. PDF.<br><br>Vários autores.<br>Bibliografia.<br>ISBN: 978-65-01-74288-5<br><br>1. História cultural. 2. Imagens. 3. Narrativas.<br>4. Memórias. I. Lima, Neilaine Ramos Rocha et. All.<br>II. Título.<br><br>CDD 909.82 |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

# SUMÁRIO

|                                                                                                                                      |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Apresentação.....                                                                                                                    | 5   |
| Capítulo 01: A tela estudo para “a abordagem do monitor alagoas”, de Victor Meirelles: entre o representado e a representação.....   | 14  |
| Capítulo 02: Prescrição es bávaras: relatos sobre enfermidades no século XIX no Rio de Janeiro .....                                 | 25  |
| Capítulo 03: Narrativas de virtude e saúde: casamento e o corpo feminino no século XIX .....                                         | 33  |
| Capítulo 04: A imigração ucraniana na região central do paraná .....                                                                 | 41  |
| Capítulo 05: O ser-mulher na arte: vestígios do olhar masculino nas pinturas clássicas .....                                         | 55  |
| Capítulo 06: <i>Berlin</i> : a análise de uma representação gráfica sobre a efervescência cultural na capital alemã dos anos 20..... | 65  |
| Capítulo 07: Maria da Conceição Tavares: uma narrativa do Brasil nos anos de 1950 a 1980.....                                        | 77  |
| Capítulo 08: Aspectos do pensamento nacional-popular em canções do álbum louvação (1967) de Gilberto Gil .....                       | 88  |
| Capítulo 09: As múltiplas memórias de um só lugar: como reconhecê-las quando ignoradas oficialmente .....                            | 98  |
| Capítulo 10: Foucault e a descontinuidade histórica .....                                                                            | 107 |
| Capítulo 11: A metodologia de uma História Digital.....                                                                              | 117 |
| Capítulo 12: Narrativas geracionais: possibilidades para o ensino de história .                                                      | 128 |
| Capítulo 13: A construção social da inferioridade feminina: impacto das justificativas midiáticas.....                               | 140 |

# APRESENTAÇÃO

Os textos aqui reunidos tiveram origem no evento ***História Regional: sujeitos, espaços e práticas***, promovido pelo Departamento de História e pelo ProfHistória da Universidade Estadual de Maringá, entre 27 e 29 de novembro de 2024. O foco do evento era possibilitar discussões que tivessem como eixo central problemáticas envolvendo a história regional e questões como identidade, suas relações com a história global, a diversidade social, a valorização do patrimônio, e a sua vinculação ao ensino de história.

A História Regional é uma abordagem existente no grande campo da historiografia, em que se concentra a análise histórica em um determinado espaço geográfico. O material existente nessa série de livros é fruto da experiência das análises historiográficas elaboradas no contexto regional, não apenas sobre a História Regional, mas feita a partir dela, uma produção regional de diferentes discussões temáticas do universo historiográfico.

Paralelamente, outros temas, com recortes temporais variados, também foram trazidos à tona no evento, ampliando o diálogo entre professores/pesquisadores e estudantes. Discussões relativas à Antiguidade, à Idade Média e à Modernidade ocuparam lugar importante no evento; assim como questões relacionadas à história cultural e à história das crenças e das religiões, os debates envolvendo imagem e poder no século XIX, a relação entre impressos e movimentos sociais, e as reflexões relacionadas ao ensino de História.

Essa diversificação ordem temporal, temática e teórica, e a troca de ideias entre os pesquisadores, é extremamente importante no processo de construção do conhecimento histórico e pode produzir resultados reveladores, lançando novas luzes sobre diferentes aspectos, episódios, personagens ou processos.

As discussões ocorridas promoveram interessantes reflexões, as quais foram materializadas nos capítulos que compõem esta coletânea.

O primeiro livro da Coleção Ensaios **“Da Antiguidade aos Tempos Modernos”** oferece ao leitor uma rica e multifacetada jornada pela História, tecendo um panorama que se estende das fundações da civilização ocidental na Antiguidade até as complexas dinâmicas da era moderna. Este livro reúne um mosaico de estudos que, em conjunto, iluminam as contínuas transformações e as surpreendentes permanências nas esferas do poder, da cultura, da fé e da identidade ao longo dos séculos.

A obra mergulha inicialmente nas raízes do Ocidente, explorando a complexa sociedade do Império Romano. Examina-se tanto a dinâmica da economia imperial, a partir da perspectiva de grandes proprietários de terras, quanto o papel e a educação de mulheres da elite que desafiaram as convenções de seu tempo. Em paralelo, o livro investiga o alvorecer do

cristianismo, desvendando a formação de novas identidades e as fluidas fronteiras sociais e culturais entre judeus, gregos e os primeiros seguidores de Jesus.

O coração desta coletânea pulsa na Idade Média, um período que aqui se revela em toda a sua diversidade. Um núcleo significativo de estudos volta-se para a Península Ibérica, em especial o Reino de Castela no século XIII. As análises desvendam as relações de poder através do simbolismo de rituais, a importância da fidelidade nos laços de vassalagem e as tensões que culminaram na revolta da nobreza e no uso do exílio como ferramenta política. A obra também explora a moralidade que regia o mundo dos negócios, guiada pela virtude da prudência, e a construção do ideal de cavaleiro, dividido entre a lógica política e os preceitos religiosos.

Para além da política e da lei, os capítulos medievais exploram a riqueza da cultura e da mentalidade da época. Investiga-se a expressão de subversão e crítica social nas canções de clérigos e estudantes itinerantes, a função pedagógica e simbólica da arte nas catedrais góticas e a vigilância sobre os prazeres e a honra da juventude. A visão sobre o "outro" é um tema central, abordado tanto na perspectiva do mundo islâmico diante da ameaça das Cruzadas quanto na percepção europeia do "maravilhoso" Oriente, a partir de relatos de viagem da época. A trajetória de um influente bispo na Britânia do século VII ilustra os embates entre poderes régios e eclesiásticos na formação da cristandade. A própria imagem do mal é analisada em uma fascinante comparação histórica, contrastando sua representação entre o fim da Idade Média e o início da Era Moderna.

Por fim, o livro avança no tempo, conectando o legado do passado às novas realidades do mundo atlântico. Examina-se a formação de uma identidade singular na São Paulo colonial, forjada no contato contínuo e transformador com o sertão e seus povos originários. A obra se encerra com um olhar sobre o século XIX, analisando a chegada de uma importante missão artística europeia ao Brasil, um projeto que visava modernizar e transformar as artes na nova capital do império.

Dessa forma, "Da Antiguidade aos Tempos Modernos" se constitui como um diálogo vibrante entre diferentes épocas, espaços e problemáticas. Através da análise minuciosa de fontes variadas, os autores constroem um panorama coeso e instigante, revelando como poder, identidade, cultura e fé se entrelaçaram para moldar a História.

Na sequência, a obra **"Imagem e Poder no Período Contemporâneo - Séculos XIX ao XXI"** mergulha nas complexas e indissociáveis relações entre imagem e poder ao longo dos últimos três séculos. Os estudos aqui reunidos oferecem um panorama abrangente de como representações visuais, discursos políticos e a construção de figuras públicas foram utilizados como ferramentas estratégicas para legitimar, contestar e exercer poder. A obra percorre um arco histórico que vai dos debates institucionais do século XIX às dinâmicas das redes sociais no século XXI, revelando as múltiplas faces do poder em sua dimensão simbólica.

A jornada se inicia no século XIX, um período de formação de Estados nacionais e intensos debates ideológicos. A obra adentra as discussões sobre a arquitetura do poder no Império do Brasil, analisando as controvérsias em torno de seus principais mecanismos de autoridade e o embate entre diferentes correntes de pensamento, como o liberalismo e o conservadorismo. Em seguida, explora como os conflitos entre Igreja e Estado foram travados não apenas na arena política, mas também no campo da imagem, por meio da imprensa satírica e da caricatura, que se tornaram poderosas ferramentas de crítica social e formação de opinião pública.

Avançando para o século XX, os capítulos revelam como o poder se manifestou através da propaganda e da construção de identidades coletivas. Investiga-se como a cultura cafeeira foi representada visualmente para forjar a identidade de uma próspera região brasileira, associando um produto agrícola à ideia de "ouro verde" e progresso. Em um registro mais sombrio, a coletânea desvenda o uso da propaganda e da linguagem visual, como as histórias em quadrinhos, para disseminar ideologias autoritárias no Brasil pós-guerra, adaptando velhos discursos a novas realidades. O livro também transcende as fronteiras nacionais para examinar as facetas mais secretas do poder durante a Guerra Fria, revelando os projetos de controle mental desenvolvidos por agências de inteligência em sua busca pela hegemonia global.

Finalmente, a obra chega ao nosso tempo, analisando as reconfigurações da relação entre imagem e poder na era digital. Um estudo de caso da política brasileira recente demonstra como a figura de uma primeira-dama foi estrategicamente construída e projetada, utilizando as redes sociais e o discurso religioso para fortalecer um movimento político, evidenciando o papel central da imagem na mobilização de bases conservadoras e na personificação de valores e estereótipos de gênero.

Deste modo, "Imagem e Poder no Período Contemporâneo" oferece um panorama perspicaz e abrangente. Ao transitar do Império à República, da Guerra Fria à era digital, a coletânea demonstra que, embora as ferramentas e os contextos mudem, a luta pela construção de narrativas e a manipulação de imagens permanecem no cerne do exercício do poder. É uma leitura essencial para compreender como as disputas políticas são, fundamentalmente, disputas por representação.

O livro três da coleção Ensaio é um convite à reflexão crítica sobre os desafios, as tensões e as transformações que definem o nosso tempo. **"Debates sobre Tempo Presente e História"** reúne um conjunto vigoroso de ensaios, a obra confronta o leitor com as complexas dinâmicas do presente, demonstrando a relevância e a necessidade do ofício do historiador para a compreensão do agora. Os capítulos aqui presentes atravessam diferentes geografias e temas, mas compartilham um compromisso em comum: analisar como o passado recente reverbera em nosso cotidiano, moldando a política, os movimentos sociais e a cultura.

Uma parte central da obra se dedica a examinar a longa sombra do autoritarismo no tempo presente. Os estudos investigam desde as raízes e a persistência de ideologias fascistas em contextos inesperados, como em uma pequena cidade do interior do Brasil ou em torcidas de futebol europeias, até as profundas cicatrizes deixadas pela ditadura militar brasileira. A coletânea dá voz à resistência, analisando a coragem de grupos que denunciaram a violência em publicações clandestinas, a mobilização de mães em busca de direitos e justiça, e como o cinema contemporâneo se torna um veículo poderoso para revisitar o trauma do desaparecimento político.

O livro volta-se também para as dinâmicas da política e da mobilização social que moldam nosso mundo. Análises aprofundadas sobre o Brasil recente exploram a escalada da polarização política, os desafios às instituições democráticas e as surpreendentes formas de organização que emergem em nível local, muitas vezes unindo religiosidade e engajamento cívico. Em uma perspectiva global, os ensaios investigam as complexas interações entre fé, tradição e modernidade nos movimentos de renovação do pensamento islâmico e examinam os fluxos migratórios contemporâneos através das histórias de vida de mulheres migrantes, revelando a importância das redes de apoio e das identidades transnacionais.

Por fim, a obra explora como a cultura, especialmente o cinema, se torna um espelho para as crises e angústias do tempo presente. Através da análise de produções cinematográficas, os autores discutem como temas como as mudanças climáticas, a perda da fé e a ausência de perspectivas de futuro são representados e debatidos na esfera pública, refletindo um sentimento de mal-estar que caracteriza a contemporaneidade.

Em suma, "Debates sobre Tempo Presente e História" é uma obra provocadora e essencial. Ao reunir investigações sobre fenômenos políticos, movimentos sociais e representações culturais que nos afetam diretamente, o livro reafirma a importância da História do Tempo Presente. É uma leitura fundamental para todos que buscam compreender os desafios do nosso tempo e refletir sobre como o passado continua a ressoar e a moldar o nosso presente e futuro.

Este livro oferece ao leitor uma imersão no universo da História Cultural, campo que investiga não apenas os acontecimentos do passado, mas as múltiplas formas como eles são construídos, percebidos e representados. A obra reúne um conjunto de ensaios que exploram como imagens, narrativas e memórias se entrelaçam para dar forma à nossa compreensão do mundo, atuando como forças ativas na definição de identidades, na articulação do poder e na produção de saberes.

A obra **"História Cultural: entre as imagens, narrativas e memórias"**, quarto livro da coleção, inicia sua exploração pelo vasto campo das imagens, demonstrando como as representações visuais são arenas de poder e construção de sentido. Os ensaios analisam desde

a pintura histórica do século XIX, que forjou a memória de guerras e a identidade nacional, até as páginas de revistas populares que moldaram o papel social da mulher em meados do século XX. A investigação se aprofunda na crítica das artes visuais, desvendando o olhar masculino na representação do corpo feminino ao longo da história da arte, e explora a potência das histórias em quadrinhos como complexas narrativas sobre períodos de efervescência cultural e política, como a Berlim dos anos 1920.

Em seguida, o livro se volta para a força das narrativas. Os capítulos revelam como diferentes discursos — sejam eles científicos, musicais ou econômicos — organizam e dão forma à nossa percepção do passado. A análise viaja desde os relatos de naturalistas europeus do século XIX, que construíram uma narrativa específica sobre a natureza e as doenças no Brasil, até as canções de protesto dos anos 1960, que articularam um projeto político e cultural para a nação. A obra também demonstra como o pensamento econômico pode ser lido como uma grande narrativa sobre o desenvolvimento de um país e, em um plano mais teórico, reflete sobre como as narrativas geracionais são fundamentais para a construção da consciência histórica e para o próprio ensino de História.

Por fim, a coletânea mergulha no campo da memória, investigando como as identidades coletivas são formadas, mantidas e transformadas. Um dos estudos de caso explora a trajetória de comunidades de imigrantes no sul do Brasil, mostrando como a memória e as tradições culturais são preservadas e recriadas em um novo território. Essa reflexão sobre a memória permeia toda a obra, que, em sua essência, questiona como certas imagens e narrativas são selecionadas para compor a lembrança oficial de uma nação, de uma guerra ou de um grupo social, enquanto outras são relegadas ao esquecimento.

Desta forma, "História Cultural: entre as imagens, narrativas e memórias" é uma obra para quem busca compreender as camadas mais profundas do fazer histórico. Os ensaios aqui reunidos nos lembram que a história não é apenas o que aconteceu, mas, fundamentalmente, como o que aconteceu é visto, contado e lembrado. É um convite para um olhar mais crítico sobre as fontes do passado e as histórias que elas nos contam.

Já a obra **"História Local e Regional: as múltiplas narrativas do passado"** representa o coração da presente coleção, materializando em seus capítulos o tema central do evento que o originou toda a coleção foi voltado a temática "História Regional: sujeitos, espaços e práticas". A obra é uma celebração da riqueza e da complexidade da História vista de perto e, ao voltar o olhar para municípios, comunidades e espaços específicos, revela as múltiplas camadas que compõem o passado, desafiando as narrativas unificadoras e dando voz a uma diversidade de experiências que, muitas vezes, permanecem à margem da grande História nacional.

O livro mergulha na formação do território, investigando os processos de ocupação que definiram a paisagem humana e social, especialmente no sul do Brasil. Os estudos abordam desde a chegada de imigrantes europeus, que trouxeram suas culturas e aspirações para uma nova terra, até a perspectiva dos grandes empreendedores que planejaram a colonização de vastas áreas. Em contraponto a uma visão de "terra vazia", a obra revela as políticas de aldeamento impostas aos povos indígenas, mostrando como a reconfiguração do espaço foi um processo complexo e, frequentemente, violento. A análise se aprofunda na vida cotidiana dessas novas comunidades, explorando a criação de instituições fundamentais, como as primeiras escolas, que nasceram junto com as cidades.

Avançando para além da fundação, a obra explora a arena da memória, questionando quem tem o poder de contar a história de um lugar. Investiga-se como a escolha dos nomes de cidades reflete relações de poder e projetos de identidade, muitas vezes homenageando elites e apagando outras trajetórias. Em uma perspectiva crítica e decolonial, os ensaios analisam como patrimônios culturais marginalizados podem ser ressignificados para desafiar narrativas hegemônicas. Discute-se também a importância da criação de espaços de memória, como museus e memoriais, como atos de resistência e afirmação da identidade coletiva no presente.

Ao final, "História Local e Regional" reafirma o poder do olhar macrohistórico. Os ensaios aqui reunidos demonstram que é no estudo minucioso dos lugares e de suas gentes que as grandes narrativas históricas são testadas, enriquecidas e, muitas vezes, transformadas. Esta é uma obra fundamental para entender que a história é feita de múltiplas vozes e que o passado é um campo vivo, constantemente disputado e ressignificado.

**"Impressos e Movimentos Sociais: construção historiográfica através dos veículos de informação"**, sexto livro da coleção "Ensaio", mergulha no universo da imprensa para explorar como jornais e revistas atuaram como poderosos agentes históricos. Longe de serem meros transmissores de informação, os periódicos aqui analisados são revelados como espaços de disputa, ferramentas de mobilização social e instrumentos para a construção de projetos de nação, ideologias e identidades.

Os ensaios demonstram a centralidade da imprensa na articulação de grandes projetos políticos e ideológicos. A análise viaja desde a Europa em guerra, onde a imprensa anarquista se tornou a voz de um movimento revolucionário, até o Brasil do século XIX, em que periódicos técnicos foram cruciais para disseminar um projeto de modernização agrícola e nacional. A obra também explora como revistas acadêmicas especializadas foram fundamentais para construir e unificar um campo de saber continental, como o indigenismo, definindo o modo como o passado dos povos originários seria interpretado.

Um eixo fundamental do livro é a relação entre a imprensa e a construção das identidades de gênero. Os estudos investigam como revistas e jornais, no Brasil e no México,

foram utilizados para moldar o comportamento feminino, prescrevendo papéis sociais para as mulheres em contextos de guerra e de consolidação de projetos nacionais. Indo além da representação, a obra também lança luz sobre a participação ativa das mulheres como intelectuais e autoras nesses mesmos periódicos, revelando sua presença e contribuição em espaços muitas vezes dominados por homens.

Ao focar nos "impressos", este livro oferece uma contribuição valiosa para a compreensão de como as ideias circulam e ganham força. Fica evidente que jornais e revistas são mais do que fontes para o historiador: são o próprio palco onde a história é debatida, as identidades são forjadas e os movimentos sociais encontram sua voz. É uma obra essencial para entender a força da palavra impressa na construção do mundo contemporâneo.

Chegando ao penúltimo livro desta coleção, a obra **"História das Crenças e das Religiões"** nos conduz por uma jornada fascinante e complexa através das múltiplas formas como a humanidade experiencia, constrói e disputa o sagrado. Os capítulos aqui reunidos exploram um vasto panorama de crenças, desde as mais ancestrais, inscritas em rochas, até os debates contemporâneos que desafiam instituições milenares, revelando como a fé é um campo dinâmico de poder, identidade e resistência.

O livro mergulha nas raízes da religiosidade no território brasileiro, investigando os possíveis contornos místicos e cerimoniais nas pinturas rupestres, que apontam para uma profunda conexão espiritual dos povos originários com o seu mundo. Avançando no tempo, a obra ilumina a diversidade religiosa e os conflitos que marcaram a formação do Brasil. Análises de processos criminais das décadas de 1950 a 1970, por exemplo, revelam a perseguição sistemática a espíritas, umbandistas e curandeiros. Em paralelo, a obra reconstitui a trajetória e a formação de uma discreta, mas resiliente, comunidade judaica em uma cidade do interior, e analisa as tensões entre o catolicismo oficial e as novas correntes religiosas que emergiam no século XIX, embaladas por um ideário liberal.

A coletânea se aprofunda na análise de discursos e representações no seio do cristianismo. Um dos estudos investiga as falas de um influente arcebispo brasileiro para compreender a construção de uma noção específica de juventude, guiada por preceitos de fé e vocação familiar. Em um ousado contraponto, outro capítulo nos transporta para os Estados Unidos da década de 1970 para analisar a inédita realização de casamentos religiosos homossexuais, mostrando como comunidades de fé podem se tornar espaços de reivindicação de direitos e de ressignificação de rituais. A obra também viaja à Idade Média para desvendar, em um grande poema épico, os entrelaçamentos culturais e temporais na construção de figuras mitológicas que personificam complexas alegorias sobre o pecado.

Por fim, o livro se volta para o tempo presente, explorando as crises da fé e as novas formas de manifestação do sagrado. Um capítulo analisa como o carnaval pode se tornar um

potente espaço de debate sobre intolerância religiosa, através da representação de divindades de matriz africana na avenida. Fechando a obra, uma análise de uma produção cinematográfica contemporânea discute a angústia da fé diante de um futuro incerto, marcado por crises ambientais e pela dificuldade de mobilização coletiva, refletindo o mal-estar que caracteriza nossa época.

Assim, "História das Crenças e das Religiões" nos oferece um mosaico rico e provocador, demonstrando que o estudo do sagrado é fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e culturais que moldam o mundo.

Chegamos ao último livro desta coleção com uma obra que se volta para o coração do fazer histórico em sua dimensão mais fundamental: a sala de aula. **"Ensino de História: horizontes de práticas e pesquisas"** reúne um conjunto de reflexões e estudos que mergulham nos desafios e nas imensas possibilidades que cercam a educação histórica na contemporaneidade. Este livro é um convite para que educadores, pesquisadores e estudantes repensem as práticas pedagógicas, os materiais didáticos e o próprio sentido de se ensinar e aprender História em um mundo cada vez mais complexo e digital.

Uma parte essencial da obra dedica-se a analisar criticamente as ferramentas e os conteúdos que moldam o ensino de História no Brasil. Os capítulos investigam como os livros didáticos representam ou silenciam a presença e o protagonismo dos povos indígenas e afro-brasileiros, e propõem novas metodologias para superar as lacunas deixadas por uma abordagem tradicional. A análise se aprofunda na crítica aos currículos que, sob a bandeira da modernização, promovem uma lógica produtivista e de controle sobre o trabalho docente, esvaziando o potencial crítico da disciplina e transformando a educação em uma mercadoria.

Outro eixo fundamental do livro aborda a relação entre o ensino de História e o universo digital. Em um tempo em que os alunos consomem informações em plataformas como TikTok e YouTube, os autores discutem os desafios e as oportunidades que essas novas mídias trazem. A obra explora como temas sensíveis podem ser apresentados nesses espaços e reflete sobre como os professores podem utilizar criticamente esses conteúdos, transformando-os em ferramentas pedagógicas para engajar os estudantes e promover discussões aprofundadas. A discussão se estende para a metodologia da própria História Digital, propondo novas formas de analisar fontes e de gerenciar dados de pesquisa em ambientes virtuais.

Por fim, a obra reforça a relevância de se ensinar todos os períodos históricos, combatendo a visão utilitarista que por vezes ameaça a presença da História Antiga e Medieval nos currículos. Os autores defendem que o estudo de temporalidades distantes, como as democracias da antiguidade, oferece ricas oportunidades para a reflexão sobre alteridade e para o desenvolvimento da consciência histórica. Além disso, a coletânea propõe que o ensino de História pode ser uma poderosa ferramenta para a educação em Direitos Humanos, ao permitir

que os alunos compreendam a historicidade desses direitos e se percebam como agentes de transformação social.

Deste modo, "Ensino de História: horizontes de práticas e pesquisas" encerra a coleção com um chamado à ação e à reflexão. É uma obra indispensável para todos que acreditam no poder da educação histórica como instrumento para a formação de cidadãos críticos, conscientes de seu tempo e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Em suma, essa coletânea é o resultado de um esforço múltiplo e coletivo de pesquisadores de diferentes áreas do campo da História, revelando a contribuição que nosso contexto elabora para os estudos historiográficos no Brasil. A realização desta coleção não seria possível sem o apoio e a dedicação de inúmeras pessoas. Em especial, expressamos nossa sincera gratidão ao Professor Doutor Ângelo Priori, Coordenador da Editora Diálogos, cuja orientação e empenho foram fundamentais para a concretização deste projeto editorial.

**Davi A. S. Talizin**



**Karla Maria da Silva**



**Neilaine Ramos Rocha**



# A TELA ESTUDO PARA “A ABORDAGEM DO MONITOR ALAGOAS”, DE VICTOR MEIRELLES: ENTRE O REPRESENTADO E A REPRESENTAÇÃO

Aldeir Isael Faxina Barros



Este trabalho é decorrente das pesquisas realizadas no âmbito dos projetos vinculados ao Programa de Iniciação Científica (PIC) desenvolvidos nos anos de 2023 e 2024 na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Todavia, o texto atual não se configura apenas como uma mera síntese dos resultados observados, mas se refere a uma produção original, na qual elementos inéditos, recentemente problematizados, se apresentam em conjunto com a leitura das abordagens mais recentes desenvolvidas por outros pesquisadores que se dedicaram à mesma temática.

A tela Estudo para “*Passagem de Humaitá*” [“*A Abordagem do Monitor Alagoas*”] (Fig. 1) se configura aqui como fonte e objeto de análise. Tal obra é de autoria de Victor Meirelles de Lima (1832-1903), pertence ao gênero Pintura Histórica e é ambientada na Guerra contra o Paraguai (1864-1870). Sua denominação oficial – Estudo para “*Passagem de Humaitá*” – em sua instituição mantenedora, o Museu Victor Meirelles (MVM), indica que a obra (Fig. 1) foi concebida como elemento constituinte para uma tela encomendada a Meirelles durante o conflito: o quadro *Passagem de Humaitá*<sup>1</sup>. Esse entendimento, contudo, se mostrou equivocado no decorrer da pesquisa.

**FIGURA 1 - VICTOR MEIRELLES DE LIMA. ESTUDO PARA “PASSAGEM DE HUMAITÁ” [“A ABORDAGEM DO MONITOR ALAGOAS”]. ÓLEO SOBRE TELA. 44,2 X 67,5 CM. 1868.**



**Fonte:** Acervo do Museu Victor Meirelles (MVM). Florianópolis - SC.

O referencial teórico selecionado para a abordagem da fonte imagética parte dos pressupostos presentes no trabalho de Coli (2005, p. 12), dentre os quais, que as obras de arte devem ser abordadas “como projetos complexos, com exigências específicas muitas vezes inesperadas”. Ademais, as noções de Prática e Representação, discutidas por Chartier (2002),

---

<sup>1</sup> Victor Meirelles de Lima. *Passagem de Humaitá*. Óleo sobre tela. 268 x 435 cm. 1868-1872. Acervo do Museu Histórico Nacional – RJ.

foram mobilizadas para facilitar a compreensão do circuito social da pintura em questão (Fig. 1) (Meneses, 2003).

Os objetivos almejados neste trabalho referem-se à compreensão, a partir da análise do estudo (Fig. 1), do fazer artístico relativo aos pintores ligados à Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) daquele período, das interrelações com outras pinturas e pintores contemporâneos, além das reverberações emanadas do ambiente cultural em que a tela foi concebida e que, invariavelmente, encontram eco na execução realizada por Meirelles.

## O ESTUDO, SUA TRAJETÓRIA E INTERSECÇÕES

O evento representado por Meirelles na Fig. 1 refere-se a um episódio ocorrido durante a Passagem de Humaitá (19 de fevereiro de 1868), momento no qual uma esquadilha de seis navios encouraçados da Marinha Imperial Brasileira ultrapassou a fortaleza homônima, localizada na margem esquerda do rio Paraguai. Durante a operação, uma das embarcações – o monitor *Alagoas* – se desprende das demais e, posteriormente, ultrapassou a posição defensiva paraguaia sozinha. Nesse ínterim, o *Alagoas* sofreu uma tentativa de abordagem por forças paraguaias em canoas, resultando em malogro para os atacantes.

Meirelles escolheu esse momento para representar. Na composição da tela (Fig. 1), torna-se evidente a utilização de documentos militares (no caso, a Parte Oficial<sup>2</sup>) e das fontes colhidas *in loco* pelo pintor, visto que esteve na região onde ocorreu o combate. A fatura inserida na obra visa claramente destacar o monitor brasileiro e os marinheiros que o guarnecem. Isso pode ser constatado por meio do emprego tradicional do *repoussoir*<sup>3</sup> e do “vazio”, deixado pela passagem do navio através da massa de soldados paraguaios em primeiro plano, largando mortos e feridos em sua esteira. Esse elemento também visa direcionar a atenção do espectador. Nesse sentido, o olhar de dois soldados paraguaios, em ambas as extremidades da tela – e a pontaria de outros dois combatentes –, cumpre a mesma função; além de formar as tradicionais triangulações usuais nas pinturas de batalhas, comuns nas obras do período napoleônico (Coli, 2005).

Esses elementos presentes na fatura da obra causaram determinado estranhamento, motivado pela grande diferença entre o estudo (Fig. 1) e a sua então tela definitiva, *Passagem*

---

<sup>2</sup> A Parte Oficial era um documento de cunho militar que dizia respeito a um evento digno de nota, no caso específico, em que a embarcação tomou parte. Esses documentos eram frequentemente reproduzidos na íntegra nos jornais da Corte e das províncias. A Parte Oficial do monitor Alagoas relativa ao evento de abordagem consta, dentre outros locais, no periódico Jornal do Ceará (14 abr. 1868), disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – RJ.

<sup>3</sup> O repoussoir surgiu como um recurso de composição que amplia a ilusão de profundidade na tela. O termo, em francês, deriva do verbo repousser, que significa repelir (Sapucahy, 2021). Na produção de Meirelles o repoussoir assume papel destacado em diversas telas, como em Primeira Missa no Brasil, Combate Naval do Riachuelo, Batalha de Guararapes etc. (Coli, 2005).

*de Humaitá*. Provavelmente, Simioni (2010) foi a primeira pesquisadora a problematizar este ponto. Essa autora argumentou que as características inerentes a técnica e a composição do estudo indicavam uma ideia avançada sobre o projeto. No entanto, a brusca mudança ao se comparar o estudo (Fig. 1) com a então tela definitiva (*Passagem de Humaitá*) contradiziam essa constatação.

Meirelles geralmente executava “um esboço a óleo de suas pinturas, para observar a escala e os efeitos da cor com outros materiais. Esses esboços são quase uma redução da grande tela” (Xexéo In: Turazzi, 2009, p. 69). Foi Christo (2015) quem esclareceu essa questão, ao demonstrar que Meirelles partiu para o Paraguai com a encomenda de três telas, e não apenas duas (*Passagem de Humaitá e Combate Naval do Riachuelo*<sup>4</sup>), o que até então era corrente. Dessa maneira, não havia relação direta entre essas duas obras (Fig. 1 e *Passagem de Humaitá*), como se supunha até então.

Conforme foi possível analisar, a tela presente na Fig. 1 é, em realidade, um adiantado estudo a óleo (esboceto) para uma encomenda nunca finalizada pelo artista, realizada pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro em 1868. As diferentes denominações atribuídas ao esboceto (Fig. 1), observadas nas fontes e nos documentos levantados, dizem respeito, como pôde ser constatado, à trajetória do esboceto. Podem ser observadas três tipos de denominações, referentes à encomenda, à escolha do artista e a uma denominação genérica empregada diante do processo de dispersão do espólio de Meirelles (Barros; Albernaz, 2023b).

Ao comparar a fatura da Fig. 1 com produções contemporâneas de outros artistas, destaca-se um estudo de Eduardo Frederico De Martino (1836-1912) – pintor que também esteve no *front* – devido à sua proximidade composicional com o trabalho de Meirelles. Ao cotejar os dois trabalhos, ficam evidentes as similaridades entre a paisagem, o enquadramento, o ponto de visada e a distribuição dos elementos geográficos entre ambos. Ademais, a embarcação imperial brasileira é representada de forma espelhada, como pode ser observado na Fig. 2 (ver maiores detalhes em: Barros; Albernaz (2023a)).

---

<sup>4</sup> Victor Meirelles de Lima. Combate Naval do Riachuelo. [2ª versão]. Óleo sobre tela. 400 x 800 cm. 1882-1883. Acervo do Museu Histórico Nacional – RJ.

**FIGURA 2 – (ESQ.): VICTOR MEIRELLES DE LIMA. ESTUDO PARA “A ABORDAGEM DO MONITOR ALAGOAS”. Óleo sobre tela. 44,2 x 67,5 cm. 1868. (dir.): Eduardo Frederico De Martino. Abbordaggio del Alagôa [Abordagem do Alagoas]. Bico de pena e aguada de ferrogálica sobre papel. 21 x 30,7 cm.**



**Fonte:** (esq.): Acervo do Museu Victor Meirelles (MVM). Florianópolis - SC. (dir.): Acervo do Museu Naval - RJ.

Além dos elementos citados sobre a Fig. 2, outro fator corrobora a hipótese da cessão de ideias ou mesmo de materiais entre os pintores, ou seja, a influência de De Martino na fatura do esboceto de Meirelles (Fig. 1). Tal processo foi observado na composição da tela *A Batalha do Avaí*, de Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1843-1905), onde nitidamente Américo incorporou as informações obtidas de De Martino (Rosemberg, 2002; MASP, 2021).

### UMA REPRESENTAÇÃO “CIVILIZADA”

Durante a Guerra contra o Paraguai, a dicotomia Civilização versus Barbárie permeou de algum modo todo o conflito. Tal discurso era empregado de forma a justificar e respaldar a custosa ação militar de ambos os lados (Schwarcz; Stumpf; Lima Júnior, 2013). No Império do Brasil, as representações artísticas mobilizadas frequentemente reverberaram essa dualidade, recebendo a Pintura Histórica um certo destaque por sua importância hierárquica naquele momento.

Conforme discutido por Denis (1999, p. 205), no caso da Pintura Histórica “era essencial que os fatos fossem representados sob uma ótica idealizada, para que a imagem transmitisse não apenas o evento ocorrido, mas ainda suas implicações morais”. Nesse sentido, a obra aqui analisada (Fig. 1) possui em sua composição elementos que indicam implicações ideológicas e reverberações dos discursos civilizacionais em voga naquele momento, tanto no front quanto na Corte do Rio de Janeiro.

A partir da leitura do esboceto produzido por Meirelles, em cotejo com diversos documentos e fontes relativas às ações de abordagem no contexto da Guerra contra o Paraguai

<sup>5</sup> Pedro Américo de Figueiredo e Melo. *A Batalha do Avaí*. Óleo sobre tela. 600 x 1000 cm. 1872-1877. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes – RJ.

– levando em consideração os ideários presentes no séc. XIX – foi possível identificar ao menos seis categorias civilizacionais antagônicas presentes na obra, sendo: a ordem, os contingentes, as vestimentas, as expressões dos combatentes, os armamentos e as embarcações (Barros; Albernaz, 2023c).

Partindo desses pontos, é possível constatar na tela (Fig. 1) que, enquanto existe uma ordem na defesa da belonave imperial – com os marujos guardando os bordos do navio –, em meio a tropa paraguaia reina a desordem, não simbolizando a representação de um exército organizado. De modo similar, a desproporção nos contingentes entre atacantes e atacados, presente no esboço, é frequentemente mencionada nos documentos relativos a esse tipo de embate nas fontes da Armada. Essa diferença, explicitada tanto na tela quanto nos documentos militares, serve de modo a ressaltar a vitória brasileira, ao mesmo tempo em que objetiva implicar uma característica civilizacional na derrota paraguaia, por vezes por meio do emprego de adjetivações contra os assaltantes como “horda”, “bando” ou “canalha”.

Outro ponto reside nas vestimentas, enquanto os marinheiros imperiais se apresentam com o completo fardamento azul, as tropas paraguaias estão, em sua maioria, apenas parcialmente vestidas, perfazendo a questão do vestuário, ou de sua ausência, uma característica civilizacional. Esse aspecto também é discutido por Schwarcz, Stumpf e Lima Júnior (2013) em relação à tela *A Batalha do Avaí*. As expressões dos combatentes representados também divergem, enquanto os brasileiros se apresentam em tom desafiador, calmo e combativo, a observância dos posicionamentos e gesticulações das tropas paraguaias evoca elementos como o desalento, a impotência e o desespero.

Os tipos de armamentos também servem como modo de separação, enquanto os marinheiros imperiais portam majoritariamente armas de fogo (o que pode ser constatado devido a empunhadura), entre os paraguaios abundam armas brancas, como lanças e espadas, armamentos que – apesar de muito utilizados nesse conflito – naquele momento já eram vistos como ultrapassados. Por fim, enquanto o império se apresenta com um monitor encouraçado (uma embarcação muitíssimo moderna para a época<sup>6</sup>), os paraguaios estão em simples canoas de madeira, diante da leitura aqui proposta, um reflexo do contraste entre progresso e atraso, respectivamente.

No entanto, a distinção entre “nós” e “eles” por meio da narrativa civilizacional evocada e propagada em meio e após o conflito não é o único ponto a ser mobilizado para a leitura do esboço (Fig. 1). Como observa Denis (1999), no contexto do séc. XIX, os países ditos civilizados se reservavam ao direito de, por meio da força, civilizar os seus diferentes. Nesse

---

<sup>6</sup> Sobre os aspectos tecnológicos e a sua relação com a produção pictórica, ver: Barros, Albernaz (2024).

sentido, Loureiro (2022, 2024) aproximou a composição do esboceto (Fig. 1) com a tela *Primeira Missa no Brasil* (ver Fig. 3).

**FIGURA 3 – (ESQ.): VICTOR MEIRELLES DE LIMA. PRIMEIRA MISSA NO BRASIL. Óleo sobre tela. 268 x 356 cm. 1858-1861. (dir.): Victor Meirelles de Lima. Estudo para “Passagem de Humaitá” [“A Abordagem do Monitor Alagoas”]. Óleo sobre tela. 44,2 x 67,5 cm. 1868.**



**Fonte:** (esq.): Acervo do Museu Nacional de Belas Artes - RJ. (dir.): Acervo do Museu Victor Meirelles (MVM). Florianópolis - SC.

Apesar das destinações diferentes, a composição escolhida para *Primeira Missa no Brasil* – como notado por Loureiro (2022, 2024) e observável na Fig. 3 – se aproxima do esboceto (Fig. 1) de certa forma. Os indígenas dispostos na *Primeira Missa*, apesar de estarem presentes no evento, não participam efetivamente, ficando ao largo. De maneira semelhante, na Fig. 1, a tropa paraguaia se situa à margem do acontecimento principal, que o pintor coloca em destaque. Em vez de representar o combate entre as duas partes, a fatura escolhida pelo artista coloca os soldados paraguaios como coadjuvantes do evento. Essa escolha se distingue ao se comparar o esboceto (Fig. 1) com *Batalha de Guararapes*<sup>7</sup>, outra pintura de batalhas de Meirelles, onde os inimigos holandeses são representados de modo bem diverso daquele empregado na Fig. 1 (Castro, 2007; Stumpf, 2019).

Nesse mesmo sentido, a cruz que domina a paisagem tida como selvagem na *Primeira Missa* – e que, portanto, nessa leitura, a civiliza – é, de certa forma, trocada pela figura do monitor encouraçado no esboceto. Nessa leitura, a moderna belonave simboliza ali o elemento civilizatório tão propagado nos discursos oficiais, nos quais era veiculado que a guerra não era levada a cabo contra o povo paraguaio, mas em desfavor do seu governante. Caberia ao Império livrar aquelas pessoas da tirania e do atraso, levando-lhes a civilização. Assim, aqueles que se opunham à marcha civilizatória inexorável eram abalroados e deixados na esteira do navio.

---

<sup>7</sup> Victor Meirelles de Lima. *Batalha de Guararapes*. Óleo sobre tela. 500 x 925 cm. 1872-1879. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes – RJ.

## CONCLUSÃO

Com base na análise promovida, foi possível constatar que a tela Estudo para “*A Abordagem do Monitor Alagoas*” (Fig. 1) trata-se de um projeto pictórico inacabado de Victor Meirelles, distinto do que a sua atual nomeação oficial indica. A tela sofreu alterações em sua identificação ao longo do tempo, de acordo com a trajetória, que vai desde a sua concepção até os locais e as instituições que a mantiveram. Pôde ser observado que a identificação do quadro se modificou entre sua encomenda, execução e circulação.

Ademais, as convergências composicionais do projeto de Meirelles (Fig. 1) com um estudo produzido por De Martino (ver Fig. 2) podem indicar uma possível intersecção entre as obras desses pintores. Essa inferência está baseada nos indícios presentes nesses trabalhos, no modo de produção dos artistas daquele período e devido a existência de um evento similar ocorrido entre De Martino e Pedro Américo.

Além disso, verificou-se que o arranjo presente no esboço de Meirelles (Fig. 1) está composto por, ao menos, seis elementos antagônicos com características civilizacionais relacionadas à ordem, aos contingentes, às vestimentas, às expressões dos combatentes, aos armamentos e às embarcações. Foi constatado que a tela (Fig. 1), quando cotejada com outras fontes e documentos contemporâneos, invoca e perpetua o discurso civilizacional promovido pelo Império sobre o conflito com o Paraguai.

Por fim, o caráter civilizatório da obra também se reflete na retórica utilizada durante e após o conflito, que justificava a ação armada do Império como uma missão civilizadora. Esse discurso encontra eco na fatura empregada no esboço, reforçando a então narrativa em torno do papel civilizatório da ação militar imperial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Aldeir Isael Faxina; ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. “A Abordagem do Monitor Alagoas”, uma possível intersecção entre as obras de Victor Meirelles de Lima e Eduardo Frederico De Martino. 19&20, Rio de Janeiro, v. XVIII, 2023a. Disponível em: [http://www.dezenovevinte.net/19\\_20/artigo/a-abordagem-do-monitor-alagoas-uma-possivel-interseccao-entre-as-obras-de-eduardo-frederico-de-martino-e-victor-meirelles-de-lima/](http://www.dezenovevinte.net/19_20/artigo/a-abordagem-do-monitor-alagoas-uma-possivel-interseccao-entre-as-obras-de-eduardo-frederico-de-martino-e-victor-meirelles-de-lima/). Acesso em: 2 nov. 2024.

BARROS, Aldeir Isael Faxina; ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. A Abordagem do Monitor Alagoas: trajetória e história de um projeto inacabado de Victor Meirelles de Lima. Revista Eletrônica Ventilando Acervos, v. 11, 2023b. Disponível em: <https://ventilandoacervos.museus.gov.br/edicao-atual/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BARROS, Aldeir Isael Faxina; ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. Estudo para “A Abordagem do Monitor Alagoas”, de Victor Meirelles de Lima: uma leitura sobre “Civilização” versus “Barbárie”. In: Memória. XIV Encuentro Internacional de Historia sobre la Guerra de la Triple Alianza. Editorial Tiempo de Historia, 2023c.

BARROS, Aldeir Isael Faxina; ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. Uma análise do emprego da tecnologia bélica fluvial na Guerra contra o Paraguai a partir do lápis e do pincel. In: Anais. XV Encontro Internacional de História sobre as Operações Bélicas da Guerra da Tríplice Aliança. Rio de Janeiro: CEPHiMex, 2024.

CASTRO, Isis Pimentel de. Os Pintores de História. A relação entre arte e história através das telas de batalhas de Pedro Américo e Victor Meirelles. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, 2007. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=106824](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=106824). Acesso em: 6 nov. 2024.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª Edição. Difel: Memória e Sociedade. 2002.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Uma Batalha Cromática: Victor Meirelles e a Passagem de Humaitá. XI Encontro de História da Arte. Universidade de Campinas, 2015. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/eha/article/view/4282>. Acesso em: 3 nov. 2024.

COLI, Jorge. Como Estudar a Arte Brasileira do Século XIX?. Editora SENAC, São Paulo – SP, 2005.

DE MARTINO, Eduardo Frederico. Abbordaggio del Alagôa Fra il Tagy el il... [Abordagem do Alagoas no Tagy...]. Bico de pena e aguada de ferrogálica sobre papel. 21 x 30,7 cm. Registro 3140. Localização: IF – RT – Map. Gav. 15. Acervo do Museu Naval – RJ. Disponível em:

[http://www.museusdoestado.rj.gov.br/sisgam/arquivos/MN/fotos/INV003140\\_1563470952.jpg](http://www.museusdoestado.rj.gov.br/sisgam/arquivos/MN/fotos/INV003140_1563470952.jpg). Acesso em: 5 set. 2024.

DENIS, Rafael Cardoso. Ressuscitando um Velho Cavalo de Batalha: novas dimensões da Pintura Histórica do Segundo Reinado. Concinnitas Arte, Cultura e Sociedade. V. 1, n. 2, Rio de Janeiro – RJ, 1999. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/concinnitas/article/view/42610>. Acesso em: 3 nov. 2024.

EXTERIOR: Passagem de Humaytá pelo monitor Alagoas. Jornal do Ceará, 14 abr. 1868. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 3 nov. 2024.

LIMA, Victor Meirelles de. Estudo para “Passagem de Humaitá” [“A Abordagem do Monitor Alagoas”]. Óleo sobre tela. 44,2 x 67,5 cm. 1868. Acervo do Museu Victor Meirelles – SC. Disponível em: [https://museuvictormeirelles.acervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/MVM-0021\\_a.jpg](https://museuvictormeirelles.acervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/MVM-0021_a.jpg). Acesso em: 8 nov. 2024.

LIMA, Victor Meirelles de. Primeira Missa no Brasil. Óleo sobre tela. 268 x 356 cm. 1859-1861. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes – RJ. Disponível em: [https://artsandculture.google.com/asset/first-mass-in-brazil-v%C3%ADtor-meireles/IQFUWbm\\_Wu1XaA?hl=pt-br](https://artsandculture.google.com/asset/first-mass-in-brazil-v%C3%ADtor-meireles/IQFUWbm_Wu1XaA?hl=pt-br). Acesso em: 1 set. 2024.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. “Esses paraguaios são tratados em meu navio como se brasileiros fossem”: Teffé e os discursos de civilização sobre a batalha naval do Riachuelo. [Conferência]. Online. In: Canal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 28 ago. 2024. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=DZ38-XQut\\_0&t=3311s](https://www.youtube.com/watch?v=DZ38-XQut_0&t=3311s). Acesso em: 15 set. 2024.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. “Esses paraguaios são tratados em meu navio como se brasileiros fossem”: Teffé e os discursos de civilização sobre a batalha naval do Riachuelo. Revista do Clube Naval. Ano 130. Nº 402 – abr/maio/jun, 2022. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/clubenaval/issue/view/423>. Acesso em: 23 dez. 2024.

MASP Palestras Online. A Batalha do Avaí: uma pintura “contemporânea do porvir”. Série: Histórias Brasileiras – ciclo 2021-22. Palestrante: Lúcia Klück Stumpf. Museu de Arte de São Paulo. Online. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cEYiNxCxppA>. Acesso em: 2 nov. 2024.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História. São Paulo – SP. V. 23, n. 45, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/JL4F7CRWKwXXgMWvNKDfCDc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 nov. 2024.

ROSEMBERG. Liana Ruth Bergstein. Pedro Américo e o olhar oitocentista. Barroso Edições. Rio de Janeiro – RJ, 2002.

SAPUCAHY, Mário Lúcio. O Repoussoir. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v43n72/v43n72a20.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz; STUMPF, Lúcia Klück, LIMA JÚNIOR, Carlos Rogério. A Batalha do Avaí: a beleza da barbárie – a Guerra do Paraguai pintada por Pedro Américo. Editora Sextante. Rio de Janeiro – RJ, 2013.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Obra em perspectiva: Estudo para Passagem de Humaitá, de Victor Meirelles. Florianópolis: Museu Victor Meirelles, 2010. Disponível em: <http://museuvictormeirelles.museus.gov.br/exposicoes/longa-duracao/arquivo/victormeirelles-construcao/obra-em-perspectiva/estudo-para-passagem-de-humaita/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

STUMPF, Lúcia Klück. Fragmentos de Guerra: imagens e visualidades da guerra contra o Paraguai (1865-1881). (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo – SP, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-20082019-112907/pt-br.php>. Acesso em: 13 nov. 2024.

XEXÉO, Mônica Figueiredo Braunscheweiger. Victor Meirelles – Um desenhista singular. In: TURAZZI, Maria Inez (org.). Victor Meirelles: novas leituras. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

C  
A  
P  
Í  
T  
U  
L  
O  
  
0  
2

# PRESCRIÇÃO E BÁVARAS: RELATOS SOBRE ENFERMIDADES NO SÉCULO XIX NO RIO DE JANEIRO

Lucas Cairê Gonçalves



Christian Fausto Moraes dos Santos



O deslocamento humano para outros territórios sempre esteve intrínseco com sua constituição desde tempos remotos. As motivações poderiam ser variadas, uma busca por expansão, um recomeço, novas ofertas de alimentos, fugir de doenças etc., independente de qual fosse, elas foram dinâmicas fundamentais para o desenvolvimento e manutenção da espécie humana. Quando adentramos no período moderno de nossa historiografia, percebemos uma ampliação expressiva de viagens por meio das grandes navegações, procedentes do século XV, que promoveram uma intensa conexão entre a Europa e outros continentes. A priori, essas grandes navegações tiveram o objetivo de expandir o domínio político e econômico do ocidente, mas, os resultados dessa corrente colonizadora foram mais profundos, abrangendo fenômenos culturais e científicos, com o contato com diferentes faunas, floras e civilizações. Conforme apresentado por Mary Louise Pratt (1999, p. 27;31), as relações que se estabeleceram por meio do convívio entre europeus e americanos, caracterizaram, nas palavras da autora, “zonas de contato”, provocando um fenômeno denominado como transculturação, no qual se desenhou por meio de apropriações materiais ou imateriais impostas pelos europeus. Esses contatos, muitas vezes violentos, culminaram em práticas autoritárias e repressivas para com as diferentes populações nativas (Pratt, 1999, p. 27).

Uma importante fonte de análise para compreender diferentes regiões são os relatos de viagem. Segundo Pratt (1999, p. 59), observações a respeito de animais, vegetações e populações nativas se encontravam presentes nesses relatos já no século XVI, ganhando maior cientificismo com o passar dos anos. Quando exploradores europeus aportaram em terras brasileiras, não tardou para ficarem fascinados com a riqueza faunística e florística da região, empregando diversas expedições científicas para estudar esse novo meio natural. Apesar disso, esses cientistas encontraram grande dificuldade em penetrar terras brasileiras, fosse por uma mata densa, com novas periculosidades, ou por medidas restritivas. Contudo, a situação tornou-se mais amigável para o fluxo de viajantes com a presença da coroa portuguesa, ocasionando a abertura dos portos para nações estrangeiras (Lisboa, 1997; Fausto, 2003). Na visão de Knight (2001, p. 814;820), o estudo do meio natural na América Latina por naturalistas foi facilitado, ainda mais, por outros fatores como a batalha de Waterloo, entre Napoleão e o duque Wellington no ano de 1815, resultando na reafirmação da Inglaterra como potência naval e comercial. É nesse contexto de maior receptibilidade, que os naturalistas Spix e Martius empregaram uma viagem científica ao Brasil, entre os anos de 1817 e 1820.

## DOIS BÁVAROS E UM BRASIL

No ano de 1815, o então regente da Baviera, o rei Maximiliano José I, orquestrou, em conjunto com a Real Academia de Ciências de Munique, uma expedição científica com destino a América do Sul, aspirando explorar diferentes regiões, desde sua costa até seu interior (Lisboa, 1997, p. 21). Como principais representantes dessa comitiva foram selecionados os dois naturalistas Spix e Martius.

Johann Baptiste von Spix nasceu em uma cidade do município alemão chamada Hochstadt, no dia 9 de fevereiro de 1781 (Schönitzer, 2022, p. 15). De acordo com Gillispie (1970, p. 578), durante os primeiros períodos de sua vida, Spix se dedicou ao estudo da teologia até meados de 1804, onde, após esse período, ocupou-se de estudar medicina, na universidade de Würzburg. Segundo Schönitzer (2022, p. 19), um fator que aparentemente influenciou o jovem a dedicar-se a carreira médica foi familiar, pois pertencia a uma linhagem de profissionais da medicina. Spix foi um aluno aplicado e dedicado, chamando atenção de pensadores importantes que trabalhavam na universidade, como o filósofo Friedrich Wilhelm Joseph Scheilling que, futuramente, muito o auxiliaria (Lisboa, 1997, p. 52).

Segundo Lisboa (1997, p. 52), em meio a uma remodelação institucional suscitada pelo rei Maximiliano José I da Baviera, no ano de 1806, Scheilling foi chamado para compor a Real Academia de Ciências de Munique e designado a chefiar a direção da nova Academia de Artes, com isso, conquistou um status maior na sociedade intelectual da época, ampliando sua rede de contatos. Por meio dessa nova atribuição, o filósofo recomendou Spix ao ministro do Estado, Maximilian von Montgelas, ocasionando em um subsídio para que o jovem conseguisse estudar em outros países europeus, onde teve contato com figuras proeminentes, como Georges Cuvier e Jean-Baptiste de Lamarck, além de estruturas como museus e jardins botânicos (Lisboa, 1997; Schönitzer, 2022). No ano de 1810, Spix passou a trabalhar como assistente de professores, principalmente na área de zoologia na Academia de Munique, no qual, poucos meses depois, elevou-se a membro e curador das coleções zoológicas (Schönitzer, 2022, p. 28-29). Foi um ano depois, durante um dia de expediente, que Spix conheceu seu futuro companheiro de viagem: Martius (Lisboa, 1997, p. 53). Conforme demonstrado por Schönitzer (2022, p. 177), Spix foi mais prejudicado com as dificuldades do território brasileiro, falecendo no dia 13 de março de 1826, em decorrência de uma infecção tropical conhecida como boubá.

Carl Friedrich Philipp von Martius nasceu no dia 17 de abril de 1794, na cidade de Erlangen, no estado da Baviera (Horch, 1969, p. 187). Desde sua juventude, principalmente por influência do meio familiar que viveu, Martius se interessava pelos estudos da natureza e suas interações com o homem, fator esse que, aos 16 anos, o motivou a cursar medicina, na

universidade na mesma cidade que nasceu (Horch, 1969, p. 187). Concluiu seus estudos no ano de 1814, prosseguindo sua carreira acadêmica dedicando-se a estudar botânica, fato que, posteriormente, em 1816, garantiu um emprego como ajudante no Jardim Botânico de Munique (Silva, 2013, p. 11). Martius atuou como conservador-chefe desse Jardim por aproximadamente 22 anos, entre o período de 1832 e 1854, além de, mais tarde, pelas suas contribuições com o estudo do Brasil, ter sido reconhecido com o título de membro honorário do IHGB e conquistando seu espaço na Real Academia de Ciências da Baviera (Silva, 2013; Lisboa, 1997; Horch, 1969). O naturalista viveu até seus 74 anos, falecendo em 13 de dezembro de 1868.

Quando regressou para sua terra natal, Martius havia acumulado uma quantidade significativa de espécimens da flora brasileira, chegando próximo a 10 mil exemplares das diferentes regiões por onde percorreu (Henriques, 2008, p. 29). Com essas peças em mãos complementando todo o conteúdo empírico obtido, O naturalista publicou, em 1840, a obra *Flora brasiliensis*, com diversas representações da fauna brasileira, além de suas classificações taxonômicas (Henriques, 2008, p. 29). Apesar disso, Martius não se dedicou somente a botânica, embora tenha seu maior reconhecimento nela, mas expandiu seus interesses para outras áreas como a zoologia e a antropologia (Horch, 1969, p. 189).

Os dois naturalistas, assim como uma outra equipe de cientistas, foram, no dia 28 de janeiro de 1817, designados pelo rei da Baviera para se prepararem e seguirem viagem ao Brasil o quanto antes (Spix e Martius, 2017, p. 20). O grupo de trabalho partiu de Munique no dia 6 de fevereiro de 1817, aportando, após algumas paradas, na cidade do Rio de Janeiro no dia 15 de julho de 1817 (Spix e Martius, 2017, p. 22; 47). Ao todo, a viagem dos dois naturalistas durou aproximadamente três anos, transcorrendo pelas regiões Sudeste, Nordeste e Norte do Brasil. Eles regressaram à Europa por meio da cidade de Belém do Pará, na manhã de 14 de julho de 1820, concluindo, finalmente, a jornada em solo bávaro no dia 10 de dezembro de 1820 (Lisboa, 1997; Spix e Martius, 2017). A delegação científica retornou de sua viagem com contribuições significativas para a história natural, com anotações e observações, assim como artigos e objetos de diferentes partes do Brasil. Tanto Spix quanto Martius foram recompensados com honrarias e títulos, alcançando o patamar de nobreza que, para a sociedade bávara desse período, era atribuída pela alcunha “von”, além de rendas vitalícias e participações em instituições científicas (Lisboa, 1997, p. 54).

As observações realizadas pelos naturalistas foram transformadas em uma obra dividida em três volumes, intitulados *Reise in Brasilien* (Viagem pelo Brasil), que expôs, além da experiência vivida ao longo desse período no Brasil, todo um elaborado trabalho científico, trazendo informações sobre a situação política e econômica do Brasil oitocentista, assim como diferentes relatos sobre a fauna, a flora e a antropologia de seus diferentes habitantes (Lisboa,

1997, p. 55). Os três volumes foram lançados entre os anos de 1823 e 1831, com autoria conjunta até uma parte do segundo volume, pois, com a morte prematura de seu companheiro, Martius se encarregou de terminar o restante sozinho (Horch, 1969, p. 188).

## O IDEAL HIPOCRÁTICO E AS PRESCRIÇÕES BÁVARAS

Quando Spix e Martius chegaram no Rio de Janeiro, começaram a observar, pesquisar e anotar sobre diferentes aspectos da cidade. Segundo os autores (2017, p. 54-55), naquele período, a cidade contava com um número aproximado de 110 mil habitantes, compostos majoritariamente por portugueses, negros e mulatos, com um número ínfimo de nativos americanos. Para eles, esse aglomerado de pessoas, atrelado a um clima tropical e a dieta alimentar, eram fatores prejudiciais para a saúde dessas pessoas, provocando diversas doenças, sendo as mais comuns: a sarna; a diarreia crônica; o crupe; a sífilis; a varíola; e a hidrocele (Spix; Martius, 2017, p. 66-67).

É importante ressaltar que os conhecimentos médicos nesse período, principalmente sobre as causas das doenças, eram diferentes dos conhecimentos que temos na atualidade. No período desses dois naturalistas, a teoria que melhor explicava por que as pessoas adoeciam, era a teoria humoral. Originalmente atribuída ao médico grego Hipócrates (~IV a.C.) e encontradas em um conjunto de escritos conhecido como *Corpus Hippocraticum*, a teoria dos humores procurou explicar as condições de saúde humanas como diretamente ligadas a um equilíbrio de quatro humores diferentes: a bile amarela; a bile negra; a fleuma e o sangue (Neufeld, 2018, p. 102;104). Com cada um dos humores associados a um dos quatro elementos (terra, ar, fogo, água), o entendimento dessa teoria era de que as doenças, na realidade, eram causadas pelo desequilíbrio de algum desses humores (Martins et al., 2008, p. 12). Nesse sentido, o ambiente externo desempenhava um papel determinante para curar ou adoecer o indivíduo. Com essa perspectiva em mente, ao atribuir a condição de saúde da população do Rio de Janeiro como causa das condições climáticas e alimentares, Spix e Martius demonstraram a essência da teoria humoral.

Com relação as doenças mais comuns observadas pelos naturalistas, é válido destacar que eles procuraram dissertar, quando possível, sobre os sintomas, as causas e o tratamento. De acordo com Spix e Martius (2017, p. 67-68), a hidrocele era uma condição que afetava principalmente brancos europeus recém-chegados e norte-americanos. Provocava flacidez nos órgãos sexuais masculinos, além do aumento no volume dos testículos por causa da acumulação de líquidos. Embora médicos brasileiros atribuíssem como causa a ingestão indevida da água em algumas localidades da cidade, Spix e Martius não pensavam dessa mesma maneira, atribuindo, como causa, as condições climáticas, choques térmicos, a vestimenta e a

vida sexual. O tratamento era feito com lavagens com rum e água fria, além da recomendação do uso de suspensório.

Segundo os naturalistas (2017, p. 68), a sarna era uma condição comum no Rio de Janeiro, causada principalmente pela cessação da transpiração, problemas no sistema gástrico, nos vasos linfáticos e excessivas picadas de mosquitos. Essa doença provocava a formação de pus na pele por inflamar as glândulas sebáceas, ocasionando coceira intensa e ardor, podendo evoluir, em situações mais graves, a um estado crônico que se assemelhava a lepra. O tratamento era feito com uso de limonada, pequenas doses de calomelanos (mercúrio), lavagem com rum morno bem diluído, banhos para limpar e refrescar, e a ingestão de purgantes.

As diarreias crônicas eram condições preocupantes, pois elas poderiam evoluir para estágios mais agressivos, como disenterias, lenterias e hidropisias, danificando as paredes intestinais (Spix e Martius, 2017, p. 68). Quando em seus estágios iniciais, os naturalistas comentaram que as diarréias crônicas decorriam de resfriados, sendo tratadas com a ingestão de limonada quente de vinagre (Spix e Martius, 2017, p. 68). Uma outra doença observada por Spix e Martius, e que afetava especialmente as crianças brancas, era o crupe (2017, p. 69). O crupe era uma doença respiratória que provocava uma inflamação nas vias aéreas, principalmente a laringe, causando obstruções na passagem do ar, de líquidos e alimentos, sendo tratada, na época, com mercúrio doce (Spix e Martius, 2017, p. 69).

Com relação a sífilis e a varíola (bexigas), Spix e Martius não debateram muito sobre elas. De acordo com os naturalistas (2017, p. 70), a sífilis no Rio de Janeiro era menos agressiva da que acometia países com temperaturas mais baixas. A causa para a disseminação dessa doença, além do clima e do temperamento dos habitantes, principalmente no quesito sexual, foi, segundo eles, a inserção de escravos etíopes na mão de obra. A sífilis afligia não somente a região costeira, mas o interior do continente também. Já com relação a varíola, os naturalistas expuseram que ela afetava mais os brancos caucásicos que outras etnias (Spix e Martius, 2017, p. 70). No Rio de Janeiro, embora a vacinação fosse obrigatória, eles atribuíram maior agressividade das bexigas nos doentes por causa do clima quente e pela “frouxidão do corpo” (Spix e Martius, 2017, p. 70).

Outras enfermidades também acometiam os habitantes do Rio de Janeiro, porém, Spix e Martius não elaboraram muito sobre elas. Com relação a diabetes, os dois naturalistas apontaram que apesar de não se notificarem tantos casos quanto em países frios, elas afetavam mais a população branca que a negra, sendo a negra mais suscetível a elefantíase (2017, p. 68). Também destacaram, pela mudança constante de temperaturas, que catarrros e reumatismos eram frequentes (Spix e Martius, 2017, p. 69-70).

Com relação as questões sanitárias, os naturalistas debateram sobre meios possíveis para a cidade do Rio de Janeiro se tornar um ambiente menos propício ao desequilíbrio

humoral. Segundo eles (2017, p. 72), era necessário o investimento em leis e estruturas públicas responsáveis pela manutenção da cidade, pois a higienização precária das ruas e acessos estavam na responsabilidade dos abutres que a rondavam. Além disso, a fiscalização sobre farmácias e sobre o exercício da profissão médica deveria ser reforçada, principalmente para evitar remédios falsos, vencidos e pessoas não qualificadas para atuar na saúde dos habitantes. Outro fator de destaque foi que, embora a vacinação para a varíola fosse obrigatória, sua aplicação e seu controle eram precários, não mantendo registros sobre quem havia sido vacinado ou não, o que poderia promover falsas alegações de vacinação completa.

## CONCLUSÃO

Ao longo de suas vidas, Spix e Martius desempenharam um papel importante na estruturação e no desenvolvimento da história natural, com contribuições significativas em diferentes áreas do conhecimento científico. A passagem desses dois bávaros pelo Brasil refletiu esse empenho, com obras relatando sobre o cotidiano das pessoas, a rica e pouco conhecida fauna e flora brasileira no século XIX, servindo como uma espécie de “guia” para futuros exploradores que leram e releeram essas experiências antes de optarem por desbravar o continente sul-americano.

A inserção dos relatos de viagem como fontes históricas, principalmente após o advento da Escola dos Annales, em 1929, ampliou consideravelmente a maneira de compreender o passado a partir de uma metodologia histórica diferente de escolas anteriores, como o positivismo. Ao evocar as produções do homem como uma fonte científica, novos horizontes de explicações e compreensões impulsionaram a maneira de ver e compreender o passado. Ao se valer do relato de Spix e Martius, foi possível vislumbrar o Brasil em seus primeiros períodos do século XIX, especialmente, como foco desse trabalho, o Rio de Janeiro. Por meio deles, novas investigações sobre política, sociedade, cultura, saúde e alimentação puderam ser realizadas. Além disso, uma característica singular dos relatos de viagem é a apresentação do conteúdo de uma forma que convida o leitor, principalmente por meio de uma escrita em primeira pessoa, a experienciar uma imersão maior com a obra, promovendo uma experiência quase que própria. Atrelado a tudo isso, a formação educacional de Spix e Martius na área da saúde, possibilitou o fornecimento de informações valiosas sobre a qualidade de vida dos habitantes do Rio de Janeiro nesse período, demonstrando quais doenças eram mais comuns, quais seus sintomas, como tratar, permitindo o estabelecimento de um paralelo para conceber como era a medicina anteriormente e como ela se modificou em prol de melhorar a condição de vida humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FAUSTO, Boris. História do Brasil. 11. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- GILLISPIE, Charles Coulston. Dictionary of Scientific Biography. Volume XII. New York: Charles Scribner's Sons, 1970.
- HENRIQUES, Raimundo Paulo Barros. A viagem que revelou a biodiversidade. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 42, nº 252, p. 24-29, 2008.
- HORCH, Rosemarie E. Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Brasil, n. 6, p. 187-194, 1969.
- KNIGHT, D. M. Travels and Science in Brazil. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, vol. VIII (supplement), 809-22, 2001.
- LISBOA, Karen Macknow. A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Editora Hucitec Ltda, 1997.
- MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; SILVA, Paulo José Carvalho da; MUTARELLI, Sandra Regina Kuka. A teoria dos temperamentos: do corpus hippocraticum ao século XIX. *Memorandum*, Belo Horizonte, v. 14, p. 9-24, 2008.
- NEUFELD, Paulo Murillo. Personalidades da História da Saúde II: Hipócrates. *RBAC*, Rio de Janeiro, 50 (2), p. 102-4, 2018.
- PRATT, Mary Louise. Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. Tradução: Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru: EDUSC, 1999.
- SCHÖNITZER, Klaus. Johann Baptist von Spix e sua contribuição para a pesquisa da fauna brasileira. Organização: Eckhard E. Kupfer. Tradução: Dr. Hermann Kux. São Leopoldo: Oikos, 2022.
- SILVA, Seles pereira da. Os índios do Brasil no pensamento de Carl Friedrich Philipp von Martius (1823-1844). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.
- SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Viagem pelo Brasil (1817 - 1820). Tradução de Alfredo do Valle Cabral. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

# NARRATIVAS DE VIRTUDE E SAÚDE: CASAMENTO E O CORPO FEMININO NO SÉCULO XIX

Raiza Aparecida da Silva Favaro



Christian Fausto Moraes dos Santos



O presente trabalho discute as narrativas elaboradas sobre o casamento no século XIX, através da análise da tese do médico brasileiro Dr. Luiz Yianna D’Almeida Yalle, intitulada “A mulher e o matrimônio: medicamentos considerados” (1847). Nesta obra, o autor descreve o casamento como essencial para a saúde moral e física da mulher. A moralidade da época permitia que os homens exercitassem a sexualidade fora do casamento, enquanto buscavam restringir as mulheres à prática sexual exclusivamente dentro das fronteiras conjugais, entendendo-a como intimamente ligada à moral e à saúde feminina. Ao longo da história, o casamento consolidou-se como um divisor entre a “esposa” e as “outras”, entre o espaço doméstico e o público.

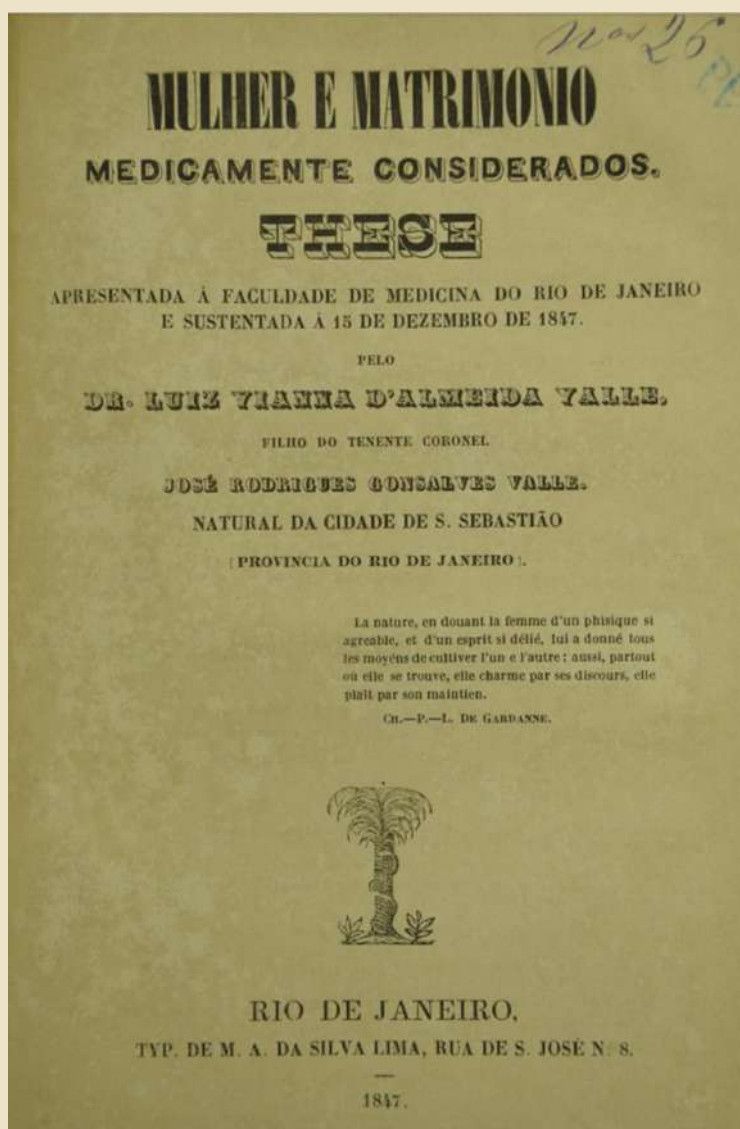
Este estudo busca analisar, como documentos oficiais como teses médicas, construíram uma narrativa que apresentava o casamento como essencial à vida da mulher. Ao enquadrar o matrimônio como um requisito indispensável para a saúde feminina, esses discursos reforçavam uma visão de que a moralidade e o bem-estar físico das mulheres dependiam de sua condição de esposas.

Temos por objetivo com este trabalho analisar a tese do médico brasileiro Dr. Luiz Yianna D’Almeida Yalle intitulada “A mulher e o matrimônio: medicamento considerados” produzida em 1847 para ser apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. As teses médicas eram requisitadas para a formação em medicina no século XIX, validando-se como um documento oficial, que transmitiam as concepções científicas do período, validada pela academia e sociedade.

O objetivo é discutir a narrativa sobre o casamento produzida por médicos higienistas, os quais colocaram o casamento como condição essencial para a saúde feminina no curso do século XIX. Neste período o casamento foi colocado como uma condição a ser cumprida principalmente para as mulheres, o que fez existir uma divisão simbólica entre as esposas e as “outras”.

O casamento teve a função de assegurar a moralidade feminina e para o entendimento da medicina na época consequentemente a saúde da mulher, pois as práticas sexuais fora dos padrões conjugais eram vistas como uma ameaça à ordem social e à própria integridade física. Este estudo busca demonstrar como o discurso médico do século XIX apresentou o casamento não apenas como um contrato social, mas como um local de cura enfaticamente para as mulheres, por defenderem que através do casamento haveria a promoção do controle moral e bem-estar físico. Tais discursos fortaleceram a visão de que a mulher seria frágil, necessitando da proteção e da estabilidade oferecidas pela vida conjugal.

**FIGURA 1: CAPA DA TESE MÉDICA DO DR. YALLE**



**Fonte:** YALLE, Luiz Yianna D'Almeida. Mulher e Matrimônio: medicamento considerados. 1847. (Tese)- Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847.

Através deste texto tem-se por objetivo analisar as concepções médicas sobre o corpo feminino e a saúde das mulheres, para ser possível compreender as práticas e discursos sobre a fragilidade e inferioridade feminina, sustentada por médicos e pelos discursos religiosos no curso do século XIX.

Explorar como as doenças ou comportamentos femininos foram “patologizados” ou vinculados a questões morais, como a sexualidade, maternidade, se faz essencial para compreender os discursos modernos acerca dos gêneros. Por tanto objetiva-se resgatar esse discurso médico do século XIX, a fim de ampliar o debate sobre a importância de uma perspectiva interdisciplinar entre história e medicina.

## DISCUSSÃO ACERCA DA INFLUÊNCIA RELIGIOSA E DO DISCURSO MÉDICO NO CASAMENTO DURANTE O SÉCULO XIX

Os discursos médicos do século XIX foram influenciados pela moral religiosa cristã, especialmente no que se refere à sexualidade, à família e aos papéis de gênero. Esses discursos herdaram os ideais construídos pela Igreja Católica durante o Concílio de Trento (1545-1563), momento em que a Igreja respondeu à Reforma Protestante com o objetivo de reforçar os dogmas da fé. O modelo de casamento cristão consolidado nesse período expressava uma concepção na qual sexo e amor eram indissociáveis, e o matrimônio representava uma aliança sagrada sancionada pela igreja (Priore, 2014, p.1). Na vigésima quarta sessão do Concílio, realizada em 1563, 12 cânones sobre o sacramento do matrimônio foram promulgados, buscando regular a vida conjugal. Entre eles, o segundo cânone excomungava aqueles que considerassem lícito ter múltiplas esposas: “Se alguém disser que é lícito aos cristãos ter ao mesmo tempo muitas mulheres, e que isto não está proibido por nenhuma lei divina, seja excomungado” (Concílio de Trento, 1563). Esse discurso sustentava a ideia de uma “ordem familiar”, indissolúvel, que proporcionaria aos fiéis segurança e a promessa de salvação (Santos; Holanda, 2020, p.11725).

O casamento, enquanto sacramento, teve sua consolidação como ritual sagrado na Idade Média, mas seus efeitos de controle social se intensificaram após o século XVIII. Como aponta Priore (2014, p.56), ele serviu como mecanismo de cercamento da existência humana, subordinando as relações sexuais aos preceitos religiosos. A Igreja Católica reforçou seu controle sobre as causas matrimoniais, conforme prescrito no décimo segundo cânone: “Se alguém disser que as causas matrimoniais não pertencem aos juízes eclesiásticos, seja excomungado” (Concílio de Trento, 1563). A excomunhão funcionava como punição severa, excluindo os dissidentes da participação nos sacramentos e ameaçando sua salvação espiritual (Santos; Holanda, 2020, p. 11725).

Esse ideal moral alicerçava-se no ascetismo cristão, que pregava valores como humildade, pobreza e castidade. No caso do casamento, a castidade justificava-se pelo argumento de que a união deveria ser baseada exclusivamente no amor, tornando condenável qualquer relação motivada por interesses alheios a esse princípio (Nahra, s/d, p. 9-11). No século XIX, o casamento manteve-se como um dever religioso e moral, consolidando-se como a instituição central para a reprodução da família legítima (Therborn, 2006, p. 203). Através dele, as mulheres eram inseridas em um arranjo que prometia segurança e propósito, ao mesmo tempo em que reforçava sua função como garantidoras da prole e da ordem familiar (Therborn, 2006, p. 199).

O resultado desse arranjo foi a consolidação da família como uma instituição social normatizada, fruto das relações sexuais reguladas pela moral cristã e pelos discursos médicos contemporâneos. Ao enxergar o casamento como elemento de higienização e controle social, os médicos do século XIX incorporaram e adaptaram esses preceitos religiosos, defendendo a regulação da sexualidade como uma questão não apenas de moralidade, mas também de saúde pública.

No decorrer do século XIX, a medicina demonstrou uma atenção especial para o papel social da mulher, evidenciando a valorização da maternidade. O que não aconteceu com a mesma intensidade com os homens (Rohden, 2001, p. 95). Desde o século XVIII, a visão dominante era a de dois sexos opostos, a vida política, econômica e cultural destinada aos homens, às mulheres, à maternidade e o lar (Laqueur, 2001, p. 18).

Essa visão dominante foi amparada por médicos e estudiosos que se debruçaram para investigar o suposto papel feminino na sociedade, utilizaram de hipotéticas argumentações fisiológicas para sustentar suas perspectivas. Investigar os argumentos que os homens considerados cultos do período elaboraram sobre “papel social” atribuído às mulheres pode ser uma boa porta de entrada para entender o discurso científico a respeito da maternidade no século XIX. A mulher passou de assunto “silenciado” para objeto de conhecimento, mas pagou um alto “preço” ao ser incorporada nos marcos de uma teoria já estruturada pela razão masculina, incapaz de pensar a especificidade de sua maneira de sentir, agir e viver.

A ideia de “naturalização” das atribuições domésticas e maternas a mulher foi reforçada durante o século XIX pela “ciência da diferença”, que foi implacável em determinar um “papel” exclusivo para a mulher. Os médicos da época, traçaram vínculos entre o que a natureza “forneceu” para as mulheres, com sua “função”, nesse sentido seria pela natureza que deveriam se orientar (Rohden, 2001, p. 16).

No século XIX, os discursos médicos higienistas colocaram o casamento como elemento central na manutenção da saúde e da moralidade feminina. Preocupados com a limpeza social, os higienistas consideravam o matrimônio uma solução prática para enquadrar as mulheres dentro das normas morais e, consequentemente, preservá-las física e mentalmente saudáveis. A medicina da época buscava legitimar o casamento não apenas como um contrato legal ou religioso, mas também como um recurso terapêutico.

Para os médicos higienistas, o celibato feminino era visto como uma “doença”, responsável por desequilíbrios físicos e psicológicos. Yalle (1847, p. 17) afirma que:

O casamento, favorecido desde tempo imemorial, tem sempre apresentado nestes casos resultados bem lisonjeiros: a experiência parece comprovar que as moléstias crônicas são mais frequentes entre as mulheres celibatárias; e ainda mais, que a mortalidade nestas, antes do período da velhice, é também maior do que daquelas que, seguindo o voo da natureza, têm casado, tido filhos, etc.

Esse discurso médico associava a solteirice feminina a um estado antinatural, no qual a mulher estaria vulnerável a distúrbios de saúde. Ao propor o casamento como um “meio higiênico e curativo”, os médicos reforçavam a ideia de que a mulher deveria seguir a “ordem natural” da vida, que incluía o matrimônio, a procriação e a subordinação aos valores tradicionais (Yalle, 1847, p. 18). Assim, a medicina se alinhava às autoridades religiosas e jurídicas para reforçar o controle sobre a sexualidade feminina.

Os discursos médicos, jurídicos e religiosos convergiam ao representar o casamento como a única possibilidade de realização social para as mulheres. Segundo Priore (2014, p. 30), a sociedade oitocentista concebia o matrimônio como o destino inevitável das mulheres, oferecendo-lhes uma estrutura mínima de estabilidade e proteção. Aquelas que buscavam autonomia econômica ou não se casavam frequentemente eram estigmatizadas, sendo associadas à prostituição. Engel (1989, p. 113) aponta que, para as mulheres, o acesso à riqueza era aceitável apenas por meio do casamento, enquanto qualquer outra via era moralmente condenada.

Yalle reforça essa visão ao afirmar que o casamento “provocava uma revolução na vida feminina, trazendo-lhe responsabilidades que, sob sua ótica, contribuíam para sua saúde e bem-estar” (Yalle, 1847, p. 18). Priore (2013, p. 9-10) complementa ao destacar que o casamento consolidou-se como a mais antiga instituição humana, fundamental para a sobrevivência da espécie e a perpetuação das estruturas familiares.

A sexualidade feminina, nesse contexto, foi moldada como uma construção social limitada às fronteiras do matrimônio. A moralidade da época beneficiava a liberdade sexual masculina, enquanto restringia a feminina ao ideal de castidade e submissão marital (Giddens, 2004, p.31). Até meados do século XX, a mulher que se envolvesse sexualmente fora do casamento era considerada “perdida”, consolidando um sistema no qual a sexualidade feminina era subordinada à moralidade e ao controle social (Priore, 2014, p. 73).

Assim, os discursos médicos higienistas do século XIX reforçaram a desigualdade de gênero, usando o casamento como ferramenta de controle sobre as mulheres. Ao validar o matrimônio como uma solução higiênica, moral e social, a medicina contribuiu para consolidar a subordinação feminina em um sistema que naturalizava a desigualdade e justificava sua imposição por meio de argumentos científicos e religiosos.

## CONCLUSÃO

Através do estudo da obra do médico brasileiro Dr. Luiz Yianna D’Almeida Yalle, intitulada “A mulher e o matrimônio: medicamentos considerados” (1847), apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi possível compreender que no século XIX os médicos como o Dr. Yalle, influenciaram e foram influenciados pelas concepções sociais acerca

da mulher, fundamentadas principalmente pela moral cristã, a qual posicionou o casamento como um espaço de realização pessoal e validação sexual para a mulher, sempre com o objetivo da maternidade.

O casamento foi visto como um “tratamento” para a mulher retomar sua moralidade, as prostitutas por exemplo, por contrariarem a ordem moral vigente no século XIX foram consideradas degeneradas, e consequentemente doentes. Já que as doenças neste contexto, eram também vistas como questões morais, ligadas à transgressão dos papéis sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONCÍLIO DE TRENTO. Doutrina e Cânones sobre o sacramento do Matrimônio/Os bispos e cardeais (Sessão XXIV). 11 de novembro de 1563.

ENGEL, Magali. Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). 1ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

GIDDENS, Anthony. La transformación de la intimidad: Sexualidad, amor y erotismo en las sociedades modernas. 4ª edição, Cátedra Teorema: Madrid, 2004.

PRIORE, Mary Del. História e conversas de mulher: amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história. 2ª edição, Planeta, 2014.

THERBORN, Goran. Sexo e Poder: A Família no Mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

YALLE, Luiz Yianna D'Almeida. Mulher e Matrimônio: medicamente considerados. 1847.

# A IMIGRAÇÃO UCRANIANA NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ

Jairo Ferreira de Souza Junior



Neilaine Ramos Rocha de Lima



O presente trabalho irá explorar questões regionais da História do Estado do Paraná, mais especificamente, o processo de imigração ucraniana na região central do Paraná, possuindo, portanto, como objetivo, contribuir com o estudo da história regional. Somado a isto, para esta nossa missão utilizaremos de uma análise de documentos de época, como a Carta de Relatório de governo de 1856, e também de discussões bibliográficas sobre o tema, como por exemplo a realizada na obra “ As colônias de imigrantes na Província do Paraná 1854-1889” (2015) por Reinaldo Nishikawa. É necessário salientar, os limites desse trabalho, que se propôs a analisar aspectos gerais de um contexto histórico complexo, sendo apenas um ponto de partida para futuras pesquisas.

No primeiro momento, salientaremos o contexto sócio-político do Paraná necessário para se compreender o processo de imigrações dos séculos XIX e XX, e dentre deste delimitaremos em primeiro momento o que há de ser uma região e qual será o recorte geográfico que trabalharemos; após isso, será posto uma reflexão acerca dos povos originários (afinal o Paraná nunca foi uma terra vazia, sem habitantes, mas povoada por indivíduos que possuíam sua própria história); após isso trataremos de elementos históricos da emancipação do Paraná em 1853; em seguida faremos um panorama histórico dos campos de Guarapuava, os quais são essenciais para se compreender grande parte da imigração ucraniana a região central do que hoje chamamos de Paraná e por fim, olharemos para aspectos históricos do processo de imigração ucraniana na região central do Paraná.

## **ESPAÇO GEOGRÁFICO E O PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO**

Antes de se pensar nos fatos e acontecimentos que se desenrolaram ao longo da história se tratando da imigração ucraniana, vale a pena delimitar o recorte geográfico que trabalharei. Afinal, como definimos uma região? Seria baseado na geografia? na economia? na sociedade?... Quais parâmetros utilizaremos? E para essa dúvida é importante se ter em mente que “ Não há regiões delimitadas. Estas são construções de geógrafos e historiadores.” (Priori, 1994, p.182), isto é, o próprio historiador faz seu delineamento, até porque “ A região não é o alicerce da pesquisa. Esse alicerce é o problema” (Priori, 1994, p.181), sendo assim utilizarei como base para delimitar a região central do Paraná a divisão regional proposta pela secretaria de Cultura<sup>8</sup>, que segue no mapa abaixo:

---

<sup>8</sup> SEEC ( Secretaria de Cultura). Núcleos Regionais de Cultura (NRCs). Disponível em: <https://www.cultura.pr.gov.br/NRC/Pagina/Nucleos-Regionais-de-Cultura-NRCs>. Acesso em: 05/12/2024

# MAPA 01



Logo de início, feita nossa reflexão vamos a história. Para se constituir uma narrativa histórica da imigração ucraniana é essencial se levar em consideração em quais terras o evento se trata, as do território paranaense, o qual nem sempre teve a presença de povos europeus, as terras do que hoje se conhece como Paraná (nome o qual vem da língua Guarani<sup>9</sup>) já foram lar de inúmeras tribos indígenas, como por exemplo, os Kaingang e os Guaranis<sup>10</sup>, esta presença indígena se afirma com relatos como os de Cabeza de Vaca, o qual nos diz em 1541 que “expedições para exploração do sertão compreendido entre os rios Paranapanema, Paraná, Tibagi e Iguassu acusaram numerosa presença de índios da nação Guarani” (Helm, 1997, p.2 apud Vaca, 1987), portanto, antes de se pensar na presença europeia é essencial se ter em mente que os povos originários habitavam estas terras muito tempo antes e que aqui desenvolveram sua agricultura, constituíram suas famílias, e viviam seus dias. Além disso, é interessante se questionar: quais seriam os povos que viviam na região central do Paraná? E em resposta são os Kaingangs, e dentre eles destacam-se as nações dos Camés e Votorões.

<sup>9</sup> FERREIRA, João Carlos Vicente. Municípios PARANAENSES ORIGENS E SIGNIFICADOS DE SEUS NOMES. IAT ( Instituto Água e Terra). Curitiba: Cadernos Paraná da Gente, 2006. Disponível em:<[https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-07/origens\\_significados\\_nomes\\_municipios\\_pr.pdf](https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/origens_significados_nomes_municipios_pr.pdf)> Acesso em: 05/12/2024

10 HELM, Cecília Maria Vieira. Kaingang, Guarani, e Xetá na Historiografia Paranaense. Curitiba: Design Estúdio Gráfico, 1997. Disponível em: <file:///C:/Users/BCE%20-%20LAB/Downloads/Kaingang,%20Guarani%20e%20Xet%C3%A1%20na%20Historiografia%20Paranaense.pdf>. Acesso: 05/12/2024

Em continuação, antes de adentrarmos o contexto emancipatório paranaense e como impactou a imigração ucraniana, vale pensar que as nações europeias a partir do século XIV iniciaram um período de colonização, isto é, começaram a explorar novos territórios, seja com interesses econômicos, políticos, sociais e com isto iniciaram um processo de transpor sua forma de ser a outras partes do mundo, adquirindo muitos aspectos destes outros locais, isto é, não uma aculturação, mas uma transculturação mútua, é nesse contexto que surge o que chamamos hoje de Brasil e de Paraná. Além disso, é preciso pensar no desenrolar histórico do próprio estado do Paraná, a partir de sua emancipação, ocorrida em 1853, este evento concedeu a recém província autonomia político-administrativa, e em decorrência disto houve a necessidade de um desenvolvimento em diversas áreas, dentre elas podemos citar o campo social, econômico, e administrativo do Paraná.

O desenvolvimento social para aquele contexto, estaria ligado ao processo de formação de “civilidade”, sendo a Europa o referência de “civilização”. Com isso, o homem europeu era um vetor de civilização ao chegar ao recém criado estado, essa ideia é exemplificada pela frase do médico e explorador alemão que percorreu as matas de Santa Catarina-Paraná em 1858, Robert Avé-Lallemant (p.68, 1995): “Porque a Província do Paraná apenas em alguns distritos está incorporada à humanidade e aos bons costumes”, com isso se pode perceber o caráter colonizador e europeu da sociedade da época em busca de “europificar” o Paraná, não é em vão que no século XX ao realizar a venda de terras na região Oeste do estado a empresa MARIPÁ (responsável por lotear as terras devolutas, os “ vazios demográficos” e vendê-los proporcionando assim o desenvolvimento da região) possuía preferência aos descendentes de alemães e italianos.

Por sua vez, o segundo tipo de desenvolvimento se refere a utilização das terras para uma produção que gerasse capital, e assim portanto, um desenvolvimento econômico, isto é, lucro as elites paranaense, afinal o estado contava com vastas áreas de terras muito férteis, porém com baixa utilização, o que inclusive foi um dos fatores do estímulo a imigração, sendo assim, “o Governo estimula a emigração a fim de proporcionar novas utilidades a esses espaços vazios” (Druciak, Souza, Netto, 2010, p.2).

Em seu momento, no terceiro lugar elencamos o desenvolvimento administrativo decorrente do fato de que havia falta de mão de obra qualificada, e além disso, da precariedade dos recursos disponíveis pela e da administração, como no caso das estradas, o que se observa claramente no relatório da Província do Paraná do ano de 1856:

Nao ha, por ora, na província, uma só via de comunicação que mereça integralmente o nome de estrada; porque, ainda mesmo aquellas em que se tem executado algumas obras d'arte, não passam de trilhos, mais ou menos transitaveis, que longe ainda estão de satisfazer a todas as condições da sciencia (p.116, 1856)

O relatório deixa claro a precariedade da província mesmo três anos após sua emancipação, sendo necessário um desenvolvimento administrativo para suprir a demanda da nova província, e com este a necessidade de mão de obra qualificada.

Portanto, com esse intuito de desenvolver o Paraná criou-se toda uma política para sustentar a ideia da imigração, afinal o recém nascido estado possuía uma pequena população, segundo o primeiro censo paranaense de 1872 o Paraná tinha somente 126.722 habitantes<sup>11</sup>, e além disso, vale salientar que com o fim do tráfico negreiro através da lei Eusébio de Queirós ( em 1850) e o fim da escravidão pela lei Aurea ( em 1888), a mão de obra escrava estava em declínio, então além de apenas habitantes o novo estado necessitava de trabalhadores, o que fica claro com uma política pró-imigração em todo Brasil, fator visível no decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890, o qual no seu primeiro artigo nos diz: “ E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, **dos individuos válidos e aptos para o trabalho...**”<sup>12</sup> ( grifo nosso), sendo assim é possível compreender o processo imigratório para o Brasil, em certa medida, de acordo com a necessidade de mão de obra por parte da nação, o que é igual no caso particular do estado paranaense.

Adiante, para entender melhor a imigração para a região central do Paraná vale se ter em mente como ocorreu o processo de colonização por parte dos europeus na região dos campos de Guarapuava, afinal a história de muitos municípios da região estão interligados a atual cidade de Guarapuava.

## ASPECTOS HISTÓRICOS DOS CAMPOS DE GUARAPUAVA

Possuindo influência da cultura indígena, o próprio nome Guarapuava vem da língua tupi-Guarani, demonstrando a relação que os povos originários tiveram no desenvolvimento da região, a qual foi palco de diversos conflitos, em decorrência da chegada dos primeiros exploradores no período colonial com as expedições do Tibagi, que levaram ao estabelecimento de vilas na região e até mesmo um forte militar, o forte Atalaia com diversos conflitos com as nações dos Camés e Votorões.

Com o desenvolvimento econômico que os europeus conseguiram realizar nos campos de Guarapuava através da formação de grandes latifundiários, a população da região foi cada vez crescendo, sendo em 1872 ( um ano após sua fundação) a sétima cidade mais populosa do

---

<sup>11</sup> Censos Demográficos. IPARDES ( Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). Disponível em: <<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Censos-Demograficos>>. Acesso em: 04/11/2024

<sup>12</sup> Portal da Câmara dos Deputados. Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04/11/2024

estado com 8.462 habitantes, tendência a qual irá continuar pelos próximos 50 anos, chegando o município a ser por 20 anos a segunda cidade mais populosa do estado segundo os censos demográficos do IPARDES. É necessário, portanto, se ter em mente que a região central no passado estava em grande parte sob administração de Guarapuava, a capital ucraniana brasileira, Prudentópolis, se desmembrou em 1906 de Guarapuava<sup>13</sup>, Pitanga em 1943<sup>14</sup>, Inácio Martins em 1960<sup>15</sup>, Turvo em 1982<sup>16</sup>, Candói em 1990<sup>17</sup>..., além disso alguns municípios irão ser frutos de um segundo desmembramento como no caso de Palmital<sup>18</sup>, Manoel Ribas<sup>19</sup>, e Santa Maria do Oeste<sup>20</sup>..., tendo este panorama em mente vamos ao processo de imigração ucraniana.

## ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE IMIGRAÇÃO UCRANIANA

De início, para pensarmos na questão da imigração ucraniana a região central do Paraná é essencial primeiro discorrermos brevemente do contexto europeu da época. Kiev hoje como a conhecemos já foi o berço de várias etnias segundo Poty (2018), como a russa, bielorrusa, e ucraniana, e capital de uma confederação de tribos eslavas e vikings, a rus kievana, a qual com a fragmentação política e a invasão mongol caiu, e posteriormente venho a pertencer ao domínio russo, com isto em mente é essencial pensar que “A identidade ucraniana está muito pautada na diferenciação em relação à Rússia” (Edler, 2011, p.6).

---

<sup>13</sup> Tribunal de Justiça do Paraná. Prudentópolis o município e a comarca. Disponível em: <<https://www.tjpr.jus.br/documents/397262/4513290/PRUDENT%C3%93POLIS/9f7750b2-52e0-6096-c365-4ed61f60e4b9?version=1.0>>. Acesso em: 05/12/2024

<sup>14</sup> Município de Pitanga. História de Pitanga. Disponível em: <<https://www.pitanga.pr.gov.br/historia-de-pitanga>>. Acesso em: 05/12/2024

<sup>15</sup> Prefeitura de Inácio Martins. Histórico. Disponível em: <<http://www.inaciomartins.pr.gov.br/conteudo/historico/1725>>. Acesso em: 05/12/2024

<sup>16</sup> Câmara Municipal de Turvo. Histórico. Disponível em: <<https://www.camaraturvo.pr.gov.br/weblineprimeirapagina.php?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVVE9T0dFPU9HRT0=&idmenu=214#:~:text=Pela%20Lei%20Estadual%20n%C2%BA%207.576,1%C2%BA%20de%20fevereiro%20de%201983.>>>. Acesso em: 05/12/2024

<sup>17</sup> Câmara Municipal de Candói/PR. Histórico. Disponível em: <<https://www.camaracandoi.pr.gov.br/imprensa/institucional/0/1/0/11>>. Acesso em: 05/12/2024

<sup>18</sup> Paraná Centro. Palmital celebra 62 anos de emancipação política. Disponível em: <<https://jornal.paranacentro.com.br/noticia/40487/palmital-celebra-62-anos-de-emancipacao-politica>>. Acesso em: 05/12/2024

<sup>19</sup> Prefeitura Municipal de Manoel Ribas. Nossa história. Disponível em: <<https://www.manoelribas.pr.gov.br/index.php?sessao=78f4539c1ckc78&id=1155>>. Acesso em: 05/12/2024

<sup>20</sup> Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste. História. Disponível em: <<https://www.santamariadooeste.pr.gov.br/pagina-site-submenu/38#:~:text=Pela%20Lei%20Estadual%209.320%20de,de%20Santa%20Maria%20do%20Oeste>>. Acesso em: 05/12/2024

É primordial considerarmos que o movimento migratório para o Paraná se iniciou com as nações da Europa ocidental, como é visto no Catálogo de Documentos, Ofícios, e requerimentos referentes a imigrantes no Estado do Paraná (1854-1902), o qual registra no ano de 1854 três imigrantes franceses, dois alemães, um português, e um de origem prussiana, ou seja, somente indivíduos da região ocidental da Europa, porém após alguns anos o leste europeu também entrou em cena, tendo em 1870 quinze imigrantes poloneses, em 1871 quinze imigrantes russos.

Dessa maneira, fica a pergunta: e a imigração ucraniana quando se iniciou? Pedro Oliveira (2008) nos diz que a maioria dos autores fixa a data em 1896, porém, há muitos relatos de possíveis grupos de migrações anteriores a esta data, contudo o que nos falta é a documentação que comprove. Tendo início a imigração, portanto neste final do século XIX é preciso pensar os motivos, a região da Galícia (olhar o mapa 02) estava passando por diversos problemas sociais, como por exemplo, uma exploração pelos nobres poloneses e a falta de recursos financeiros por parte dos ucranianos, levando assim os habitantes a buscarem melhores condições de vida, os quais incentivados pelas propagandas feitas acerca do Brasil, em específico do Paraná por empresas do ramo seguiram para a América, a qual pelas propagandas seria um paraíso, porém na realidade uma terra de muitas dificuldades. Ademais, é necessário se pensar em ondas migratórias, a professora Boruszenko (1969) discorre acerca de três ondas migratórias: a primeira no final do século XIX como já dito, a segunda depois da primeira guerra mundial, e a terceira após a segunda guerra mundial, sendo assim, fica claro que as imigrações foram motivadas por diversas crises na sociedade europeia, levando muitos ucranianos a buscarem uma vida melhor nas terras paranaenses.

#### MAPA 02



Além disso, Nishikawa nos diz que muitos imigrantes ao chegarem ao porto de Paranaguá eram levados a barracões (locais que serviam como um ponto de espera para liberação destes), porém de péssimas condições de higiene. Observa-se também que com o aumento da imigração na reta final do século XIX houve por parte da província do Paraná uma iniciativa de criar colônias, somente entre os anos de 1876-1880 quarenta e seis colônias foram criadas, sendo quase oito vezes mais que durante 1871-1875<sup>21</sup>.

Simultaneamente, uma característica marcante no processo de colonização do Paraná segundo Priori (2012, p.39) foi a formação de núcleos heterogêneos, ou seja, não se formaram colônias de uma só nacionalidade, tendo sempre as colônias várias etnias, porém quando pensamos no caso ucraniano podemos afirmar uma certa “exceção” deste aspecto do estabelecimento dos imigrantes, na principal colônia ucraniana, a colônia federal prudentópolis, onde se observa que *“Na Colônia, este grupo foi distribuído em comunidades relativamente homogêneas”* (Hauresko, Gomes, Gomes, 2016, p. 1006).

Prosseguindo, ao observar a imigração ucraniana ao Paraná se observa em primeiro momento um direcionamento para a região de Prudentópolis (na época território de Guarapuava), e Mallet, mas obviamente a outras regiões, como por exemplo União da Vitória (Hauresko, Gomes, Gomes, 2016, p.997). Tendo isto em mente, é válido pensar que com seu estabelecimento os ucranianos trouxeram também sua cultura, seus costumes, e suas tradições. No campo da religião a igreja católica prevalece, sendo “um fator importante de manutenção da cultura, dos costumes e dos valores dessa comunidade de imigrantes” (Oliveira, 2008, p.1), dessa maneira se observa a construção de várias capelas, como a Paróquia São Josafat em Prudentópolis-PR (olhar imagem imagem 05). Além disso, os ucranianos aqui presentes foram responsáveis por estabelecer outras organizações sociais, como centros educacionais, por exemplo o Prosvita, cooperativas agrícolas como a Ukrainskei, e até mesmo jornais próprios como o Prácia.

---

<sup>21</sup> NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. As colônias de imigrantes na Província do Paraná 1854-1889. São Paulo: 2015. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072015-111650/publico/2015\\_ReinaldoBeneditoNishikawa\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072015-111650/publico/2015_ReinaldoBeneditoNishikawa_VCorr.pdf)>. Acesso em: 06/12/2024

Seguindo adiante, chegamos à conclusão que ao chegarem em terras paranaenses os ucranianos foram mantidos ali nas imediações litorâneas por um tempo, e após direcionados para colônias, um processo que foi traumático para muitos devidos as dificuldades enfrentadas, mas trouxe o estabelecimento destes no estado do Paraná, em algumas áreas com maior aglutinação, como em Prudentópolis, e outras em menor número como veremos adiante.

Com o intuito de compreender como os ucranianos foram se estabelecendo na região central, é válido pensar nas dinâmicas que ocorreram no território paranaense na época, antes de tudo, contudo, é necessário observarmos que certa parcela dos colonos ucranianos se situavam na região sul do estado, porém com o tempo as dificuldades foram aumentando e as migrações regionais começaram a acontecer, é o que nos diz Yurkiw e Haracenko (trabalhando com o contexto da cidade de Roncador-PR): “ Contudo, com o passar do tempo, devido à inviabilidade de sobrevivência, muitos colonos migraram para novas áreas” (Yurkiw, Haracenko, 2012, p.155). Vale pensar que a região oeste do Paraná na virada de séculos foi uma área com diversas obrageiras, isto é, produtoras de erva-mate, geralmente de capital argentino, mão-de obra paraguaia e matéria prima brasileira, porém a densidade demográfica da região era baixíssima, fato visível pela criação da Colônia militar Mallet em 1901 com capital em Laranjeiras do Sul com o intuito de proteger as fronteiras brasileiras, afinal dada baixa população nações estrangeiras requeriam parte do território. Devido a estes “vazios demográficos”, durante a primeira metade do século XX, observa-se na comunidade ucraniana uma migração em busca de novas terras e melhores condições de vida, sendo assim as cidades centrais mais perto da região oeste, como por exemplo, Roncador, passaram por este processo.

**IMAGEM 5: PRUDENTÓPOLIS - SÃO JOSAFAT.  
METROPOLITA CATÓLICA UCRANIANA SÃO JOÃO BATISTA.**



Para título de exemplificar estas migrações pelo estado utilizarei o caso da Serra da Pitanga, e da cidade de Roncador. Em primeiro lugar, durante o processo de colonização do estado, nas cercanias de Guarapuava foram se desenvolvendo outras áreas como é o caso de

Pitanga, que rapidamente se desenvolveu chegando a cerca de 54.738 habitantes em 1950<sup>22</sup>, porém para que isso fosse possível houve um povoamento com migrantes de outras áreas do Paraná, como de Guarapuava, Campo Mourão e Prudentópolis, como nos diz Gonçalves, Fraga e Cavatorta: “A partir do ano 1916, houve uma contínua chegada a Serra da Pitanga de colonos e migrantes provenientes de diversas regiões do estado, principalmente da região de Prudentópolis” ( Gonçalves, Fraga, Cavatorta, 2015, p.88), motivo pelo qual o município contém aproximadamente 20% de sua população pertencente a comunidade ucraniana segundo a Metropolia Católica Ucraniana São João Batista<sup>23</sup>.

No caso de Roncador a partir de 1923 inicia-se uma exploração da região com a Comissão Exploradora de Terras<sup>24</sup>, e como consequência houve o povoamento da área, com a vinda em 1930 das primeiras famílias ucranianas advindas de Prudentópolis e Mallet em busca de melhores condições de vida para suas famílias, sendo assim, nestas áreas fica claro uma presença ucraniana, porém em menor número do que nas áreas primárias da imigração.

## CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto que nestas terras paranaenses muitos indígenas nasceram, cresceram, e viveram suas vidas, porém com a chegada dos europeus houve uma tentativa de transpor uma sociedade europeia sobre as terras americanas, sendo criado assim o Brasil e o próprio Paraná, o qual em 1853 recebeu sua emancipação política se tornando uma província autônoma e em busca de desenvolvimento, seja no aspecto social, econômico ou administrativo, o que foi suprido principalmente, através das imigrações europeias do século XIX.

Ademais, quando olhamos para o contexto da Europa durante o final do século XIX e início do XX observa-se diversas crises existentes, como a exploração dos ucranianos pelas elites poloneses, o que leva muitos a buscarem uma nova vida no Paraná, aliado a isto estão empresas que eram responsáveis por incentivar a imigração ao solo paranaense, fazendo assim o que hoje conhecemos como marketing.

Portanto, a imigração ucraniana a região central do Paraná foi um processo de muita dificuldade, devido às condições encontradas no solo brasileiro, e que traz consigo consequências muito presentes na sociedade paranaense atual, como a herança cultural deixada pelos ucranianos, e que em muitos aspectos ainda se mantém viva através de seus descendentes.

---

<sup>22</sup> Censos Demográficos. IPARDES ( Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). Disponível em: <<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Censos-Demograficos>>. Acesso em: 04/11/2024

<sup>23</sup> Metropolia Católica Ucraniana São João Batista. Ucranianos no Brasil. Disponível em: <<https://metropolia.org.br/cultura-ucraniana/etnia/ucranianos-no-brasil/>>. Acesso em: 05/12/2024

<sup>24</sup> Comissão de responsabilidade do governo estadual a qual cuidava de explorar o interior do estado, o que foi o caso de Roncador-PR.

## MAPAS E IMAGEM

Mapa 01: SEEC ( Secretaria de Cultura). Núcleos Regionais de Cultura (NRCs). Disponível em: <<https://www.cultura.pr.gov.br/NRC/Pagina/Nucleos-Regionais-de-Cultura-NRCs>>. Acesso em: 05/12/2024

Mapa 02: Galicia. Britannica. 2024. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Galicia-historical-region-Eastern-Europe>>. Acesso em: 06/12/2024

Imagem 05: Prudentópolis - São Josafat. Metropolitana Católica Ucraniana São João Batista. Disponível em: <<https://metropolia.org.br/eparquia/prudentopolis-sao-josafat/>>. Acesso em: 06/12/2024

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVÉ-LALLEMANT, Robert. 1858, viagem pelo Paraná. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

BORUSZENKO, Oksana. A imigração ucraniana no Paraná. In: PAULA, Eurípedes Simões de. Colonização e Migração. São Paulo: 1969. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1544024482\\_8cdf01e2c82ed9dc57b303a04cffc379.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1544024482_8cdf01e2c82ed9dc57b303a04cffc379.pdf)>. Acesso em: 15/10/2024

Câmara Municipal de Cândói/PR. Histórico. Disponível em: <<https://www.camaracandoi.pr.gov.br/imprensa/institucional/0/1/0/11>>. Acesso em: 05/12/2024

Câmara Municipal de Turvo. Histórico. Disponível em: <<https://www.camaraturvo.pr.gov.br/weblineprimeirapagina.php?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&idmenu=214#:~:text=Pela%20Lei%20Estadual%20n%C2%BA%207.576,1%C2%BA%20de%20fevereiro%20de%201983.>>. Acesso em: 05/12/2024

DRUCIAK, Felipe Polzin. SOUZA, Camila Machado de. NETTO, Fernando Franco. História Econômica de Guarapuava. Guarapuava: 2010. Disponível em: <<https://anais.unicentro.br/xixeaic/pdf/2871.pdf>>. Acesso em: 20/12/2024

EDLER, Daniel. Identidade, Política externa e os discursos sobre História na Ucrânia. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100059&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100059&script=sci_arttext)>. Acesso em: 05/12/2024

FERREIRA, João Carlos Vicente. Municípios PARANAENSES ORIGENS E SIGNIFICADOS DE SEUS NOMES. IAT ( Instituto Água e Terra). Curitiba: Cadernos Paraná da Gente, 2006. Disponível em:<[https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-](https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/origens_significados_nomes_municipios_pr.pdf)

[07/origens\\_significados\\_nomes\\_municipios\\_pr.pdf](https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/origens_significados_nomes_municipios_pr.pdf)> Acesso em: 05/12/2024

GONÇALVES, Cleverson. FRAGA, Nilson Cesar. CAVATORTA, Mateus Galvão. Massacre dos Kaingang em Pitanga – PR, um conflito atrelado a ideologia do branqueamento e a expansão do capital sobre os territórios indígenas. Londrina: 2015. Disponível em:<<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23736>>. Acesso em: 06/12/2024

HAURESKO, Cecilia. GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. GOMES, Emerson de Souza. A Relação entre a paisagem e o território ucraino-brasileiro no município de Prudentópolis Paraná. Guarapuava: 2016. Disponível em: <<https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/4321>>. Acesso em: 06/12/2024

HELM, Cecília Maria Vieira. Kaingang, Guarani, e Xetá na Historiografia Paranaense. Curitiba: Design Estúdio Gráfico, 1997. Disponível em: <<file:///C:/Users/BCE%20-%20LAB/Downloads/Kaingang,%20Guarani%20e%20Xet%C3%A1%20na%20Historiografia%20Paranaense.pdf>>. Acesso: 05/12/2024

IPARDES ( Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). Censos Demográficos. Disponível em: <<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Censos-Demograficos>>. Acesso em: 04/11/2024

Metropolitana Católica Ucrainiana São João Batista. Ucrainianos no Brasil. Disponível em: <<https://metropolia.org.br/cultura-ucrainiana/etnia/ucrainianos-no-brasil/>>. Acesso em: 05/12/2024

Município de Pitanga. História de Pitanga. Disponível em: <<https://www.pitanga.pr.gov.br/historia-de-pitanga>>. Acesso em: 05/12/2024

NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. As colônias de imigrantes na Província do Paraná 1854-1889. São Paulo: 2015. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072015-111650/publico/2015\\_ReinaldoBeneditoNishikawa\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072015-111650/publico/2015_ReinaldoBeneditoNishikawa_VCorr.pdf)>. Acesso em: 06/12/2024

OLIVEIRA, Pedro Alves de. Ucrânicos na Europa e no Brasil: uma história camponesa. Passo Fundo (RS): 2008. Disponível em: <[https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UPF-1\\_ad359c6c9610f2dbc801fb9f4737c162](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UPF-1_ad359c6c9610f2dbc801fb9f4737c162)>. Acesso em: 24/12/2024

Paraná Centro. Palmital celebra 62 anos de emancipação política. Disponível em: <<https://jornal.paranacentro.com.br/noticia/40487/palmital-celebra-62-anos-de-emancipacao-politica>>. Acesso em: 05/12/2024

POTY, Italo Barreto. Uma análise histórica e geopolítica da Ucrânia no Pós-guerra fria. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/disserta%C3%A7%C3%B5es/2018/Italo%20Barreto%20Poty.pdf>>. Acesso em: 05/12/2024

Portal da Câmara dos Deputados. Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04/11/2024

Prefeitura de Guarapuava. História de Guarapuava. Disponível em: <<https://guarapuava.pr.gov.br/conheca-guarapuava/historia/>>. Acesso em: 05/12/2024

Prefeitura de Inácio Martins. Histórico. Disponível em: <<http://www.inaciomartins.pr.gov.br/conteudo/historico/1725>>. Acesso em: 05/12/2024

Prefeitura Municipal de Manoel Ribas. Nossa história. Disponível em: <<https://www.manoelribas.pr.gov.br/index.php?sessao=78f4539c1ckc78&id=1155>>. Acesso em: 05/12/2024

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste. História. Disponível em: <<https://www.santamariadooeste.pr.gov.br/pagina-site-submenu/38#:~:text=Pela%20Lei%20Estadual%209.320%20de,de%20Santa%20Maria%20do%20Oeste>>. Acesso em: 05/12/2024

PRIORI, Angelo. História Regional e Local: Métodos e Fontes. Assis: Pós-História, 1994, p.181-187.

PRIORI, Angelo. História do Paraná (séculos XIX e XX). Maringá: EDUEM, 2012.

Secretaria da Administração e Providência. Relatório. 1856. Disponível em: <[https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2022-03/relatorio\\_1856\\_vice-presidente\\_henrique\\_pedro\\_carlos\\_de\\_beaurepaire\\_rohan\\_\\_0.pdf](https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1856_vice-presidente_henrique_pedro_carlos_de_beaurepaire_rohan__0.pdf)>. Acesso em: 20/11/2024

TCHOPKO, Dorotéa. Cultura e Religião na Colônia Nova Ucrânia. 2008. Disponível em: <[https://anais.unicentro.br/sec/isec/pdf/resumo\\_35.pdf](https://anais.unicentro.br/sec/isec/pdf/resumo_35.pdf)>. Acesso em: 20/11/2024

Tribunal de Justiça do Paraná. Prudentópolis o município e a comarca. Disponível em: <<https://www.tjpr.jus.br/documents/397262/4513290/PRUDENT%C3%93POLIS/9f7750b2-52e0-6096-c365-4ed61f60e4b9?version=1.0>>. Acesso em: 05/12/2024

YURKIWL, Elizângela. HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. A influência da Cultura do povo ucraniano no processo de colonização do município de Roncador-PR. Maringá: 2012. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12473/9381>>. Acesso em: 05/12/2024

# O SER-MULHER NA ARTE: VESTÍGIOS DO OLHAR MASCULINO NAS PINTURAS CLÁSSICAS

Angeliane Arceni Chefer



Roberta Stubs



## MAPEAMENTOS INICIAIS

Por muito tempo, os discursos sobre as mulheres foram produzidos a partir da visão masculina. Outras vezes, quando elas buscavam falar sobre si, suas escritas eram apagadas da história. Ignorou-se o que as mulheres pensavam, como elas se viam, sentiam e se imaginavam.

O mesmo acontece com as imagens produzidas pelos homens, que “[...]” nos dizem mais sobre os sonhos ou medos dos artistas do que sobre as mulheres reais. As mulheres são imaginadas, representadas “[...]” (Perrot, 2007, p.17). Isso acontece, pois, a História da Arte Europeia foi delineada, majoritariamente, por homens, sejam eles historiadores ou artistas.

Compreendemos que a visão sobre o sujeito-mulher acontece mediante a definição histórico-social e cultural da dicotomia entre o ser mulher e o ser homem. Sendo a figura masculina responsável por produzir esses discursos. Como pontua Beauvoir (1967, p. 9) “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Assim, o que se constitui como mulher é sempre pensado a partir do outro-homem.

Nesse contexto, criam-se discursos sobre o que se constitui a mulher e quais são os seus papéis na sociedade. Em uma sociedade e cultura regida pelo machismo e pelo pensamento patriarcal, as mulheres passam a ser representadas de acordo com os desejos masculinos, se tornando objetos de contemplação. Percebemos, então, uma relação de poder entre quem representa e quem se torna subordinada, ou quem é representada. No entanto, mesmo com dificuldades e angústias, percebemos em muitas mulheres, principalmente naquelas tocadas e movidas pelas forças feministas, uma contínua busca pela independência e pelo protagonismo em suas próprias histórias, discursos e visualidades.

Concordando com Tvardovskas (2011, p. 1) quando ela diz que: “onde há poder, há também resistências, e o campo artístico é um dos lugares de crítica contundente à misoginia”, partimos desse lugar de resistência proporcionado pelas artes e pela construção de uma história feminista das mulheres.

De tal modo, essa pesquisa se desdobra do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de uma das autoras, no qual, movidas pelas inquietações do ser mulher-artista-pesquisadora na contemporaneidade, percorremos? o contexto histórico-cultural de produção de pinturas clássicas da história da arte europeia que representam as mulheres a partir do olhar masculino, patriarcal e machista sobre esses corpos.

Por meio das epistemologias feministas, traçamos reflexões e problematizamos o modo como a mulher é representada em pinturas clássicas da história da arte, para discutirmos sobre a objetificação do corpo feminino nas Artes Visuais.

## **HOMENS-ARTISTAS: O NU FEMININO COMO DISPOSITIVO DE DESEJO**

Na escrita historiográfica pouco se encontra sobre as mulheres e suas próprias vivências na sociedade. Visto que o acesso das mulheres à escrita foi tardio, é a visão masculina estereotipada e generalizante que predomina os documentos. De acordo com Perrot (2007), as mulheres eram destinadas ao obscuro silêncio, enquanto os homens produziam abundantes discursos sobre o feminino.

O predomínio da visão masculina reduz as mulheres a espectadoras de si mesmas. Berger (1999) explica que, nesse sentido os homens olham as mulheres, dizem sobre elas, representam seus corpos, se veem sendo olhadas e se tornam apenas o assunto a ser observado.

Ao partir de Perrot (2007) podemos dizer que essa visão masculina sobre o corpo feminino simplifica a mulher, passando a ser entendida como uma imagem, um rosto e um corpo belo. Corpo este, que é desejado, idealizado, dominado, subjugado e que tem a sua sexualidade roubada.

Foram os homens escritores e artistas que no decorrer da história, determinaram os ideais de beleza feminina e as atribuições do ser mulher. A elas se destinavam o silêncio, a castidade, a manutenção da beleza e o recato. Val Cubero (2001, p. 75), complementa ao dizer que: “la belleza propuesta por estos autores es una belleza ‘domesticada’, belleza como signo de integridad moral, de percepción divina, belleza que no es espontánea sino que se alcanza con los correctos cuidados corporales”<sup>25</sup>.

De acordo com Grosz (2000), a feminilidade foi por muito tempo, representada a partir da dicotomia entre o homem-mente e a mulher-corpo, excluindo as mulheres como sujeitos pensantes e criativos. Assim, foram os homens produtores de discursos e visualidades que estabeleceram o modo como a mulher deve ser, se portar, agir e se vestir, reforçando os princípios patriarcais e regulando seus corpos.

O imaginário artístico, conforme Mayayo (2003, p. 138):

---

<sup>25</sup> “A beleza proposta por esses autores é uma beleza ‘domesticada’, beleza como sinal de integridade moral, de percepção divina, uma beleza que não é espontânea, mas que é alcançada com os cuidados corporais corretos” (Val Cubero, 2001, p. 75, tradução nossa).

“[...] actúa como un mecanismo de regulación de las conductas mediante el cual se adoctrina a las mujeres sobre aquellos roles que deben representar (virgen, madre, amante esposa...) y aquellos que deben, a toda costa, rechazar (prostituta, bruja, mujer fatal...)”<sup>26</sup>.

Neste sentido, as imagens são pedagógicas e constituem nossas subjetividades e imaginários ao reproduzir os discursos que estão imbricados nas relações de poder e na dualidade homem-mulher. Para Loponte (2002), a arte e a produção de visualidades desempenham um papel fundamental na criação e divulgação de estereótipos.

Ao olharmos para as imagens da arte que possuem uma representação de mulher, sobretudo a partir do renascimento, percebemos que um dos gêneros artísticos se destaca, o nu feminino observamos as representações femininas na arte, especialmente a partir do Renascimento, percebemos que um gênero artístico se destaca: o nu feminino. Há uma grande quantidade de produções que retratam mulheres nuas, com olhares passivos que atendem o espectador masculino que a observa e a contempla.

Assim, “ela não está nua como ela é. Ela está nua como o espectador espectador a vê” (Berger, 1999, p. 52). Para o referido autor, esse tema aparece com frequência na leitura visual que os artistas fazem sobre o conto da “Susana e os anciões”.

O conto narra a história de Susana, uma jovem judia molestada por dois velhos. Os senhores se escondem para espionar a moça enquanto ela toma banho e, ao ver que Susana ficou sozinha, os dois homens a molestam. Ela recusa-os e é acusada de adultério e condenada à morte. A caminho de seu julgamento, a jovem pede ajuda a Deus, que envia uma criança para provar a sua inocência. Os idosos são executados e Susana recebe o título de casta.

Como señala Mary D. kraus, es curioso que una historia bíblica destinada a ensalzar la castidad femenina se haya transformado, en la tradición iconográfica occidental, en una escena de franca sensualidad e incluso en una oportunidad para legitimar el placer escópico: la mayor parte de los pintores renacentistas y barrocos se recrean en el episodio del baño, haciendo hincapié en el disfrute salaz de los viejos y en la exuberancia del cuerpo de Susana, que se ofrece, desnudo y accesible, a la mirada del espectador (Mayayo, 2003, p. 32, apud Garrard, 1982, p. 149)<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> “[...] atua como um mecanismo de regulação dos comportamentos por meio do qual se doutrina as mulheres sobre os papéis que devem representar (virgem, mãe, esposa amante...) e aqueles que devem, a todo custo, rejeitar (prostituta, bruxa, mulher fatal...)” (Mayayo, 2003, p. 138, tradução nossa).

<sup>27</sup> “Como aponta Mary D. Kraus, é curioso que uma história bíblica destinada a enaltecer a castidade feminina tenha se transformado, na tradição iconográfica ocidental, em uma cena de franca sensualidade e até mesmo em uma oportunidade para legitimar o prazer escópico: a maior parte dos pintores renascentistas e barrocos se deleita com o episódio do banho, enfatizando o prazer lascivo dos anciões e a exuberância do corpo de Susana, que se oferece, nu e acessível, ao olhar do espectador” (Mayayo, 2003, p. 32, apud Garrard, 1982, p. 149, tradução nossa).

**FIGURA 01: TINTORETTO, SUSANA E OS ANCIÃOS, 1557, ÓLEO.**



**Fonte:** Google Arts and Culture<sup>28</sup>

Para Garrard (1982) esse assunto foi abordado por artistas do século XVI a XVIII como uma oportunidade de exibir o nu feminino. O artista Jacoppo Robusti Tintoretto (1518–1594) faz duas versões do conto, uma em 1555 e outra em 1557. Esta última traz ênfase erótica para o corpo de Susana e mostra os velhos observando-a mais de perto (Figura 6).

Nesta pintura, podemos ver Susana olhando-se no espelho com um olhar sereno e passivo, sem notar que os senhores estavam a observando. Os anciãos estão à espreita, um no canto inferior esquerdo e o outro mais ao lado. Segundo Berger (1999) a jovem se une aos espectadores que também a observam. Para ele, o espelho traz a simbologia da vaidade feminina.

A respeito da subversão do tema – feita pelos homens artistas – Garrard (1982, p 153) explica que o assunto oculto presente no conto, se trata do estupro cometido pelos anciãos contra Susana. De acordo com a autora, “in art, a sexually exploitative and morally meaningless interpretation of the theme has prevailed, most simply, because most artists and patrons have been men [...]”<sup>29</sup>. Essa visão masculina sobre os corpos femininos diz respeito a seus próprios desejos e traduzem erroneamente contos que apresentam mulheres protagonistas de si.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/susanna-and-the-elders-jacopo%20robusti-called-tintoretto/oQElxVov8NZf2g?hl=en>.

<sup>29</sup> “Na arte, uma interpretação sexualmente exploratória e moralmente vazia do tema prevaleceu, de forma bastante simples, porque a maioria dos artistas e mecenas sempre foi composta por homens [...]” (Garrard 1982, p 153, tradução nossa).

Para além dos contos bíblicos, os artistas passaram a representar a figura feminina enquanto deusas gregas e romanas. Observamos, a partir do Renascimento, muitas obras que retratam a deusa do amor. Na mitologia grega essa divindade é conhecida como Afrodite, mas foi identificada em Roma como Vênus.

Assim como explica Grimal (2005, p.10), existem duas tradições diferentes a respeito de seu nascimento, nas quais “ora fazem dela a filha de Zeus e de Díone, ora uma filha de Úrano, cujos órgãos sexuais, cortados por Crono, caíram no mar e geraram a deusa, a mulher-nascida-das-ondas, ou então nascida do esperma do Deus?”. Foram produzidas inúmeras pinturas sobre essa temática, em sua maioria mulheres nuas. Dentre elas, destacamos a pintura *Vênus de Urbino*, feita em 1538, por Ticiano (1488 – 1576) (Figura 7) e *O Nascimento de Vênus* (1863) do artista francês Cabanel (1823 – 1889) (Figura 8).

## FIGURA 02



Fonte: Galeria Uffiz<sup>30</sup>

Para Mayayo (2003), o artista Ticiano inaugurou um padrão representativo de mulheres nuas, que se manteve ao longo do século XIX. Essas figuras femininas geralmente se encontram em posições de serem contempladas por dois sujeitos: pelo pintor e pelos espectadores homens.

Na pintura de Ticiano vemos a figura de uma jovem nua prestes a se vestir para o seu casamento. Segundo a descrição encontrada no site da Galeria Uffizi, Ticiano tomou como inspiração a representação de uma Vênus casta, mas que observa o público

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www.uffizi.it/en/artworks/venus-urbino-titian>.

– e é observada – de forma passiva e sedutora. Ao seu lado se encontra um cachorro adormecido, sendo usado como uma referência à fidelidade no casamento.

**FIGURA 03**



**Fonte:** Museu d'Orsay de Paris

A obra de Cabanel retrata uma deusa Vênus, branca e sensual, nascendo na espuma do mar – uma referência a um dos contos sobre o nascimento da deusa do amor. A pintura se encontra no Museu d'Orsay em Paris e pode ser acessada digitalmente pelo site do museu. Na apresentação da obra digital o museu deixa explícito que o tema mitológico retratado na pintura é apenas um pretexto para abordar o nu, a idealização do corpo feminino e a sensualidade exagerada.

Quando refletimos sobre essas imagens, percebemos que elas reafirmam as diferentes narrativas, sejam elas literárias, históricas ou mitológicas, que servem como justificativa para que pintores homens retratem o nu. Nesse aspecto, para Mayayo (2003), o corpo feminino aparece apenas como um dispositivo do desejo masculino.

## **CONCLUSÃO**

Esses discursos e imagens foram disseminados e, ainda hoje, podemos ver resquícios do relacionamento desigual entre o masculino e o feminino. Berger (1999) compreende que essa relação dicotômica, reforçada pelos homens há séculos, estruturou a percepção que muitas mulheres possuem de si, criando padrões de feminilidade.

No entanto, os estudos sobre gênero e o desenvolvimento de epistemologias feministas buscam “[...] libertar as mulheres da figura Mulher, modelo universal construído pelos discursos científicos e religiosos, desde o século XIX” (Rago, 2013, p. 28). Essa nova narrativa possibilita olhar de outra perspectiva para o mundo, de modo a

questionar essa visão patriarcal e estereotipada. Conforme diz Loponte (2002), essas correntes de pensamento permitiram o rompimento com as verdades consolidadas e a inauguração de pensamentos plurais.

A partir do século XX, o ocidente passa por revoluções tecnológicas e de pensamento, que transformam o mundo social e cultural. Essas mudanças proporcionam a gradual participação das mulheres na sociedade. Mas, para Almeida (2010), as transformações mais significativas ocorrem entre as décadas de 1960 e 1970.

Neste período, as pesquisas sobre gênero, os feminismos e a emancipação sexual das mulheres, viabilizam a transformação do meio artístico. De acordo com Higonnet (2018), as mulheres começam a questionar as contradições entre o modo como os outros – principalmente os homens – as veem e a maneira como elas se observam. Ao repensar o modo que se produzia arte, os suportes artísticos também se modificam, proporcionando a inserção da fotografia na arte e a hibridização dos materiais artísticos. Passa-se ainda, a refletir sobre a enorme presença de figuras masculinas na História da Arte e no mercado de arte (Trizoli, 2008). Assim como, a potência criadora da mulher começa a ganhar espaço, a qual esteve muito tempo escondida nas sombras de seus pais e maridos. Sobre esse tema, Garrard (1982) destaca que, devido ao apagamento de suas identidades artísticas por seus pseudônimos masculinos, as mulheres artistas estão sendo, constantemente, redescobertas. Por isso, se torna essencial utilizar pesquisas confiáveis para distinguir as obras das mulheres.

Nesse entremeio urge a necessidade de se produzir uma história das mulheres, incluindo nela as mulheres artistas. Assim, temáticas contemporâneas como a subjetividade, gênero e sexualidade começam a ser mais abordadas na arte. Portanto, a transformação nos modos de se pensar a mulher na sociedade traz, para a arte, a construção de uma estética feminista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Flávia Leme de. Mulheres recipientes: recortes poéticos do universo feminino nas artes visuais. Cultura acadêmica, 2010.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BERGER, John. Modos de ver. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

GARRARD, Mary. Artemisia and Susanna. IN: NORMA, Broude; GARRARD, Mary D. Feminism and art history: questioning the Litany. New York: Routledge, p. 147 – 172, 1982.

GRIMAL, Pierre. Dicionário da mitologia grega e romana, trad. Victor Jabouille. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. Cadernos Pagu, n. 14, p. 45-86, 2000.

HIGONNET, Anne. Mujeres, imágenes y representaciones. IN: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. Historia de las mujeres: el siglo XX. Taurus, p. 350 – 377, 2018.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. Revista Estudos Feministas, v. 10, p. 283-300, 2002.

MAYAYO, Patrícia. Historias de mujeres, historias del arte. Madrid: Ediciones Cátedra, 2003.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. Balizas. In: RAGO, Margareth. A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p. 23-59, 2013.

TRIZOLI, Talita. O feminismo e a arte contemporânea—considerações. Florianópolis: Anais da ANPAP, 2008.

TVARDOVSKAS, Luana Saturnino. Teoria e crítica feminista nas artes visuais. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUH, p.1-16, 2011.

VAL CUBERO, Alejandra. A percepção social do nu feminino na arte (séculos XVI-XIX): pintura, mulher e sociedade. Tese (Doutorado). – Facultad de Ciencias de la Información Universidad Complutense de Madrid, 2001.

*BERLIN: A ANÁLISE DE UMA  
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA  
SOBRE A EFERVESCÊNCIA  
CULTURAL NA CAPITAL ALEMÃ  
DOS ANOS 20*

Luiz Fernando de Oliveira Rosseto



O trabalho com HQs ainda é, de modo geral, um campo pouco explorado por historiadores, visto que muitas vezes são taxados como entretenimento vazio ou produtos culturais sem grandes aspirações. Entretanto, os quadrinhos são uma interessante fonte para o trabalho do historiador, uma vez que não estão à margem da sociedade e também ultrapassam o ficcional, pois são produzidos em determinado espaço e tempo e podem representar uma construção com cunho ideológico e fortemente político (Rodrigues, 2021).

Dito isso, a obra deve ser tratada como qualquer outra fonte histórica e “mais do que simplesmente focar em personagens, a ênfase [da análise] deve levar igualmente em consideração quem ao longo do tempo e do espaço produz, [...], quem lê e quem é responsável de algum modo por colocá-los em circulação” (Rodrigues, 2021, p. 25), buscando responder às seguintes perguntas: Quem produziu? Com qual objetivo? Em qual contexto? Sobre o que fala?. Além disso, o presente artigo também pretende resgatar elementos gráficos e simbólicos utilizados pelo autor ao longo da obra.

Sendo assim, o trabalho com a história em quadrinhos *berlin* (2020), de Jason Lutes, analisada com frequência por fãs de quadrinhos, mas escassamente trabalhada na academia por historiadores, é uma forte oportunidade para contribuir com o conhecimento histórico acerca da análise de quadrinhos, visto que a obra traz diferentes aspectos importantes tanto para a História Política quanto para a História Cultural, com a representação de um período conflituoso, como a década de 20 na Alemanha e momento de ascensão do nazismo, e o uso de elementos gráficos simbólicos na narrativa a partir de construções imagéticas.

Os principais objetivos do presente trabalho consistem em analisar os seguintes itens: compreender o período descrito a partir da representação de personagens fictícios desenvolvidos por Lutes na história em quadrinhos; explorar as representações visuais e simbólicas trazidas por Lutes ao longo da obra; e demonstrar como a história em quadrinhos pode ser tratada como uma fonte histórica.

Em relação à fonte, trabalhar com Histórias em Quadrinhos é, mas não apenas isso, trabalhar com produtos da indústria cultural, visto que seguem, além da vontade do autor e da editora, uma lógica de mercado que envolve um público específico. Mas, para além, as Histórias em Quadrinhos não estão à margem da sociedade como puro entretenimento, elas possuem um papel social e surgem como um produto de um período histórico-social.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial e sua devastadora derrota, a Alemanha encontrava-se em situação caótica, passando por sucessivas crises políticas, sociais e

econômicas, as quais dividiam o país em diferentes grupos com opiniões divergentes sobre os rumos que a nação deveria tomar. Durante o processo de queda do poder imperial alemão, paralelo às sucessivas derrotas na guerra, ocorre uma série de reformas, responsáveis pelo enfraquecimento do Kaiser e maior atribuição de poderes e responsabilidades ao parlamento, por meio de modificações na Constituição Imperial (Mello, 2011). Contudo, reformas político-sociais tomadas de maneira gradual não seriam o suficiente para aplacar a insatisfação popular em contexto de guerra, que passara por altos níveis de crueldade, perdas familiares, fome, escassez de mão de obra e de produtos, crises econômicas e movimentos contra o conflito bélico internacional.

Associado a tal descontentamento está a formação de diferentes agrupamentos políticos e associações partidárias, como o Partido Social Democrata Independente (USPD), uma forma de oposição ao governo, os Spartakistas, com caráter comunista e anti-imperialista, e os sindicalistas. Em meio à grande divergência, as ruas de Berlim, assim como de outras grandes cidades, tornam-se palco de protestos, manifestações e conflitos violentos. Os sociais democratas, por sua vez, interessados em evitar que a temida revolução comunista fosse instaurada, exigiram que o Imperador abdicasse, obtendo sucesso e conseguindo que a República Alemã, mais conhecida como República de Weimar, fosse proclamada (Mello, 2011). Os primeiros anos da República, até que se conquistasse certa estabilidade, seriam marcados por uma série de crises, altos índices de inflação, fome e desemprego:

Sucede-se um período político conturbado, pleno de antagonismos sociais e de profunda crise econômica: lado a lado convivem a fome, o desespero e a miséria com a riqueza, as drogas e a luxúria. Enquanto, em 1923, a maior parte da população recebe o bônus desemprego de 2,5 bilhões de marcos por semana - o pão custa 1,5 bilhão (Mello, 2011, p. 107).

Ainda assim, em meio ao caos político e econômico, a nova Constituição instaurada na Alemanha seria marcada por grandes avanços no que diz respeito aos direitos sociais, sendo reconhecida como progressista para o período, apesar de o país manter a criminalização da homossexualidade em seu Código Penal. Isso, associado à atmosfera intelectual e sentimento de avanços para a superação do mundo pré-Guerra, torna o país, mas principalmente sua capital, um cenário propício ao descobrimento e à defesa das liberdades individuais nos quesitos sexualidade e gênero (Quinalha, 2022).

O palco promovido pela República de Weimar promoveria à sexualidade um ambiente de debates maior do que em qualquer época já vivida e esse sentimento de liberdade seria responsável pelo desenvolvimento e expansão da vida noturna na capital

alemã, onde localizam-se inúmeros bares, cabarés e restaurantes voltados às atividades sexuais, sejam elas hetero ou, mais comumente, homossexuais.

**FIGURA 01: MAP OF EROTIC AND NIGHTTIME BERLIN**



**Fonte:** (Gordon, 2006, p. 271-272)

Entretanto, é óbvio que a sociedade alemã não era majoritariamente apoiadora desse novo estilo de vida, alguns enxergavam tais manifestações culturais como algo decadente e subversivo e formavam um grupo oposicionista, mas não foi capaz de impedir o desenvolvimento de uma rica subcultura homossexual, a qual contava não apenas com os estabelecimentos citados, como bares e cabarés, mas também cafés, restaurantes e até uma imprensa alternativa voltara para o público, com seus próprios jornais e periódicos (United States Holocaust Memorial Museum, sd). Torna-se cada vez mais comum que gays se mudassem para Berlim para viver abertamente como gays.

Paralelo à construção e expansão das liberdades individuais desenvolve-se um pensamento científico acerca de assuntos relacionados à sexualidade e aos papéis de gênero, representado, principalmente, por Magnus Hirschfeld, médico e sexólogo. Hirschfeld foi responsável pela fundação do Instituto de Ciência da Sexualidade, local que serviu para estudos sobre a população homossexual e para aconselhamento para gays, lésbicas e trans sobre informações, doenças e tratamentos (Cabaré, 2023).

Gordon (2006) apresenta, em seu livro, também uma atmosfera artística na cidade, com importantes produções teatrais e cinematográficas que serviam como uma espécie de propaganda da vida berlinense para populações de outras localidades, inclusive do exterior. Mas, para além dessa faceta da produção cultural voltada para a

sexualidade, é desse período que data também o cinema expressionista alemão, que se desenvolvera e ganhara expressão durante a Primeira Guerra, quando a exibição de produções internacionais foi proibida nas salas de cinema alemãs e a cinematografia nacional teve de crescer para atender a demanda interna por filmes. Com isso, ao longo da República de Weimar, a Alemanha tornou-se a segunda maior produtora cinematográfica do mundo, ficando atrás apenas de Hollywood, com obras como *O Gabinete do Dr. Caligari*, de Robert Wiene (1920), *Nosferatu*, de F.W. Murnau (1922), e *Metropolis*, de Fritz Lang (1927) (Silva, 2004).

É nesse contexto de grande efervescência política, social, cultural, artística, científica e sexual que se passa a trama da história em quadrinhos de Lutes, *berlin* (2020). Gordon (2006) aponta que a cidade era chamada a época de uma *Metrópole Quimérica*, remetendo à estranha criatura mitológica grega que possui partes do corpo de diversos animais, formando um único ser peculiar. Outros relatos do período comparam a capital alemã à Babilônia e à história da Torre de Babel, com suas inúmeras línguas faladas ao mesmo tempo em um mesmo espaço, criando uma situação caótica e confusa, assim como a Berlim dos anos 1920.

A obra de Lutes caracteriza-se como uma história em quadrinhos de não-ficção, por tratar-se de uma narrativa com pano de fundo histórico verdadeiro, mesmo que com personagens fictícios, como os dois protagonistas: o jornalista berlinense, Kurt Severing, e a estudante de arte recém chegada a Berlim, Marthe Müller. O pano de fundo histórico, como já detalhado nas seções anteriores, é a capital alemã, Berlim, mas a cidade, com toda sua vivacidade e riqueza, acaba tornando-se outra protagonista da trama, uma personagem não-humana que, em suas inúmeras facetas e enredos paralelos, torna-se muito mais que um simples cenário, torna-se a responsável pela história. Temporalmente, a história é ambientada na República de Weimar, entre os anos 1928 e 1933, ou seja, em seu período de queda, e termina em um momento prestes à ascensão do Partido Nazista ao poder a partir da nomeação de Hitler ao cargo de Chanceler da Alemanha.

Publicada por Jason Lutes ao longo de mais de 20 anos, entre 1996 e 2018, a obra é dividida em 22 edições, organizadas em três volumes: *berlin: City of Stones* – Edições 01-08 (2000); *berlin: City of Smoke* – Edições 09-16 (2008); e *berlin: City of Light* – Edições 17-22 (2018). Posteriormente, em 2018, o autor lançou um volume integral da história, com todas as 22 edições transformadas em capítulos. Essa edição chegou ao Brasil em

2020, traduzida e vendida pela editora Veneta, com modificações importantes que perdem parte da essência da publicação original, algo que discutirei nas seções seguintes.

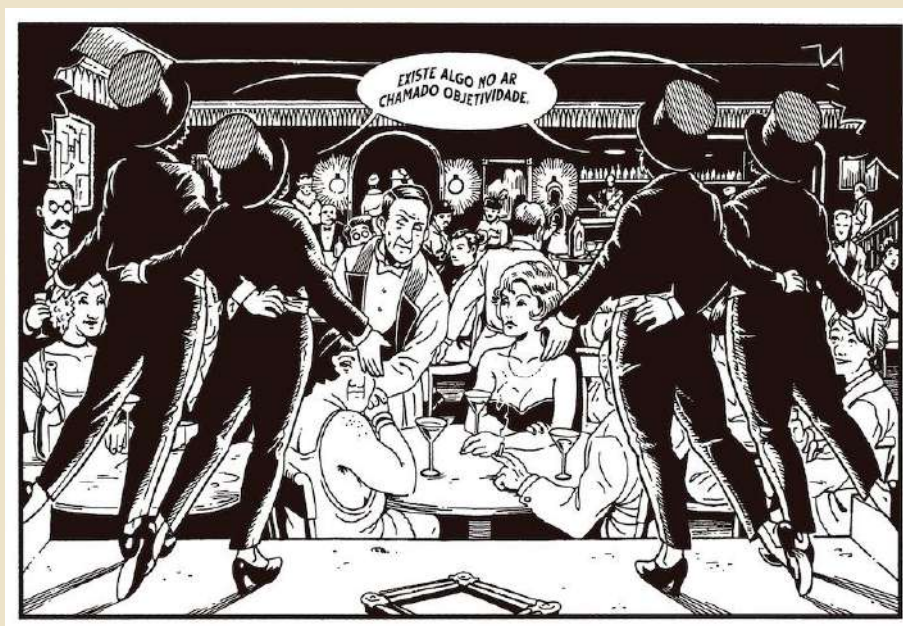
A partir da leitura e análise da obra de Lutes (2020), é possível observar diferentes aspectos trabalhados pelo autor na narrativa, nas construções de imagem e na associação entre ambos.

Logo nas primeiras páginas da história, assim que Marthe e Kurt chegam a Berlim, nos deparamos com a crise da sociedade alemã, associada a uma pluralidade de grupos, que marca os anos da República de Weimar, quando Marthe questiona o tratamento dado a um veterano da Primeira Guerra, que vive em situação de rua e é ignorado pelos passantes do local. Diferente da realidade de sua cidade natal no interior, onde os veteranos eram tratados com prestígio, Marthe depara-se com uma situação na qual são indiferentes e ignorados, assim como o são os diferentes grupos e shows paralelos que ocorrem por toda a cidade.

Quinalha (2022) aponta o processo de urbanização desenrolado após as revoluções industriais como responsável pela grande aglutinação de pessoas em um ambiente cosmopolita no qual, apesar de milhares de pessoas viverem lado a lado, é possível viver no anonimato e encontrar-se com outros iguais, sob um véu de indiferença que não existe em cidades de poucos habitantes.

A indiferença social, apesar de não ser absoluta, possibilitou o desenvolvimento de grupos diversos, sejam no campo da política ou da sexualidade. As questões voltadas à sexualidade não são representadas com tanto afínco por Lutes, mas são referenciadas por meio da vida noturna (como na Figura 02) desenvolvida na cidade por meio dos cabarés e bares, os quais “eram lugares em que floresciam existências e interações que foram fundamentais para alimentar um senso de comunidade” (Quinalha, 2022, p. 21). Em meados do segundo encadernado, Cidade de Fumaça, somos apresentados a um cabaré voltado às atividades sexuais da vida noturna em Berlim, o qual pode representar qualquer um dos diversos pontos presentes na Figura 2.

FIGURA 02



Fonte: (Lutes, 2018, p. 55)

Já os elementos políticos são trabalhados mais profundamente pelo autor e mesclam-se aos elementos simbólicos ao longo da narrativa. Em entrevista a Ramon Vitral, do portal Vitralizado, Lutes é questionado sobre a não representação da suástica até o último encadernado. O autor aponta que, na cultura pop, a suástica acabou representando uma figura caricata dos nazistas, tidos como vilões e bandidos de desenhos animados, de forma estereotipada, o que é, de certa forma, perigoso, pois isenta os indivíduos da culpa por seus atos, então Lutes estava “mais interessado em descobrir o lado humano dessas pessoas, das pessoas que escolhem esse caminho. E queria o mesmo para o leitor, que eles fossem vistos como indivíduos e não como estereótipos monolíticos” (Lutes, 2020), tomando o devido cuidado para que a expressão *lado humano* não seja mal interpretada. Aqui vemos a aplicação de um raciocínio complexo e necessário, visto que a despersonificação e a caricaturização da figura do soldado nazista por diversas obras da cultura pop esvazia a responsabilidade do indivíduo, tornando-o algo não-humano, algo monstruoso, caricato e puramente mau, quando deve ser encarado como um ser humano, membro de um grupo social, que acreditou no que fazia e infringiu inúmeros danos a outro grupo a partir de suas crenças políticas, devendo pagar como tal.

Arendt (1981), argumenta como o mal não surge de uma natureza intrínseca e monstruosa, mas da incapacidade crítica e da normalização de atos horrendos, sendo a banalização das ações que torna o mal tão perigoso, pois ele pode ser cometido por pessoas comuns que se identificam com um contexto propício, não devendo ser ignorado.

O objetivo de Lutes foi executado, então, removendo a suástica da obra, até os capítulos presentes no último encadernado. Entretanto, isso não significa que a suástica não estivesse presente de maneira simbólica ao longo da história, quase que como algo à espreita, prestes a aparecer e ocupar seu local com a ascensão do Partido Nazista ao poder em 1933. Na página 205 da edição Brasileira (Figura 03), vemos uma passeata de soldados do Partido, com a bandeira representada no quadrado ao centro, sem a presença da suástica. Porém, ao observar a organização dos quadros na página, é possível identificar um jogo feito pelo autor para que sua formação se assemelhasse com o símbolo, marcando ali sua presença, mesmo que de forma implícita.

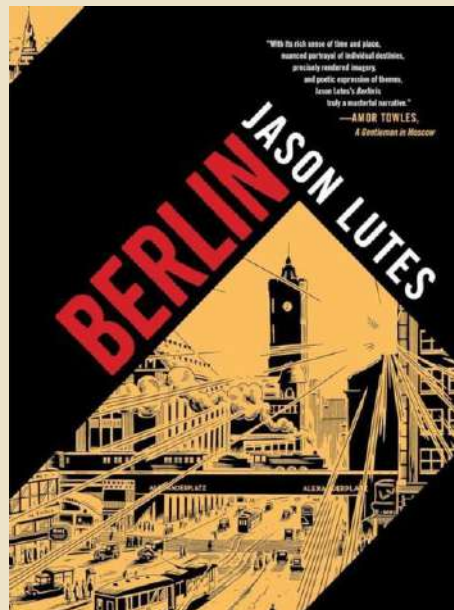
**FIGURA 03**



**Fonte:** (Lutes, 2018, p. 205)

Outra estratégia compositiva realizada pelo autor utilizando a suástica, porém, não está presente na edição brasileira publicada pela editora Veneta, mas apenas na edição norte-americana do quadrinho (Figura 04). Em sua análise, Vicente R. (2020) chama atenção para a capa do livro, onde vemos algumas faixas pretas, contendo informações sobre o livro, como uma avaliação, a autoria e o título do livro. O mesmo recurso foi utilizado nas capas das edições individuais da história (Figura 05), nas quais é possível observar melhor a formação das barras pretas, que seriam parte de uma suástica, também oculta, mas perceptível aos olhares mais atentos (R., Vicente, 2020).

FIGURA 04



Fonte: (Lutes, 2018)

FIGURA 05



Fonte: (Lutes, 2018)

Esses trabalhos com elementos simbólicos e imagéticos são utilizados pelo autor de modo a representar a participação do nazismo na história como algo que não está fortemente presente, pelo menos não como um dos personagens principais, mas paira na atmosfera da narrativa constantemente. A estratégia de Lutes é, mais uma vez, interessante por responder à pergunta recorrente em salas de aula quando o assunto é nazismo e Segunda Guerra Mundial: “como eles deixaram isso acontecer?”. A resposta pode ser encontrada na utilização da ausência da suástica — ela só aparece quando o

nazismo é uma ameaça grande demais para ser ignorada, antes disso sendo apenas um mal à espreita, desacreditado ou visto como incapaz de alcançar proporções significativas.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar a história em quadrinhos *Berlin*, de Jason Lutes, como uma fonte histórica, com a pretensão de explorar as representações visuais, simbólicas e narrativas utilizadas pelo autor, mas também refletir sobre temas como a ascensão do nazismo, a efervescência cultural e a liberdade sexual na Berlim dos anos 1920, e como esses temas são abordados pelo autor. A análise de *Berlin* demonstra que as Histórias em Quadrinhos podem ser fontes históricas em potencial para o trabalho do historiador, oferecendo uma perspectiva complexa, fruto de uma construção histórico-social. No entanto, é importante ressaltar que a análise aqui realizada não teve como objetivo esgotar as possibilidades de pesquisa da HQ, por tratar-se de uma obra com quase 600 páginas que contém diversos elementos simbólicos que não caberiam em apenas um artigo científico, ficando aqui a recomendação e oportunidade para maiores e mais profundas análises futuras.

Por fim, a análise de *Berlin* nos convida a refletir não apenas sobre o passado, mas também sobre o presente. Em um momento em que discursos autoritários e polarização política ressurgem em diversas partes do mundo, compreender um período tão conturbado da história alemã, como os anos 1920, é fundamental para compreender, também, o presente. Ao retratar a Berlim dos anos 1920, Lutes não apenas nos apresenta um período histórico fascinante, mas também nos convida a refletir sobre a sociedade passada, presente e futura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*, Trad.: Roberto Raposo, 5ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981.

CABARÉ Eldorado: O Alvo dos Nazistas. Direção: Benjamin Cantu. Produção: Mathias Schwerbrock. Alemanha: Netflix, 2023. Disponível em: <https://www.netflix.com/search?q=eldorado&jbv=81331646>. Acesso em: 9 jul. 2023.

ELDORADO. [S. l.], 18 jan. sd. Disponível em: <https://cabaret.berlin/venues/eldorado/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GORDON, Mel. *Voluptuous Panic: The erotic world of weimar berlin*. Los Angeles, CA: Feral House, 2006.

LUTES, Jason. *berlin*. São Paulo: Veneta, 2018.

LUTES, Jason. *berlin*. Drawn and Quarterly, 2018.

LUTES, Jason. Papo com Jason Lutes, autor de *Berlim*: “Pensei na cidade como uma espécie de palco e deixei os personagens por lá, sem um plano específico”. [Entrevista concedida a] Ramon Vitral. Vitralizado, 26 out. 2020. Disponível em: <https://vitralizado.com/hq/papo-com-jason-lutes-autor-de-berlim-pensei-na-cidade-como-uma-especie-de-palco-e-deixei-os-personagens-por-la-sem-um-plano-especifico/>. Acesso em: 11 fev. 2025. MELLO, S. L. de. República de Weimar: Alemanha 1919-1933. *História & Ensino*, [S. l.], v. 2, p. 101-111, 1996. DOI: 10.5433/2238-3018.1996v2n0p101. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12772>. Acesso em: 16 jan. 2024.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias*. São Paulo: Autêntica, 2022.

R, Vicente. *A Queda da Grande Babilônia: Berlim*, de Jason Lutes. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.newfrontiersnerd.com.br/2020/10/a-queda-da-grande-babilonia-berlim-de-jason-lutes/>. Acesso em: 9 jan. 2025. RODRIGUES, Márcio dos Santos. Apontamentos para a pesquisa histórica sobre quadrinhos. In: CALLARI, Victor; RODRIGUES, Márcio dos Santos. *História e quadrinhos: contribuições ao ensino e à pesquisa*. Belo Horizonte: Letramento, 2021. p. 19-61.

SILVA, Michel. O cinema expressionista alemão. Revista Urutagua, Maringá, v. 10, n. 2, dezembro. 2004. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/010/10silva.htm#:~:text=%C3%89%2C%20no%20ento%2C%20o%20filme,produzir%20um%20cinema%20estritamente%20expressionista>. Acesso em: 19 de jun. 2024.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Gay men under the nazi regime. Available in: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/gay-men-under-the-nazi-regime>. Accessed on: January 16, 2024.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Paragraph 175 and the nazi campaign against homosexuality. Available in: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/paragraph-175-and-the-nazi-campaign-against-homosexuality>. Accessed on: January 17, 2024.

VIEIRA, Neff Borba Araquan. Dissidências flamejantes na república de Weimar: um espetáculo moderno de intelectualidade e gênero na hq 'Berlim' de Jason Lutes. 2023. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2023.

# MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES: UMA NARRATIVA DO BRASIL NOS ANOS DE 1950 A 1980

Vitor Emanuel Espiasse Pandolpho



Neilaine Ramos Rocha de Lima



A intelectual Maria da Conceição Tavares foi um dos grandes nomes do pensamento econômico brasileiro no século XX, suas obras demonstraram uma preocupação com o desenvolvimento econômico nacional. É comum em seu trabalho recorrer à história como ferramenta metodológica para a compreensão do seu presente, e dos problemas econômicos que faziam do Brasil um país que para ela era subdesenvolvido. Sendo assim, o presente trabalho se debruçou nos escritos da economista e encontro não apenas uma teoria, ou ideário, mas também uma narrativa sobre o desenvolvimento histórico do Brasil.

A narrativa histórica se difere de uma literatura tradicional, pois enquanto essa traz ao leitor o romantismo e a ficção, a narrativa histórica como pesquisa científica deve trazer ao leitor a verdade estabelecida pela análise minuciosa dos documentos, dos fatos e da oralidade. Ela deve manter o distanciamento entre o objeto e o pesquisador e deve, acima de tudo, ser analisada dentro da sua temporalidade.

Paul Veyne (2008) destaca que a narrativa histórica não tem metodologia, o autor pontua que a escrita da história é como um conto, o historiador analisa a sua fonte e transfere o seu resultado para o papel sem qualquer preocupação. Veyne afirma isso por ser um escritor especializado em antiguidade, pois as análises desenvolvidas por ele em seu campo de atuação acabam sendo muitas das vezes influenciadas pelo filósofo francês Michel Foucault:

A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance; o vivido, tal como ressaí das mãos do historiador, não é o dos atores; é uma narração que permite alguns falsos problemas. Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto a nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos (Veyne, p. 18).

Para Veyne, a narrativa dos eventos passados forma um corpo que se denomina história, o historiador tem a possibilidade - e colocando a em prática - para no decorrer da elaboração de um conhecimento histórico, selecionar, simplificar, organizar as ideias e os eventos, promovendo uma verdadeira síntese, que abriria margens para que a temporalidade histórica muito abrangente fosse narrativizada em poucos parágrafos (Moraes, 2018).

Sendo assim, Paul Veyne descreveu que há dois tipos de explicação, a científica e a familiar. Enquanto a científica se baseia à luz das aplicações das leis gerais, como a filosofia e a ciência, a familiar se reflete na vivência do dia a dia dos sujeitos históricos, sendo a única forma de explicação histórica.

Outro pensador sobre essa perspectiva da narrativa histórica, Heyden White (2008), mostrou que a escrita da história é delineada entre a ficção e arte, ou seja, o historiador, enquanto pesquisador, analisa a fonte e depois a transfere para o papel como uma espécie de prosa estruturada. Sendo assim, White descreve que as grandes obras foram entendidas como

sendo uma combinação de dados, conceitos teóricos explicadores desses dados e uma estrutura narrativa de essência profundamente poética e linguística por natureza (Morais, 2018). White pontua que as sequências históricas podem ser narradas de diversas formas, dependendo do ponto de vista do historiador. Isso acaba por trazer informações diferentes de determinados eventos e trazer consigo interpretações diferenciadas. Assim, cada acontecimento recebe um tratamento de acordo com a visão do historiador a respeito daquele fato para poder atingir o público alvo.

Michael de Certeau (2008, p. 66-77) também afirmou que o lugar social implica na forma de como a escrita é estruturada e repassada. Para o autor, o local onde surge a escrita historiográfica pode ser influenciada por particularidades sócio-econômicas, políticas e culturais. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em particularidades.

Contudo, o presente artigo terá por finalidade apresentar uma análise das ideias da economista e intelectual Maria da Conceição Tavares. Sua coleção de obras garante ao historiador uma riquíssima fonte de análises históricas para entender os principais períodos do Brasil no século XX, especificamente nas décadas de 1950 a 1980. Período esse marcado por várias mudanças institucionais no país. A sua coletânea de ensaios permite estudar uma narrativa histórica através de suas perspectivas econômica, buscando explicar as causas do Brasil não em uma cientificidade, como apontados por muitos, mas através de uma análise estruturalista dos problemas de fracasso econômico, baseando-se na História para poder compreender no passado as problemáticas do futuro. O estudo desses ensaios implicou em uma narrativa desenvolvimentista para o Brasil, pois a autora estava inserida em um momento consagrado como o auge do nacional-desenvolvimentismo, na década de 1950 até final de 1980.

### **1950: O AUGUE DO NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL**

A década de 1950 e 1960 foi marcada por inúmeras mudanças tanto nacionalmente quanto internacionalmente. Os Estados Unidos surgiram como uma potência global após a Grande Depressão de 1930 que colocou todos os países em uma enorme recessão durante essa década. O pós-guerra trouxe uma remodelagem das estruturas do mercado para o mundo todo, inclusive repensar as teorias econômicas para poder reconstruir a Europa devastada pela II Guerra Mundial. Sendo assim, o Plano Marshall, ajuda financeira destinada aos países destruídos pela segunda guerra, fortaleceu ainda mais a hegemonia americana com seus juros, além de dar condições para que a Europa pudesse se industrializar novamente.

Nos países ditos subdesenvolvidos a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial fizeram com que muitos países da América Latina mergulhasse em profunda recessão

econômica, pois a maioria desses países tinham uma economia fortemente agrícola, estruturada em um modo de produção primário voltado especificamente para a exportação de commodities. Caso como esse era o Brasil, focado na exportação do café desde o início da república até meados dos anos de 1950.

Nos anos de 1950 e 1960 os intelectuais da área da economia voltaram seus estudos para essas economias latino-americanas. As produções intelectuais desses pensadores sempre tiveram a influência de autores europeus, especificamente John Maynard Keynes, popular na Inglaterra após escrever suas teses sobre a Grande Depressão, onde o autor analisa as economias desenvolvidas, como os Estados Unidos e a própria Inglaterra, e afirma que para poder sair da crise o Estado deve ser atuante e desencadear investimentos em áreas específicas para o desenvolvimento:

Este era o caso dos países latino-americanos. Suas economias teriam passado por uma fase primário-exportadora, caracterizada pelo chamado “crescimento para fora”, seguida por uma “substituição de importações”. Durante aquela primeira etapa, a dinâmica interna das economias teria estado subordinada ao desempenho das exportações de produtos primários. Os óbices às exportações oriundos de fatos como guerras ou depressões levaram esses países a buscar o mercado interno, procurando produzir domesticamente bens outrora importados (Possas, p. 391, 2001).

Essa ideia foi absorvida pelos intelectuais da América Latina, principalmente pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), em que a influência keynesiana se espalhou para todos os países que faziam parte da comissão. Lá, a teoria Keynes se tornou a ferramenta necessária para a análise estrutural desses países, especificamente no Brasil, em que o keynesianismo foi a corrente de pensamento que influenciou inúmeros intelectuais nos principais núcleos acadêmicos do país.

Maria da Conceição Tavares usou o pensamento keynesiano para descrever a situação do país naquele período. Já que o próprio Keynes descreveu uma participação estatal para os períodos de crises, era notório que os intelectuais da época adotassem essas ideias para os repetidos ciclos de crises que o país enfrentava. O Brasil passou por repetidas estagnações econômicas desde a sua formação, como descreveu Celso Furtado (1962): Ciclo da Cana de Açúcar, Ciclo do Ouro e o Ciclo do Café.

Nesse contexto da década de 1950, Maria da Conceição Tavares formulou o seu principal trabalho a respeito da estrutura econômica brasileira. Ela pontuou a teoria da Substituição de Importação, ideia que permeou toda a metade do século XX nos debates acadêmicos sobre economia. Aliás, acreditava-se que esse seria o caminho mais importante para atingir o ápice da industrialização, olhando para as crises passadas, especificamente a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, a intelectual afirmou que deixar de depender

do exterior e criar um desenvolvimento nacional forte poderia deixar o país menos suscetível à falta de demanda externa:

Esse modelo foi quebrado pelas sucessivas crises no comércio externo que começaram na Primeira Guerra, agravaram-se com a Grande Depressão e continuaram a renovar-se. Essas crises impediam que as necessidades até então supridas pelas importações fossem satisfeitas. Mediante mecanismos e estímulos variados, que incluíam controles de câmbio e de importações, iniciaram-se tentativas de produzir internamente o que vinha sendo importado, na chamada substituição de importações. Tratava-se de um novo modelo de crescimento, com uma dinâmica distinta do anterior (Possas, p. 392, 2001).

Com isso, as ideias de Maria da Conceição Tavares mostraram intensos debates para a compreensão das causas que fizeram o Brasil e os demais países do sul chegarem à estagnação. Esses ideais são ricos em informações para debater não só economia, mas historiografia também. Afinal, a análise da obra da autora na década de 1950 evidencia que sua preocupação não era apenas desenvolver métodos científicos para o meio econômico baseados em frações e matemática, mas usar da história como ponto de referência para poder compreender, através do passado, as respostas para o futuro:

Desse modo, qualquer que seja a perspectiva histórico-estrutural escolhida – seja a de Marx, seja a de Braudel, seja ainda a de Polanyi – não se descortina, até prova em contrário, qualquer “exaustão” da história, como pretendem os apologistas da “nova ordem” mundial. Mesmo porque a “nova ordem” em curso não corresponde a uma divisão internacional do trabalho que permita o desenvolvimento harmônico – ou suficientemente dinâmico, ainda que desigualmente distribuído – para as “periferias” do sistema. Neste sentido, ao menos do ponto de vista latino-americano, não parece que estejamos evoluindo para uma situação de “nova dependência”, mas sim para uma desestruturação avançada da divisão internacional do trabalho inaugurada em 1914, sugerindo que o “breve século XX” ainda não terminou. (Melo, p. 255, 2019).

Nesse período em questão, sua obra volta bastante para os estudos históricos para poder compreender as diversidades do futuro enfrentado especificamente durante a era do desenvolvimento brasileiro. O período em questão marcou incessantemente os conflitos de ideias para tentar buscar uma industrialização para o Brasil baseando-se na historiografia.

Os fragmentos das obras de Maria da Conceição Tavares, especificamente em 1950, é a interpretação das respostas do presente, as dúvidas geradas pelo presente fez com que vários intelectuais nesse período buscasse no passado a resposta necessária para o presente, pois é nesses períodos de crises de respostas que os intelectuais surgem para poder saná-las (Sirinelli, 2001 ).

As organizações das ideias da autora garantem ao historiador um rico ambiente para poder transcrever o período em questão. Cria-se uma fonte através das análises feitas por ela no decorrer do século XX para poder compreender tal período. Isso reflete a história do país na metade do século através de vários contextos diferenciados, influenciada pelo pós-guerra e pelo pós-modernismo, que vão delinear diversos pensadores a reformular as suas teorias, especificamente a História e a Economia.

## 1970: ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

O período em questão foi marcado por tensões globais no âmbito econômico e político, países do cone sul enfrentaram ditaduras terríveis que colocavam em cheque a credibilidade nacional tanto do Brasil quanto dos países circunvizinhos. Na Europa, países devastados pela guerra emergiram como potência, como é o caso da Alemanha e do Japão, que foi alvo de estudos da autora para poder compreender como esses países conseguiram tal prestígio. Não foi preciso adentrar muito para compreender o sucesso dessas economias, Maria da Conceição concluiu que o Plano Marshall, direcionado exclusivamente para a Europa, foi o motor principal da industrialização desses países, colocando-os novamente em destaque internacional.

Por outro lado, os países sul-americanos enfrentaram o desfecho da guerra fria, enquanto provavam um investimento maciço em armamentos e tecnologias dos países aliados do bloco ocidental, alimentando as suas fábricas não só de armas, mas também de bens duráveis e tecnologia agregada, criou-se um ambiente propício ao desenvolvimento lá, excluindo os países do terceiro mundo.

No Brasil, a autora pontua que a industrialização foi um processo interrompido e desarticulado, marcado pelos diversos ciclos econômicos de dependência externa, os altos custos de produção e uma estrutura interna altamente concentrada. As análises feitas por Maria da Conceição a respeito do Brasil se baseia dentro do paradigma estruturalista, que se arrastou com ela devida a influência cepalina em suas teorias, que afirmava que a industrialização das economias periféricas deve ser vista sob a visão das relações de dependências com os países industrializados. A autora afirmou o papel da economia global no condicionamento da industrialização do Brasil e como o país, ao adotar um certo modelo baseado na substituição de importação, se viu refém de um desenvolvimento auto suficiente (Tavares, 1985).

Sendo assim, nessa obra ela denunciou a formação histórica da economia brasileira, que, desde o período colonial esteve marcada pela dependência externa e a primarização das suas exportações, especialmente com o ciclo do açúcar e posteriormente com a do café. Observou-se que o Brasil sempre foi um país subordinado, em que as suas produções sempre foram voltadas para atender as necessidades do capitalismo europeu, tornando-o suscetível a crises externas:

O Brasil, como colônia, e depois como nação independente, teve um desenvolvimento econômico subordinado, com a formação de uma estrutura agrária exportadora que se consolidou até o século XX" (Tavares, 1972, p. 45).

Conceição Tavares descreveu que a industrialização do Brasil foi lenta e, em muitos casos, excludente. Ela justificou a acumulação de capital como um dos fatores centrais para estudar a industrialização do país, mas afirmou que essa acumulação foi realizada de maneira dependente. A industrialização do Brasil não resultou em um processo de desenvolvimento autônomo, pois ele foi muito influenciado pelo capital externo. Pontuando-se que a falta de uma indústria nacional forte e dependência de capitais externos e tecnologias importadas limitou o alcance da industrialização:

O Brasil não teve uma industrialização que se originasse de um processo de acumulação interna. Pelo contrário, a maior parte da acumulação de capital se deu pela entrada de investimentos externos, o que levou o país a desenvolver indústrias dependentes das condições econômicas internacionais. A acumulação de capital no Brasil, portanto, não decorre de um processo de expansão autônoma da economia, mas de uma forma desigual e dependente de interesses coloniais e de um sistema capitalista internacional (Tavares, 1972, p. 102).

Contudo, pode-se entender, como apontou Michel de Certeau (2008), que essa dinâmica é uma tática por parte da elite empresarial sendo possuidora do controle da narrativa do desenvolvimento industrial, fazendo com que o país ficasse sujeito às forças globais que impunham suas próprias regras e estratégias. Certeau ao explicar como as ações cotidianas podem ser uma forma de resistência, sugere que a história não é linear ou completamente controlada por quem detém o poder. A industrialização pode ser vista não como uma simples imposição do Estado, mas como uma tentativa de reescrever a história econômica de forma a promover algum nível de autonomia embora os obstáculos continuassem presentes.

Outro ponto debatido pela autora foi a análise das contradições geradas pelo advento da industrialização, como o aumento da desigualdade social e a marginalização das classes trabalhadoras. Para Conceição Tavares, a industrialização embora tenha permitido um crescimento dos setores urbanos, também causou a concentração de riqueza e o aumento da desigualdade. O processo de acumulação de capital, ao contrário de criar uma sociedade mais igual, aprofundou a disparidade entre ricos e pobres (Tavares, 1975).

Assim, Maria da Conceição Tavares destacou as desigualdades e as forças que moldaram o país durante a década de 1970, auge da Ditadura Militar e do período dito como era de Ouro, resultado do investimento pesado do Estado na economia durante os governos de JK. Esse período fez com que a economia brasileira atingisse seu ápice na industrialização e foi repetido durante os governos militares, sendo o Estado o provedor do desenvolvimento e do bem-estar social, garantido a criação de estatais e a interferência no meio econômico para assegurar uma concorrência justa e equilibrada. Protegendo a economia brasileira das possíveis ameaças de uma estagnação gerada por uma nova guerra mundial ou a falta de suplementos primários essenciais para a indústria nacional.

## 1980: CICLO E CRISES, O MOVIMENTO RECENTE DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Nos anos 1980 Maria da Conceição Tavares foi mais incisiva nas análises do sistema econômico brasileiro, o contexto foi de redemocratização, mas o país enfrentava uma crise sem precedentes com altos índices de inflação, instabilidade cambial e uma moeda totalmente desvalorizada. Durante o início da década de 1980, foi proposto a mudança de moeda e o congelamento dos preços para poder amenizar, sendo Conceição Tavares uma das defensoras do Plano Cruzado de José Sarney.

Com o fim do "milagre econômico" e a crise do petróleo de 1973, o Brasil se viu diante de uma série de problemas econômicos que começaram a mostrar as fragilidades do modelo de industrialização. A crise do petróleo, que elevou os custos de importação de energia e afetou a balança de pagamentos, expôs a vulnerabilidade do país diante de choques externos. O aumento da dívida externa, que havia sido usada para financiar os projetos de industrialização, tornou-se insustentável. Os governos militares adotaram uma política de endividamento que, no entanto, não gerou uma base sólida para o crescimento sustentável (Tavares, 1998).

A autora observou que, durante esse período, a industrialização brasileira foi caracterizada por um crescimento concentrado e por um baixo grau de inovação tecnológica. A economia brasileira tornou-se cada vez mais dependente de insumos e máquinas importados, sem uma base interna de pesquisa e desenvolvimento que permitisse avançar na produção de bens mais sofisticados. Além disso, o processo de industrialização não foi capaz de gerar uma distribuição mais equitativa dos ganhos econômicos, o que resultou em um crescimento desigual e em uma maior concentração de renda e de poder nas mãos de grandes grupos empresariais.

No contexto da crise, a dívida externa se tornou um problema central para a economia brasileira. As taxas de juros internacionais elevadas e a falta de capacidade de pagamento começaram a gerar uma crise fiscal, que afetou diretamente o setor público e a capacidade de financiar o desenvolvimento. O governo, então, teve que adotar um programa de ajuste econômico, com uma série de medidas austeras que visavam controlar a inflação e reduzir o endividamento, mas que também resultaram em recessão econômica e em um aumento da desigualdade social (Tavares, 1998).

Nesse ponto, a autora criou uma narrativa que buscou explicar o caráter da industrialização brasileira. Ao invés de observar o desenvolvimento brasileiro com um avanço linear ou natural, ela articulou um modelo dependente, onde as crises são entendidas como uma consequência das escolhas estruturais feitas pelas elites econômicas e o Estado brasileiro.

De acordo com Paul Veyne (2008) ao escrever sobre os acontecimentos dessa forma, Conceição Tavares não apenas descreveu o passado, mas construiu uma narrativa que busca explicar a lógica por trás dos eventos. A autora não apenas relata o que aconteceu nas suas obras, mas estabelece uma relação estrutural entre a dependência de capital estrangeiro, a industrialização e a crise subsequente:

A industrialização brasileira, longe de ser um processo homogêneo e autossustentável, foi fortemente marcada pela dependência das grandes potências industriais, cujos interesses moldaram o processo de modernização e ao mesmo tempo criaram uma estrutura de desigualdade que acabaria por gerar a crise do modelo.(Tavares, 1998, p. 55).

Assim, Maria da Conceição Tavares dividiu esse processo em ciclos de crescimento e crise que podem ser compreendidos como uma narrativa que reflete não só a sequência dos eventos, mas também um estudo das forças que geram e sustentam essas crises. Portanto, a autora recorre a lógica interna que tenta dar uma resposta de como o modelo de desenvolvimento, ao mesmo tempo que proporciona altos níveis de desenvolvimento, cria as condições necessárias para a instabilidade.

Entretanto, a autora não vê a crise como algo aleatório, mas como uma consequência necessária do próprio modelo implementado no país, interligado com a dependência econômica e a concentração de poder. A conexão entre o crescimento industrial e a crise não é meramente explicativa, mas está enraizada em uma análise crítica das estruturas sociais e econômicas do Brasil (Tavares, 1998).

Contudo, pode-se observar que Maria da Conceição Tavares não apenas relata os eventos econômicos, mas delimita uma interpretação dos processos históricos em que o desenvolvimento brasileiro foi inserido. A autora criou uma narrativa que explica as contradições e tensões do modelo de industrialização e as sucessivas crises que surgiram ao longo desse processo. A abordagem de Conceição Tavares reflete as ideias de Veyne e Certeau ao enfatizar a importância da seleção e das interpretações dos eventos pelos historiadores, e como essas escolhas criam uma história que, embora baseada em fatos, também é uma construção subjetiva que visa compreender o passado através de uma lógica interna e coerente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, R. P.; SILVA, R. C. Uma Mestre na Periferia do Capitalismo: A Economia Política de Maria da Conceição Tavares. Campinas: Texto para Discussão do IE-Unicamp n. 172, dezembro de 2009.
- BIELSCHOWSKY, R. Maria da Conceição Tavares. Revista de Economia Contemporânea. IE-UFRJ. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 193-200, jan./abr. 2010.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: A escrita da história. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 65-119.
- FURTADO, C. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.
- DA COSTA, F. N. Dos discípulos à Mestra – Atualidade do pensamento de Conceição Tavares. Unicamp. Instituto de Economia. Setembro de 2018.
- LIMA, N. R. R. CELSO FURTADO X EUGÊNIO GUDIN: a construção de um debate político sob a concepção basilar da dinâmica da história. Tese de Doutorado. Assis, 2017.
- LIMA, R. F. O Pensamento Estruturalista e o Desenvolvimento Econômico Brasileiro Recente. UFRJ: Rio de Janeiro. agosto, 2012.
- MELO, H. P. (Org.). Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e política / Maria da Conceição Tavares. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.
- PANDOLPHO, V. E. E. O Desenvolvimentismo Sob a Ótica de Maria da Conceição Tavares: Uma Análise das Ideias nas Obras da Autora Entre os Anos de 1960 a 1980. História: Relação de Poder, Cultura e Representações. Editora Atena, 2023. Ponta Grossa – PR.
- RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1994, 3 tomos.
- ROBILOTTI, P. C. N. S. O desenvolvimento capitalista na obra de Maria da Conceição Tavares: Influências Teóricas, Economia Política e Pensamento Econômico. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE-Unicamp, defendida em 29/2/2016.
- SKINNER, Q. Significado e interpretação na História das ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358-399. jan./abr. 2017. Tradução de: Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: SKINNER, Quentin. Visions of Politics. London: Cambridge University Press, 2001, vol. 1, cap. 4, p. 57-89.

TAVARES, M. C. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, IE, 1985.

TAVARES, M. C. Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas, São Paulo: UNICAMP. IE. 1998. (30 anos de economia – UNICAMP. 8).

TAVARES, M. C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1972.

VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

WHITE, Hayden. Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

# ASPECTOS DO PENSAMENTO NACIONAL-POPULAR EM CANÇÕES DO ÁLBUM LOUVAÇÃO (1967) DE GILBERTO GIL

Leandro dos Santos Fernandes



A obra musical do cantor e compositor baiano Gilberto Gil (1942) se estende por mais de 50 anos, assim, possui diversas fases, estilos, ritmos, concepções, que se interagem e diferenciam-se. Nesta pesquisa é apresentada a fase inicial da trajetória artística de Gil, no caso, foram analisadas canções do seu primeiro álbum por uma grande gravadora, intitulado *Louvação* do ano de 1967. Três canções receberam maior destaque na análise, sendo elas *Louvação*, *Roda e Procissão*, outras canções também são abordadas. O objetivo da análise dessas composições é tentar apresentar aspectos do pensamento denominado como Nacional-Popular no contexto brasileiro dos anos 1960, especificamente pós golpe militar-civil em 1964.

Inserida no contexto turbulento e violento de um regime ditatorial, o cenário musical brasileiro, principalmente o do *mainstream* baseado no eixo Rio-São Paulo, era composto por diferentes grupos de artistas com visões políticas, sociais, culturais que se contrastavam e também se alinhavam. Para fins deste artigo, abordaremos um deles, o qual podemos denominar de forma simples, para uma compreensão geral, como “engajados” ou “artistas de protesto”.

O pensamento denominado como “nacional-popular” era um aspecto norteador na obra dos compositores engajados. Neste sentido, as composições tinham como um dos objetivos a “busca pelo povo”, com a pretensão de transmitir mensagens de cunho político, como por exemplo, denunciar as mazelas sociais e a exploração dos trabalhadores brasileiros, além de um posicionamento contrário a influência, principalmente estadunidense, sobre aspectos culturais, econômicos e sociais no país. A sonoridade das canções apresentavam diferentes estilos musicais e ritmos, como a bossa nova, a canção sertaneja, o samba, com esses ritmos, os artistas pretendiam criar obras “tipicamente brasileiras” e de auxiliar em uma aproximação com a população de diferentes classes sociais (Napolitano, 1999, p.5-6).

Importante salientar, que ainda que estes artistas tivessem toda uma carga político-ideológica, associada sobretudo à esquerda do período, eles não estavam isentos das forças mercadológicas ou da indústria cultural, e também não eram um grupo unânime. Os compositores engajados seriam criticados por alguns setores da intelectualidade e inclusive pelo movimento tropicalista, o qual Gil foi um dos principais idealizadores, por buscarem de forma “ingênua” uma música genuína brasileira e principalmente por, segundo os críticos, compreenderem o povo como “massa inerte, inculta, despolitizada e assim deveria ter a sua consciência política despertada” (Ridenti, 2014, p. 15-16).

A obra de Gilberto Gil analisada nesta pesquisa diferencia-se do tropicalista, que nitidamente é a mais abordada na academia e exposta na mídia como um todo. É um trabalho de um jovem Gil, que havia chegado em São Paulo vindo de Salvador, poucos anos antes do álbum ser lançado e de ter abandonado a dupla carreira que exercia (músico e gerente de empresa) para trilhar de forma definitiva a trajetória artística.

### **“LOUVANDO BEM QUEM MERECE, DEIXO O QUE É RUIM DE LADO” - O ÁLBUM “LOUVAÇÃO” DE 1967**

No ano de 1967 foi lançado o primeiro álbum de Gil por uma grande gravadora, intitulado *Louvação*<sup>31</sup>, o *Long Play* (LP)<sup>32</sup> consiste em 12 canções, todas com autoria de Gilberto Gil e mais parcerias. Teve arranjos e produção, entre outros, do seu cunhado na época, Dori Caymmi. Gravado nos estúdios da Companhia Brasileira de Discos, que era uma subsidiária da empresa holandesa e gigante no mercado fonográfico, *Philips Records*.

Muitas das canções presentes neste álbum possuem letras que denotam a associação com o ideal nacional-popular do período, entre elas a canção título do álbum, *Louvação*, composição em parceria com o poeta e compositor Torquato Neto, que segundo Regina Zappa na auto-biografia<sup>33</sup> Gilberto bem perto foi quem elaborou grande parte da letra (Gil e Zappa, 2013, p. 99). A letra possui diversos trechos conclamando o “povo” a louvar os aspectos positivos da vida. Não há relatos de Gil de que a canção *Louvação*<sup>34</sup> tenha alguma abordagem sobre o contexto político e social brasileiro do período, entretanto denota atenção o seguinte trecho:

Meu povo, preste atenção – atenção, atenção  
Repare se estou errado  
Louvando o que bem merece  
Deixo o que é ruim de lado

---

<sup>31</sup> LOUVAÇÃO. Compositor e intérprete: Gilberto Gil. Rio de Janeiro: Philips, 1967. 1 LP (35 min).

<sup>32</sup> Também denominado como vinil ou disco de vinil. Surgiu na década de 1940, sucedendo o disco de 78 rotações, tinha como principal característica comparado ao seu antecessor, uma maior capacidade de espaço, melhor qualidade do som e o disco era mais rígido. Começou a entrar em decadência na década de 1980 com o surgimento do Compact Disc (CD). ABRAMUS. Vinil e CD: as voltas que os discos dão. Associação Brasileira de Música e Artes. Disponível em: <https://www.abramus.org.br/noticias/16222/vinil-e-cd-as-voltas-que-os-discos-dao/>. Acesso em: 28 out. 2023.

<sup>33</sup> Proponho este termo, pois a obra foi escrita por Gilberto Gil em conjunto com a escritora e jornalista especializada em biografias, Regina Zappa.

<sup>34</sup> É possível ouvir *Louvação* em: Gilberto Gil – Canal Oficial. Gilberto Gil – Louvação (Gilberto Gil/Torquato Neto). YouTube, 18 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7K1RNYfYI-Y>. Acesso em: 21 out. 2023.

Tal trecho, assim como a canção em geral, remonta a uma visão de esperança em tempos vindouros. O contexto de exaltação ao nacionalismo e ao regime ditatorial propagado pelo próprio governo, assim como por parcelas da população brasileira no período, possa ter sido o embrião para Gil e Torquato Neto criar a canção refletindo sobre o que “deveria ser exaltado ou louvado”. Louvação também carrega a exaltação as coisas “simples”, a natureza, a sentimentos como o amor e amizade.

Torquato Neto (1944–1972) merece um destaque em nossa pesquisa, no disco *Louvação* de Gil ele foi parceiro em 3 composições (Além de Louvação, compôs *A Rua e Rancho da Rosa Encarnada*) e como citamos, o principal compositor da faixa título do LP. Além das canções, fez um relato sobre Gilberto Gil que está presente na contracapa do disco, um trecho deste texto denota de forma elegante uma marca do cancionista de Gil, “Há várias maneiras de se cantar e fazer música brasileira. Gilberto Gil prefere todas”.<sup>35</sup>

De certa forma, a perspectiva sobre aspectos da música brasileira dos anos 1960 de Torquato e Gil são semelhantes, sendo que ambos partiram do cancionista engajado e nacionalista para uma música com novos atributos estéticos, como a utilização das guitarras elétricas por meio do movimento tropicalista. Associado a isso, são diversas as composições em parceria entre o baiano e o piauiense, tanto nesta primeira fase, que tem como marco o álbum *Louvação* de 1967 quanto na fase tropicalista, o que denota a influência que havia de um artista sobre o outro. A relação dos dois se estendeu desde a juventude em Salvador, onde estudaram no mesmo colégio durante o ensino médio, até a precoce morte em 1972 de Torquato Neto, quando cometeu suicídio aos 28 anos de idade.

Outra canção que demonstra temática relacionada à esquerda nacional-popular é *Procissão*<sup>36</sup>, sobre esta, Gil aborda que a sua composição possuía tal caráter, pois era:

Uma canção bem ao gosto do CPC, o Centro Popular de Cultura; solidária a uma interpretação marxista da religião, vista como ópio do povo e fator de alienação da realidade, segundo o materialismo dialético. A situação de abandono do homem do campo do Nordeste, a área mais carente do país: eu vinha de lá; logo, tinha um compromisso telúrico com aquilo (Gil e Rennó, 2003, p. 70-71).

A letra, como denota o título, retrata em um primeiro momento as procissões religiosas, especificamente católicas, os quais Gil presenciava na pequena Ituaçu no interior da Bahia quando era criança. Por meio desse ato religioso, Gil questiona as condições sociais da

---

<sup>35</sup> ENCARTE DO LP LOUVAÇÃO. Compositor e intérprete: Gilberto Gil. Rio de Janeiro: Philips, 1967. 1 LP (35 min).

<sup>36</sup> É possível ouvir *Procissão* em: Gilberto Gil – Canal Oficial. Gilberto Gil – *Procissão* (Gilberto Gil). YouTube, 18 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mDXG7WHyLA4>. Acesso em: 21 out. 2023.

população do sertão baiano, que aceitam sua situação e aguardam por dias melhores por meio da intervenção divina. Ainda que pareça ser uma forma de crítica a falta de ação do povo diante de suas penúrias, ou, de uma “alienação” religiosa, como cita Gil, na letra da canção Gil aparenta demonstrar respeito pelos aspectos relacionados à fé religiosa.

Além da versão presente em *Louvação* de 1967, a canção *Procissão* também está presente no álbum de 1968<sup>37</sup>, que não possui um título e é um trabalho da fase tropicalista do cantor. Luciana Grimm, em sua dissertação de mestrado sobre a canção, realiza uma análise sobre as duas versões. A de 1968 não há alterações na letra, entretanto o instrumental é totalmente diferente, com arranjos do tropicalista Rogério Duprat e participação do grupo de rock Os *Mutantes*, a canção ainda que mantendo o caráter crítico da primeira versão, ganha um tom de irreverência sobre a original, no qual Gil parece desconstruir sobre a versão mais rígida e de protesto (Grimm, 2012, p. 85-84).

A canção *Roda*<sup>38</sup>, composição em parceria com João Augusto, assim como *Louvação* possui diversos trechos que conclama o “povo” a questionar a desigualdade social, tal ponto exposto de forma lúdica no trecho:

Se morre o rico e o pobre  
Enterre o rico e eu  
Quero ver quem que separa  
O pó do rico do meu  
Se lá embaixo há igualdade  
Aqui em cima há de haver  
Quem quer ser mais do que é  
Um dia há de sofrer

Também podemos compreender como uma crítica a crença, geralmente associada a aspectos religiosos, de uma igualdade pós morte, ou seja, se no mundo terreno isso não ocorre, em um plano metafísico isso é possível. Em outro trecho da canção *Roda*, que tem como ritmo preponderante o samba, a letra aponta para um rompimento do propósito somente de denúncia, e incita a necessidade da ação ou da intimidação diante daqueles que exploram a população pobre: “*Seu moço, tenha cuidado com sua exploração, se não lhe dou de presente a sua cova no chão*”.<sup>39</sup>

O co-autor da canção *Roda* é o diretor teatral João Augusto Azevedo Filho (1928-1979), considerado um dos grandes expoentes do teatro da Bahia, foi ator, autor, diretor,

---

<sup>37</sup> É possível ouvir *Procissão* (Versão do disco de 1968) em: Gilberto Gil – Canal Oficial. Gilberto Gil – *Procissão* (Gilberto Gil, part. Especial: Os Mutantes). YouTube, 3 de janeiro de 2017. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=KDclgRFm\\_0s](https://www.youtube.com/watch?v=KDclgRFm_0s). Acesso em: 21 out. 2023.

<sup>38</sup> É possível ouvir *Roda* em: Gilberto Gil – Canal Oficial. Gilberto Gil – *Roda* (Gilberto Gil e João Augusto). YouTube, 18 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hOpOrS6ohYE>. Acesso em: 21 out. 2023.

<sup>39</sup> Ibid.

crítico teatral entre outras funções. Era um diretor que tinha como pretensão realizar peças que discutiam questões políticas e sociais, além de buscar um contato maior com a população em geral (Silva, 2011).

A canção *Viramundo* possui uma sonoridade que remete ao baião, com a presença evidente de instrumentos como o triângulo. A composição foi feita em parceria como José Carlos Capinan, e traz uma mensagem de resistência diante das adversidades da vida, a canção teve alguma repercussão antes de ser lançada em *Louvação*, pois foi executada na peça *Arena canta Bahia* e já era interpretada por Maria Bethânia nos idos de 1965 e 1966 em suas apresentações.

Assim como Torquato Neto, o coautor de *Viramundo*, José Carlos Capinan (1941) possui um histórico de parcerias musicais com Gilberto Gil. Poeta, escritor e compositor nascido em Entre Rios na Bahia (Porém registrado em Esplanada). Artisticamente teve um caminho semelhante ao de Gil, iniciou seu contato com as artes por meio do CPC da Bahia e do Partido Comunista em Salvador antes de 1964, período o qual conheceu Gil, posteriormente construiu com Gil e demais artistas o que seria o movimento Tropicalista. Autor de relevantes canções da MPB como *Ponteio* em parceria com Edu Lobo, *Viramundo*, *Miserere Nobis*, *Soy loco por ti America* (Uma das canções mais emblemáticas da tropicália) todas em parceria com Gil, *Papel Machê* com João Bosco, *Gemeadeira* com Robertinho do Recife, interpretada por Amelinha e diversas composições com Paulinho da Viola (Capinan, 2012).

*Água de meninos*<sup>40</sup> é mais uma canção composta com Capinan e tem como cenário a cidade de Salvador, especificamente o bairro histórico Água de meninos localizado na região portuária da Baía de Todos os Santos. Além do bairro em si, a letra da composição aborda a feira que ocorre nesta região, que era uma das principais de Salvador e que possuía produtos de diversos tipos a serem comercializados. A canção também aborda sobre o grande incêndio que ocorreu na feira no ano de 1964, e possui um caráter de denúncia quanto a este evento.

Referente ao incêndio, Sonia Simon expõe que o local da feira era ambicionado para a construção de prédios e novas docas do porto de Salvador, e que haviam mobilizações do governo municipal e estadual para alteração do local da feira, para muitos, o incêndio teria sido criminoso e uma forma de deslocar a feira daquele espaço. Simon demonstra que a visão de Gil e Capinan também possui certa dose de romantismo

---

<sup>40</sup> É possível ouvir Água de meninos em: Gilberto Gil – Canal Oficial. Gilberto Gil – Água de meninos (Gilberto Gil e José Carlos Capinan). YouTube, 18 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mk8VB5A-1p8>. Acesso em: 12 nov. 2023.

quanto à feira da Água de meninos, pois era um local problemático quanto às questões sanitárias, sendo ponto de preocupação das autoridades sanitárias quanto a propagação de moléstias (Simon, 2006).

Assim como outras canções de *Louvação*, *Água de meninos* possui diversos trechos que evoca o termo “povo”, demonstrando uma busca de aproximação com o popular, além da defesa aos “barraqueiros feirantes”, quanto ao incêndio de 1964.

Outras canções deste álbum também demonstram a ligação de Gil com as canções de protesto, por exemplo, *Rancho da rosa encarnada*<sup>41</sup> parceria com um dos grandes nomes do cancionário de protesto da década de 1960, Geraldo Vandré, também participou da composição Torquato Neto. A letra retrata a importância da música como instrumento de entusiasmo e força para que as pessoas possam enfrentar as dificuldades da vida. Tem como melodia uma espécie de marchinha carnavalesca.

Algumas das canções do álbum estão presentes no curta-metragem *A roda e outras histórias* do cineasta Sérgio Muniz de 1965, as canções são *Procissão* e *Roda*, as outras canções presentes no curta também são de Gilberto Gil. O filme aborda sobre temas relevantes dos anos 1960, como a desigualdade social e a vinda de migrantes da região nordeste à São Paulo em busca de melhores oportunidades de vida e aspectos culturais e religiosos do sertão nordestino<sup>42</sup>.

## CONCLUSÃO

A vivência de Gilberto Gil com o ideário da esquerda nacional-popular nos anos 1960 foi para além da música. Gil participou de peças teatrais de autores e companhias associadas a concepções militantes da esquerda daqueles anos. Uma dessas apresentações ocorreu com o Teatro de Arena de São Paulo, Gilberto Gil participou no ano de 1965 da peça *Tempo de guerra* de autoria de Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri, direção de Boal. O espetáculo era uma adaptação de poemas de Bertolt Brecht, no qual Gil além de compor canções e arranjos para a peça, realizou uma breve participação durante a exibição.

As canções do álbum *Louvação* apresentadas neste artigo, demonstram um Gilberto Gil em contato com as ideias da esquerda engajada do período, ou do que se

---

<sup>41</sup> É possível ouvir *Rancho da rosa encarnada* em: Gilberto Gil – Canal Oficial. Gilberto Gil – *Rancho da rosa encarnada* (Gilberto Gil, Geraldo Vandré e Torquato Neto). YouTube, 18 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xMT9mo-SgfM>. Acesso em: 21 out. 2023.

<sup>42</sup> *A roda e outras histórias*. Direção: Sérgio Muniz. São Paulo: s/p, 1965. 1 vídeo (9 min.), PB, 35mm. Disponível em <https://www.thomazfarkas.com/filmes/rodae-outras-historias/>. Acesso em: 13 fev. 2024

denomina como nacional-popular. Composições que demonstram uma preocupação em denunciar as desigualdades sociais, e inclusive, de incentivar a população a lutar contra tal situação. Porém, é necessário fazer um contraponto a um certo idealismo ideológico nestes trabalhos, e compreender que o mercado musical naqueles anos 1960 era apazível a essas composições, neste sentido, a questão de conquistar um espaço diante de um público e um evidente retorno financeiro, também podem ter sido um dos pontos para que o *Louvação* seguisse pelo viés da canção engajada em algumas das faixas do LP.

Uma outra questão a se refletir sobre tais composições, refere-se a carga de participação dos co-autores das canções neste álbum de Gil. Até que ponto, principalmente referente às letras, as canções possuem influência de Gil, este tópico é difícil de decifrar pois não há maiores relatos por parte dos autores sobre essas obras.

Como demonstrado, das três canções enfatizadas, duas foram compostas por Gil com co-autoria, e tanto Torquato Neto e especialmente Capinam possuíam relações próximas com o ideário nacional-popular de esquerda. Porém, não é possível retirar o peso de Gil nas letras das composições, pois o jovem músico baiano de 1967 possuía um histórico de contato com entidades ideologicamente associadas a esquerda, além do teatro citado acima, Gil fez parte em Salvador do Centro Popular de Cultura (CPC) da União dos Estudantes (UNE), que tinha como objetivos desenvolver uma arte (nos diversos segmentos, teatro, música, cinema...) no qual refletisse e alcançasse setores mais populares do país, e que essa arte servisse como instrumento para a conscientização política e social da população (Campos, 2012, p. 94).

Um ano depois, em 1968, Gilberto Gil seria um dos idealizadores de um movimento que em alguns tópicos questionava o pensamento da esquerda nacional-popular, entretanto, esta postura ideológica acompanharia o cantor ao longo da sua trajetória, inclusive em trabalhos tropicalistas, por exemplo, a sua composição com José Capinam, a canção em homenagem ao guerrilheiro argentino Ernesto Che Guevara, *Soy loco por ti America*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMUS. Vinil e CD: as voltas que os discos dão. Associação Brasileira de Música e Artes. Disponível em: <https://www.abramus.org.br/noticias/16222/vinil-e-cd-as-voltas-que-os-discos-dao/>. Acesso em: 28 out. 2023.

CAPINAN, José Carlos. Entrevista ao programa Visão de Mundo. TV Cultura. Youtube, 7 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E-YxhovdNM0&t=60s>. Acesso em: 21 out. 2023.

GIL, Gilberto e RENNO, Carlos (Org.). Gilberto Gil: todas as letras. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

GIL, Gilberto e ZAPPA, Regina (Org.). Gilberto bem perto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

GRIMM, Luciana Volcato Panzarini. Da Bossa Nova à Tropicália: A relação entre memória e atualidade a partir do estudo discursivo da canção Procissão, de Gilberto Gil. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LOUVAÇÃO. Compositor e intérprete: Gilberto Gil. Rio de Janeiro: Philips, 1967. 1 LP (35 min).

NAPOLITANO, Marcos. Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

RIDENTI, Marcelo. Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv. São Paulo: Editora UNESP, 2014, p. 15-16.

SILVA, Denise. João Augusto e o Teatro Livre da Bahia: Artistas, intelectuais e o Estado na Bahia nos anos 1970. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SIMON, Sonia. Água de meninos – Memórias da cidade do Salvador. In: I SEMINÁRIO ARTE E CIDADE: ARTICULANDO IMAGENS, DISCURSOS E CENÁRIO URBANO, mai. 2006, Salvador. Anais eletrônicos [...]. Salvador: PPG-AU - Faculdade de Arquitetura / PPG-AV - Escola de Belas Artes / PPG-LL - Instituto de Letras

UFBA, 2006. Disponível em: [http://www.artecidade.ufba.br/st2\\_SMD.pdf](http://www.artecidade.ufba.br/st2_SMD.pdf). Acesso em: 12 nov. 2023.

# AS MÚLTIPLAS MEMÓRIAS DE UM SÓ LUGAR: COMO RECONHECÊ-LAS QUANDO IGNORADAS OFICIALMENTE

Rosana Steinke



## O TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ E OS DEBATES SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL

Em 1993, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizou o tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do centro histórico de Cuiabá, capital do Mato Grosso (IPHAN, 1993a; 1993b; 1993c). Este núcleo urbano é caracterizado por ruas sinuosas, becos com escadarias íngremes e edificações coloniais adaptadas ao clima tropical, muitas das quais datam do século XIX, embora haja construções remanescentes do século XVIII. Essa configuração urbana reflete tanto as origens da cidade quanto as relações de poder e a hierarquia social presentes na sociedade colonial.

Antes do tombamento federal, já havia estudos e iniciativas de preservação por parte da municipalidade, como o estudo elaborado pelo IPHAN em 1985. Esse trabalho enfatizava a importância do conjunto arquitetônico e dos eventos políticos relacionados ao centro histórico, apresentando-o como um espaço de memória que “narra” a história da cidade e sua expressão cultural (IPHAN, 1985; Oliveira, 2023). A abordagem adotada nessa fase era marcadamente positivista, com ênfase na descrição dos estilos arquitetônicos e na nomeação de ruas, muitas vezes em homenagem a antigos proprietários de edificações comerciais (Galdino, 2022; Rosa, 1996).

Entretanto, estudos recentes apontam lacunas significativas nesse processo de patrimonialização. A documentação oficial do IPHAN pouco menciona aspectos essenciais da vivência urbana, como as fontes de água da cidade, que eram espaços fundamentais de abastecimento e convivência social. Frequentadas por pessoas escravizadas, libertas e livres, essas fontes cumpriam também funções de trabalho, já que certas parcelas da população eram responsáveis por abastecer os domicílios com água potável (Barreto, 2005).

Adicionalmente, os estudos que embasaram o tombamento silenciaram sobre a diversidade cultural e étnica presente no centro histórico ao longo do tempo. Relatos de jornais e viajantes registram a presença de povos indígenas — como guaicurus, paiaguás e bororos — e de comunidades negras escravizadas que também ocupavam esse espaço urbano (Rosa, 1996). Essa ausência de representatividade reflete uma concepção limitada de patrimônio, centrada exclusivamente na herança material e na narrativa oficial da história nacional.

Até a década de 1980, o patrimônio cultural no Brasil era compreendido majoritariamente como patrimônio histórico e artístico, com foco na preservação de monumentos, edificações e objetos com valor estético ou documental. Essa perspectiva era fortemente influenciada por uma visão eurocêntrica e material, baseada nos princípios do

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937 (Nascimento, 2016).

A partir da década de 1980, contudo, novas abordagens sobre arte e patrimônio — tanto material quanto imaterial — passaram a ser amplamente debatidas e, gradualmente, incorporadas às práticas profissionais. Esse movimento considerou saberes e culturas anteriormente marginalizados por uma visão positivista de memória, museu e patrimônio (Nunes, 2016). A importância de diferentes narrativas e registros de saberes e práticas culturais passou a ser reconhecida, exigindo o cruzamento de fontes oficiais e não oficiais.

Expressões culturais como celebrações envolvendo dança, canto, construção e uso de instrumentos musicais, alimentação, formas de sociabilidade e conhecimentos sobre o meio ambiente passaram a ser valorizadas como patrimônio cultural. Essa mudança foi acompanhada pelo fortalecimento dos movimentos negros no Brasil, que reivindicaram uma memória pública da escravidão e da abolição, ampliando o escopo do que se entende por patrimônio (Matos, 2012).

No mesmo período, técnicos do IPHAN começaram a utilizar referenciais do campo da história, especialmente da historiografia francesa da Escola dos Annales, para justificar o tombamento de conjuntos urbanos que não se enquadravam na narrativa tradicional da identidade nacional baseada no período colonial. A noção de “testemunho” tornou-se central: não mais como prova documental da história oficial, mas como fonte passível de interpretação, questionamento e problematização histórica (Reis, 2010).

Essa mudança conceitual foi influenciada pela chamada “revolução documental”, anunciada pelos Annales desde a geração fundadora e consolidada a partir dos anos 1960. No ensaio “Documento/Monumento”, escrito por Jacques Le Goff no final dos anos 1970, argumenta-se que a história deve interessar-se por todos os homens e seus vestígios, desde que guiada por uma crítica ao documento e aos problemas que ele suscita. Essa perspectiva abriu caminho para o reconhecimento do patrimônio cultural como um campo em constante construção, sensível às múltiplas vozes e experiências que compõem a história (Le Goff, 2013).

Desse modo, o tombamento do centro histórico de Cuiabá pode ser compreendido como um marco importante, mas também como expressão das limitações e transformações no entendimento do patrimônio ao longo do tempo. O desafio contemporâneo está em ampliar as formas de reconhecimento, incorporando memórias plurais e formas de existência antes marginalizadas, reafirmando o patrimônio como um direito cultural coletivo e dinâmico.

**A INSTRUÇÃO NORMATIVA DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DA CIDADE DE CUIABÁ PELO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL IPHAN**

A análise do patrimônio artístico tombado de Cuiabá, especialmente no que se refere ao centro histórico reconhecido pelo IPHAN, revela importantes tensões entre os registros oficiais e as vivências históricas da população local. O processo de tombamento conduzido em 1973 concentrou-se nos primeiros monumentos e no casario construído a partir de 1721, após a descoberta do ouro, formando um conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de valor histórico. Inicialmente, os documentos enfatizam a arquitetura colonial, e, posteriormente, a introdução do estilo neoclássico com a chegada de capitais e profissionais europeus, como engenheiros e mestres de obras. Estes contribuíram para a reconfiguração urbana, incluindo fachadas, praças e calçamentos, rompendo com o modelo colonial tradicional.

O tombamento atribuiu destaque a edificações específicas, como o Casarão Barão de Melgaço e a Catedral Basílica do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, além de nomear logradouros com base em personagens ligados à elite cuiabana (IPHAN, 1973; IPHAN, 1985). Entretanto, mesmo os documentos mais recentes, elaborados em 1993, silenciam a diversidade étnico-racial da cidade. Ainda que setores como a Praça Dom José, o Morro da Luz, a Prainha e o setor Mandioca sejam mencionados, não se explicita que esses locais são, historicamente, espaços de trabalho, encontro e circulação da população negra (IPHAN, 1993a; 1993b; 1993c).

As descrições oficiais limitam-se a aspectos como a preservação da topografia, do casario colonial e neoclássico e da malha urbana, caracterizando o chamado tombamento paisagístico. A única menção indireta a práticas populares aparece na descrição da Praça Bispo Dom José, que registra o “caminho dos pecadores” e um chafariz denominado Mundéu, que abastecia a região. Ainda assim, a presença e o uso desses espaços por populações negras ou indígenas permanecem ausentes nos registros.

Essa omissão documental contrasta com a vasta produção acadêmica que evidencia a presença negra e indígena na conformação urbana e cultural de Cuiabá. Pesquisas em história, geografia, arquitetura e antropologia revelam a atuação de populações escravizadas e seus descendentes na ocupação dos espaços públicos entre os séculos XVIII e XIX (Arruda, 2018; Barreto, 2005; Ferreira, 2017; Moura, 2009). Tais estudos mostram como esses sujeitos históricos criaram formas próprias de sociabilidade urbana, com destaque para a presença em tavernas, na coleta de água, no comércio ambulante e em práticas culturais que ainda hoje permeiam a Baixada Cuiabana (Calhaó, 2021; Rosa, 1996; Pereira, 2016).

A repressão à circulação e à reunião de pessoas negras, principalmente escravizadas, foi alvo de ações do poder local, que, diante da reduzida presença policial, instaurou um aparato jurídico voltado ao controle social. Mesmo nesse contexto repressivo, os sujeitos negros conquistaram uma relativa autonomia nas ruas da cidade. Pereira (2016) introduz o conceito de “autonomia relativa” para descrever essas dinâmicas, destacando a mobilidade de escravos

de ganho e de aluguel, que transformavam o espaço urbano em território de trocas sociais, afetivas e culturais.

Nesse sentido, a cidade de Cuiabá não era homogênea: era composta por múltiplas "Cuiabás", onde a população negra e indígena desempenhava papel ativo na construção do cotidiano urbano. Essa multiplicidade se refletia na ocupação de espaços como o Beco do Candeeiro, a Rua das Pretas e a região da Igreja do Rosário, que constituíam uma "cidade negra" dentro da cidade oficial — um "não lugar", como afirma Pereira (2016), reapropriado por escravizados e libertos em resistência simbólica e prática às imposições do poder.

Além da ocupação territorial, a resistência se expressa até hoje nas tradições culturais da Baixada Cuiabana. O uso de plantas medicinais, a pesca artesanal, o conhecimento da biodiversidade e as expressões musicais como o Cururu e o Siriri revelam a riqueza das heranças africanas, portuguesas e indígenas na região. Essas manifestações integram um repertório de saberes e práticas que reafirmam a identidade da população negra cuiabana, inclusive nas atuais comunidades quilombolas, das quais 73 são reconhecidas pelo Instituto Palmares (Arruda, 2018; Ferreira, 2017).

A forma como um centro histórico é tombado reflete escolhas narrativas e políticas sobre o que merece ser lembrado. Como lembra Trouillot (2016, p. 56), é crucial compreender os processos de valorização de certas memórias em detrimento de outras, muitas vezes silenciadas. Agostini (2012) propõe que um sítio histórico tombado deve ser compreendido como parte de uma dinâmica social viva, e não como um objeto isolado no tempo.

Apesar de o IPHAN, a partir da década de 1990, ter adotado um viés mais antropológico, valorizando os vínculos entre os bens culturais e as populações locais (Nunez, 2016), essa abordagem ainda não foi incorporada ao tombamento do centro histórico de Cuiabá. A ausência de referências à população negra e indígena nos documentos oficiais revela a permanência de uma perspectiva seletiva e excludente na política de patrimônio cultural.

Dessa forma, discutir os documentos de tombamento implica pensar criticamente sobre suas fontes, categorias e temporalidades. É preciso adotar uma leitura interdisciplinar e plural das abordagens historiográficas, para reavaliar as narrativas do passado e reconhecer as reelaborações da memória coletiva. Só assim será possível construir uma história urbana verdadeiramente inclusiva e comprometida com a visibilidade das experiências marginalizadas.

## CONCLUSÃO

A análise do processo de tombamento do centro histórico de Cuiabá evidencia não apenas as limitações das políticas de preservação cultural adotadas no passado, mas também a

urgência de revisar e ampliar as formas de reconhecimento patrimonial no presente. Em um contexto em que o patrimônio ainda é frequentemente associado a monumentos e estilos arquitetônicos vinculados às elites, torna-se essencial compreender os espaços urbanos como palimpsestos de memórias plurais — muitas vezes ignoradas ou silenciadas pelos registros oficiais.

Revisitar a discussão patrimonial hoje é um imperativo político e ético. Diante das transformações contemporâneas e do fortalecimento de movimentos sociais, indígenas, quilombolas e periféricos, torna-se evidente que o patrimônio cultural não pode mais se restringir à materialidade nem a uma perspectiva eurocêntrica da história. É fundamental reconhecer que as cidades são constituídas por múltiplas experiências e sujeitos históricos que, embora ausentes nos documentos de tombamento, foram decisivos para a construção do cotidiano urbano.

A urgência do debate reside, portanto, na necessidade de ressignificar o patrimônio como um campo vivo e em constante disputa, onde diferentes vozes e memórias possam coexistir e se manifestar. Incorporar as presenças negras e indígenas na leitura do centro histórico de Cuiabá não é apenas uma questão de justiça histórica, mas também de democratização da memória e do direito à cidade. Como apontam autores como Le Goff e Trouillot, é preciso tensionar os usos do passado e reconhecer que toda narrativa é, ao mesmo tempo, uma escolha — e, frequentemente, uma exclusão.

Nesse sentido, os instrumentos de preservação devem ser reavaliados à luz de abordagens interdisciplinares e críticas, capazes de abarcar as dimensões imateriais, afetivas e sociais dos espaços urbanos. Valorizar os saberes tradicionais, as práticas culturais e as formas de resistência presentes na Baixada Cuiabana e em tantos outros territórios historicamente invisibilizados é um passo decisivo rumo a uma política patrimonial mais inclusiva, sensível às múltiplas memórias que coexistem em um mesmo lugar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Festas, patrimônio cultural e identidade negra. Rio de Janeiro, 1888 – 2011. In: Dossier Fêtes et célébrations em Amérique Latine: estética como eixo transversal, em abordagens políticas, antropológicas e históricas *Artelogie*, n. 4, 2013.
- AGOSTINI, Camilla. Cultura material e expressão simbólica à sombra da clandestinidade: o caso do sítio São Francisco/São Sebastião-SP. In: MATOS, Hebe (Org.). *Díaspóra negra e lugares de memória: A história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial*. Niterói, 2012.
- ARRUDA, J. C. et al. Conhecimento ecológico tradicional da ictiofauna pelos quilombolas no Alto Guaporé, Mato Grosso, Amazônia meridional, Brasil. In: *Bol. Mus. Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, 13 (2), Mai-Ago, 2018.
- BARRETO, Neila. *Água: gota da vida – abastecimento e uso no espaço urbano de Cuiabá (1790-1886)*. Cuiabá, Ed. UFMT, 2005.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- CALHAÓ, A. E. P. Sobrados e casas senhoriais de Cuiabá: um legado da memória arquitetônica de Cuiabá e seus embates identitários no curso da História. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Mato Grosso, Cuiabá – MT*, 2021.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- COSTA, M. A. C.; SILVA, L. P. da. Patrimônio Cultural, Festas e Lutas Políticas em Comunidades Quilombolas de Mato Grosso. In: *Revista Memória em Rede, Pelotas*, v.12, n.22, Jan/Jun., 2020.
- FERREIRA, Marta M. Cururu e Siriri: entre naturalistas, viajantes e folcloristas. In: *Aceno*, Vol. 4, N. 8, p. 180-204. Ag/ Dez., 2017.
- GALDINO, Yara et al. Paisagem urbana de Cuiabá no século XVIII: sobre o desígnio e o desenho. In: 16º Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil (ENEPEA). Cuiabá, 2022.
- IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nome atribuído: Cuiabá, MT: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico. Localização: Cuiabá- MT, nº do Processo: 1180 et al -T-1985.

IPHAN. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscr. nº 107, de 24/03/1993a.

IPHAN. Livro do Tombo Histórico: Inscr. nº 534, de 24/03/1993b.

IPHAN. Livro do Tombo Belas Artes: Inscr. nº 601, de 24/03/1993c.

LIRA, José Tavares Correia de. Arquitetura, historiografia e crítica operativa nos anos 1960. In: SEGRE, Roberto. Arquitetura+arte+cidade: um debate internacional. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2010.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2013.

MATOS, H.; ABREU, M. Lugares de Tráfico, lugares de memória: novos quilombos, patrimônio cultural e direito à reparação. In: MATOS, Hebe (Org.). Diáspora negra e lugares de memória: A história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial. Niterói, 2012.

MOURA, Antônio Eustáquio de. Quilombo Mata Cavalo, a Fênix Negra Mato- Grossense: Etnicidade e luta pela terra no Estado de Mato Grosso. Campinas, UNICAMP, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, 2009.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.24. n.3. p. 121-147. set.-dez. 2016.

NUNEZ, Lorraine O. As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo. In: Faces da História, Assis- SP, v.3, nº2, p. 194-212, jul.- dez., 2016.

OLIVEIRA, Vitória R. M. de; GALDINO, Yara da S. N. Estudos das Quadras e Lotes em Cuiabá no Século XVIII. In: Vernácula. Territórios Contemporâneos. Campinas, UNIVAG, Vol. 1, Nº 2, 2023.

PEREIRA, Antuérpio Dias. O viver escravo em Cuiabá/MT: Relações sociais, solidariedade e autonomia (1831-1888). Tese de Doutorado em História. Dourados, MS, 2016.

REIS, José Carlos. O desafio historiográfico. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

Rosa, Carlos Alberto. A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá: vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1722-1808). São Paulo: Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. 1996.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o passado: poder e a produção da história.  
Curitiba: Huya, 2016.

# FOUCAULT E A DESCONTINUIDADE HISTÓRICA

Renan Tavares Albino



Neilaine Ramos Rocha Lima



Michel Foucault (1926 – 1984) foi um filósofo francês que, apesar de sua morte prematura, construiu uma obra ampla e densa, dividida em três fases segundo Machado (1981), — arqueologia, genealogia do poder e genealogia da ética. Pensador livre, Michel Foucault expressa uma postura que se opõe ou transcende as estruturas disciplinares tradicionais. Sua postura, que se opõe à vinculação com um campo específico de conhecimento, é complementada por diversos trabalhos dedicados à intensa produção e multiplicação de fraturas, cortes e deslocamentos.

De fato, Michel Foucault fez incursões em vários campos do saber. Vejamos exemplos. Na medicina, ele analisou como os médicos diagnosticam e tratam doenças. Foucault também influenciou nosso entendimento da loucura, destacando como as terapias para a loucura são também formas de controle sobre o corpo (Foucault, 1978). Além disso, ele explorou o poder em suas várias manifestações, revelando como se manifesta historicamente por meio de dispositivos específicos. Por fim, desafiou as noções de identidade e eu, mostrando como são moldadas pelo contexto histórico e social. Em todos esses domínios, Foucault demonstra um profundo interesse na questão temporal. Foucault, ao questionar-nos de várias maneiras em todos esses domínios, revela que seu pensamento está profundamente imerso em uma reflexão constante sobre o tempo. Em suas perguntas, “Quem somos nós?” ressoa a pergunta subjacente: “Em que estamos nos tornando?”. Para Foucault, tudo está sujeito à marcha do tempo. É justamente devido à centralidade dessa questão temporal que Foucault escreveu muitos livros de História. Ele recorre a História como um instrumento para apresentar suas ideias sobre o tempo (Cardoso Jr. P. 4).

O senso comum sobre a História sugere que o tempo tem um propósito subjacente, seja para melhorias ou para possíveis catástrofes que afetariam a humanidade. Longe disso, Foucault rejeita a ideia de que todos os eventos na história humana formam uma narrativa contínua com um desfecho claro e direcionado. A História, seria, então, descontínua marcada por composições de forças que surgem e se desfazem impossibilitando a definição de uma linha de progresso (Cardoso Jr. P. 5).

O projeto de uma história global é o que procura reconstituir a forma de conjunto de uma civilização, o princípio -material ou espiritual – de uma sociedade, a significação comum a todos os fenômenos de um período, a lei que explica sua coesão – o que se chama metaforicamente o "rosto" de uma época (Foucault, 2008, p.11).

A história contínua seria aquela que constitui o projeto de uma história global. Seria a busca da reconstituição do “rosto” de uma época, de suas continuidades, sua evolução. Neste sentido, Foucault nos alerta, a História não deve ser vista como algo contínuo e harmônico, onde tudo segue uma linha previsível e coerente.

Em suma, a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações da continuidade, enquanto a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos." (Foucault, 2008, p.6).

Neste sentido, esse artigo busca explorar a análise crítica de Michel Foucault sobre a História tradicional, destacando sua rejeição à linearidade temporal e sua ênfase na descontinuidade histórica. Focado em sua fase arqueológica, busca evidenciar como essas descontinuidades revelam os padrões discursivos pelos quais cada época organiza e interpreta fenômenos sociais.

### **TEMPO HISTÓRICO: NOÇÕES DE DESCONTINUIDADE EM FOUCAULT**

O que faz um arqueólogo? Ele realiza escavações e analisa as idades das diferentes camadas do solo à medida que o local de interesse é aprofundado. O desafio surge quando o sítio contém vários períodos, tornando difícil distinguir as camadas que pertencem a uma época das que pertencem a outras. Foi assim que Foucault procurou compreender como se formam os saberes. Cada saber é constituído por camadas que refletem uma determinada época histórica.

A arqueologia descreve um nível de homogeneidade enunciativa que tem seu próprio recorte temporal, e que não traz com ela todas as outras formas de identidade e de diferenças que podem ser demarcadas na linguagem; e neste nível, ela estabelece um ordenamento, hierarquias e todo um florescimento que excluem uma sincronia maciça, amorfa, apresentada global e definitivamente. (Foucault, 2008, p. 167).

Portanto, em primeiro lugar, não se deve considerar um saber anterior como simplesmente uma versão “passada” de um saber mais “avançado”, que inevitavelmente evoluiu para uma forma mais desenvolvida. Ou seja, para a arqueologia foucaultiana um saber não se transforma necessariamente em outro, e cada época do saber é descontínua em relação à anterior, com o arqueólogo buscando identificar esses pontos de descontinuidade. O limite entre os estratos de um período e os de outros Foucault denomina “episteme”. Em sua fase arqueológica, Foucault estudou três epistemes: a do Renascimento, a clássica e a moderna. Após a separação dos estratos de uma episteme, o trabalho do arqueólogo se concentra na análise interna de cada episteme<sup>43</sup>, buscando entender como cada episteme organiza seus saberes. Cada episteme possui uma estrutura própria que define os objetos, conceitos e métodos de um saber.

A episteme não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma

---

<sup>43</sup> Por episteme, Foucault designa, na realidade, um conjunto de relações que liga tipos de discursos e que corresponde a uma dada época histórica: "são todos esses fenômenos de relações entre as ciências ou entre os diferentes discursos científicos que constituem aquilo que eu denomino a episteme de uma época" (Revel, 2005, p.41)

época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas. (Foucault, 2008, P. 214).

A análise arqueológica revela ainda que diferentes saberes podem coexistir dentro de uma mesma episteme, cada um com suas particularidades e formas de entendimento, refletindo a complexidade e a diversidade do conhecimento em cada período histórico. Assim, um dos passos da arqueologia Foucaultiana é a separação dos limiares de saberes. Essa separação permite identificar as diferentes camadas de um mesmo campo de conhecimento, que, embora pertençam à mesma episteme, possuem conformações e consistências distintas.

A análise arqueológica individualiza e descreve formações discursivas, isto é, deve compará-las, opô-las umas às outras na simultaneidade em que se apresentam, distingui-las das que não têm o mesmo calendário, relacioná-las no que podem ter de específico com as práticas não discursivas que as envolvem e lhes servem de elemento geral. Bem diferente, ainda nisto, das descrições epistemológicas ou "arquitetônicas" que analisam a estrutura interna de uma teoria, o estudo arqueológico está sempre no plural: ele se exerce em uma multiplicidade de registros; percorre interstícios e desvios; tem seu domínio no espaço em que as unidades se justapõem, se separam, fixam suas arestas, se enfrentam, desenham entre si espaços em branco (Foucault, 2008, p. 177).

Um saber é entendido como um "regime discursivo", que organiza os objetos, conceitos e métodos pertinentes a esse saber. Os saberes podem ser diferenciados com base nos limiares que definem sua entrada ou saída de um determinado campo de conhecimento. Por exemplo, no contexto da loucura, pode-se observar a distinção entre a psiquiatria e o exorcismo. Para realizar essa análise, é necessário construir "famílias discursivas", que envolvem a descrição dos objetos, conceitos e métodos específicos de cada saber, assim como a diferença entre eles (Cardoso Jr. p. 10).

Um regime discursivo é um conjunto de práticas que define o que pode ser dito e pensado dentro de um determinado campo de conhecimento. Mesmo em uma episteme moderna, onde as ciências são valorizadas, os saberes científicos não são puramente científicos; eles estão imersos em uma rede de discursos que incluem elementos de tradições não-científicas e de epistemes anteriores.

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico (o saber da psiquiatria, no século XIX, não é a soma do que se acreditava fosse verdadeiro; é o conjunto das condutas, das singularidades, dos desvios de que se pode falar no discurso psiquiátrico). (Foucault, 2008, p. 204).

Os amálgamas das famílias discursivas são fundamentais para o arqueólogo do saber, levando Foucault a desenvolver o método arqueológico com o objetivo de aprimorar a análise micrológica dos regimes discursivos. As famílias discursivas são compostas por dois tipos de elementos: o enunciável, que se refere ao que pode ser dito, e o visível, que diz respeito ao que pode ser observado. A interação entre esses enunciados e visibilidades é o que confere a um saber sua originalidade histórica. Por exemplo, quando a psiquiatria surgiu no século XIX,

novos conceitos foram criados sobre a mente, a loucura e as regras para internar pessoas. Essa criação de novos conceitos depende de como se define o que deve ser observado.

Um objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações (Foucault, 2008, p. 50).

Foucault também mostra que era necessário um novo tipo de arquitetura nos hospitais psiquiátricos para que os corpos dos pacientes pudessem ser vistos e examinados de forma eficaz. Os comportamentos e gestos dos pacientes são registrados e organizados, assim como as palavras são. Essa organização dos registros é fundamental para que o método arqueológico possa entender as características de um discurso e, assim, o contexto histórico de um saber. Portanto, os saberes se destacam pela grande quantidade de informações visíveis e enunciadas que produzem.

Em um dos principais livros da fase arqueológica *História da Loucura* (1961) aborda a problemática de sua trajetória e nos oferece amplo terreno para análise. Primeiro porque, Foucault, antes de tudo, é um filósofo cuja produção possui uma dimensão histórica. Foucault é criticado pelos filósofos por sua abordagem histórica, de imitar os historiadores em detrimento dos clássicos filosóficos. Da mesma forma, historiadores tradicionais rejeitam sua abordagem questionando sua capacidade de leitura e análise histórica. Confusão, também, em segundo lugar, devido ao caráter filosófico, que evidencia as transformações na percepção e experiência humana (Cardoso Jr. p. 12).

Como já observado, para Foucault haveria três *epistemes* desde o final da Idade Média: o Renascimento (séc. XIV ao XVI), a episteme clássica (séc. XVII ao final do XVIII) e a episteme moderna (final do XVIII até o final do XIX). A ideia central do livro é que o conhecimento sobre a loucura, em cada episteme, organiza a maneira como a sociedade vive e entende a loucura a partir de certos regimes discursivos que são passíveis de análise histórica. Observamos então, duas implicações, a primeira é que a experiência da loucura no Ocidente pode ser dividida em dois momentos: o primeiro momento é o da experiência trágica, onde a loucura é vista como algo próximo e parte do nosso mundo. Com o tempo, essa visão é substituída pela experiência racionalista que vê a loucura como algo a ser controlado. Enquanto a visão trágica aceita a loucura como parte da vida, a visão racionalista cria maneiras de controlá-la.

Uma segunda conclusão advém da constatação que a psiquiatria segundo Foucault, não deve ser vista como o ápice de um processo histórico que resolveu a questão da loucura, mas como um saber recente que molda uma experiência específica dela. Quanto mais a psiquiatria

tenta controlar e definir a loucura, uma nova experiência trágica da loucura se esgueira e se afirma.

A loucura, no devir de sua realidade histórica, torna possível, em dado momento, um conhecimento da alienação num estilo de positividade que a delimita como doença mental; mas não é este conhecimento que forma a verdade desta história, animando-a secretamente desde sua origem. E se, durante algum tempo, pudemos acreditar que essa história se concluía nele, é por não ter reconhecido nunca que a loucura, como domínio de experiência, se esgotava no conhecimento médico ou paramédico que dela se podia extrair. (Foucault, 1978, p. 133).

A História da loucura, neste sentido, desnaturaliza a Loucura e, neste sentido, nossos sentimentos sobre o Louco. Desde sempre esperamos que a loucura seja tomada como um problema de saúde, por isso o louco deveria ser excluído da convivência das “pessoas normais”. Nossa percepção moderna sobre a loucura tende a estender esses sentimentos e atitudes como eternas com relação aos loucos. No entanto, somos impactados quando lemos Foucault, ele volta a Idade Média, procurando encontrar os lugares de reclusão típicos das sociedades medievais e não encontra. O que se encontra são leprosários, espaços onde os leprosos são deixados. No imaginário medieval, o louco não pode ser preso porque é visto como alguém que não pertence a lugar algum. Assim como a sua mente vaga sem rumo seu corpo deve ser deixado livre. A loucura só entra em um novo regime discursivo, com o significado que encontramos hoje, com a constituição da clínica da psique humana, isto é, a psiquiatria. Desta forma, a psiquiatria passa a ser percebida como uma ciência que resolveu o antigo problema da loucura, que sempre afligiu a humanidade. No entanto, ela participa de uma sensibilidade em relação à loucura que nem sempre existiu. Embora alivie os males do louco, o priva de liberdade, o trata como doente. Em contraste com outras épocas em que o louco era deixado em liberdade. (Foucault, 1978).

Foucault observa dois regimes discursivos opostos. Um deles provem da Idade Média. A loucura é vista como coexistente da razão, sua presença não deve ser excluída. Resta a razão tentar controlar a desordem que a loucura traz, ajudando a criar uma certa ordem no mundo. Essa relação entre razão e loucura é como uma luta, onde ambas estão conectadas, como luz e sombra. Mas, um outro regime discursivo emerge: aqui, a razão não quer apenas viver ao lado da loucura; ela quer dominá-la. A razão se torna algo que precisa estar sempre alerta, caso contrário a desrazão invade o mundo e a domina.

Por mais rudimentares que sejam os tratamentos médicos feitos nos insanos do Hôtel-Dieu ou do Bethleem, eles são, no entanto, a razão de ser ou pelo menos a justificativa para sua presença nesses hospitais. Em compensação, o mesmo não acontece nos diferentes prédios do Hospital Geral. (...) Em certos estabelecimentos os loucos só são recebidos na medida em que sejam teoricamente curáveis; em outros são recebidos apenas para livrar-se deles ou recuperá-los (Foucault, 1978, p.127).

Assim, Foucault aponta que o grande exemplo de uma razão concebida como guardiã do mundo das luzes é o Cogito de Descartes. Se o cogito é o ponto inicial do pensamento, a

única garantia de existência do homem, o louco é aquele privado dessa capacidade, desprovido de cogito, portanto, não pensa. Esse embate discursivo estabelece uma razão que controla a loucura, vigia o louco e busca, de toda forma, não se descuidar. Essa reviravolta define a ascensão de uma nova episteme onde novos regimes discursivos emergem.

Nesta nova episteme, a loucura será objeto de exclusão social. Foucault observa que os leprosários começam a esvaziar-se no final da Idade Média. Esses locais ficaram abandonados e esquecidos, com os leprosos não sendo mais excluídos, mas tratados como doentes em casas de saúde. O mais significativo é que, no século XVIII, os antigos leprosários passam por reformas arquitetônicas e administrativas, dando origem aos “hospitais gerais”, que vão abrigar diversas pessoas, incluindo os loucos. O hospital geral, no entanto, não se configura um espaço de tratamento de saúde nos moldes atuais. Essa definição de “hospital geral” é devida ao fato que, a administração não é guiada por uma demanda de saúde, pois o médico não exerce liderança, ele ocupa uma posição secundária. Além disso, a presença de uma grande variedade de indivíduos evidencia essa instituição como diferente das que conhecemos. Nos hospitais gerais, os loucos são internados ao lado de pobres, indigentes e devassos. Neste sentido, certamente não seria uma questão de saúde que os levava a essa internação, em um mesmo local. A história da loucura revela que, durante o período do “grande internamento”, como Foucault o denomina, os loucos compartilhavam com as outras categorias internadas uma certa degenerescência moral. O problema que aflige os pobres, os loucos e os devassos são uma desordem de natureza moral, justificando sua presença no mesmo espaço. O tratamento não visa a saúde, eles são submetidos a um tratamento moral. A terapia aplicada para corrigir o mal moral nos hospitais gerais é o trabalho, visto como um meio de corrigir as almas e as índoles, enquanto o médico se ocupa apenas dos aspectos físicos.

Assim sendo, isso implica dizer que a psiquiatria emerge em uma nova episteme, a moderna, mas reativa em seu discurso enunciados e visibilidades de uma episteme anterior. Em outras palavras, a psiquiatria é ao mesmo tempo uma continuação e uma transformação de ideias e práticas que já existiam. Embora os métodos, conceitos e técnicas dessas ciências se desenvolvam dentro da episteme contemporânea, elas continuam a operar nas instituições de internamento, rearticulando, para fins científicos, o discurso moral que ali se estabeleceu. Para isso, era necessário associar a internação do louco à ideia de que a loucura é uma enfermidade do corpo. Assim, o louco seria isolado, não mais parte de um grupo de indivíduos afetados por um mal de natureza moral. Ele passaria a justificar a criação de uma instituição de internamento com objetivos médicos. No século XIX, Foucault observa que a sociedade se espanta e se indigna ao perceber que o louco estava internado ao lado do criminoso, do devasso e do indigente. Esse espanto, analisado sob a perspectiva do arqueólogo do saber, revela que

uma nova experiência da loucura estava em formação. A distinção entre o louco, o criminoso, o indigente e o devasso ocorrem pela assimilação à medicina. Ou seja, essa mudança não é causa final de um avanço científico, mas também uma consequência da prática de internamento.

Durante muito tempo, o pensamento médico e a prática do internamento haviam permanecido estranhos um ao outro. Enquanto se desenvolvia, segundo suas leis próprias, o conhecimento das doenças do espírito, uma experiência concreta da loucura tomava lugar no mundo clássico — experiência simbolizada e fixada pelo internamento. Ao final do século XVIII, essas duas figuras se aproximam, com o objetivo de uma primeira convergência. Não se trata de uma iluminação, nem mesmo de uma tomada de consciência, que teria revelado, numa conversão do saber, que os internos eram doentes; mas sim de um obscuro trabalho no qual se defrontaram o velho espaço de exclusão, homogêneo, uniforme, rigorosamente limitado, e esse espaço social da assistência que o século XVIII acabou de fragmentar, de tornar polimorfo, segmentando-o segundo as formas psicológicas e morais da devoção (Foucault, 1978, p.466).

Quando as pessoas passaram a ser internadas em hospitais psiquiátricos, a sociedade começou a vê-las como doentes que precisavam de tratamento médico, em vez de pessoas com problemas morais ou comportamentais. Então, a ideia é que a maneira como as instituições tratavam os loucos influenciou a forma como a sociedade pensava sobre a loucura, e não o contrário. Não foi um avanço na ciência que mudou a visão sobre a loucura, mas sim a prática de internar as pessoas. Com isso, o médico se tornou a figura central nos asilos, não apenas por seu conhecimento científico, mas também porque tinha a autoridade moral que antes era exercida por administradores que não eram médicos.

Em resumo, História da Loucura evidencia como os saberes mudam ao longo do tempo devido às suas configurações discursivas, mas também revela uma linha mais profunda ligada ao controle do corpo. Essa perspectiva abre caminho para uma nova fase no pensamento de Foucault, em que ele integra a Genealogia à Arqueologia (Cardoso Jr. p. 17).

## CONCLUSÃO

Este artigo buscou explorar a perspectiva foucaultiana sobre a descontinuidade histórica enfatizando como essa abordagem desestabiliza as concepções tradicionais de História. Foucault nos instiga a um fazer histórico, não como uma linha contínua e evolutiva, mas como um campo marcado pela descontinuidade, propondo uma análise das rupturas e transformações que marcam os regimes discursivos ao longo do tempo. Ao examinar a loucura como um exemplo paradigmático, Foucault revela como os significados atribuídos a determinados fenômenos não são fixos, mas sim produtos de configurações históricas específicas. O louco, antes visto como parte do mundo social no imaginário medieval, passa a

ser categorizado, confinado e tratado dentro de um regime discursivo que o desloca para a esfera da psiquiatria. Esse deslocamento evidencia não apenas mudanças nas práticas sociais, mas também a formação de novas epistemes que definem o que é considerado saber válido em determinado período.

A crítica foucaultiana à História tradicional não busca deslegitimá-la, mas sim ampliar o entendimento sobre a complexidade dos sistemas de pensamento que moldam nossa percepção do passado. A descontinuidade histórica, nesse sentido, não representa um afastamento da verdade, mas uma oportunidade de compreender os limites e as possibilidades do conhecimento humano.

Portanto, este artigo contribui para o debate sobre as narrativas históricas e suas implicações epistemológicas, reforçando a relevância de Foucault para o campo das ciências humanas. Suas reflexões sobre as rupturas históricas desafiam o olhar tradicional e nos convidam a revisitar, com um novo rigor crítico, as construções do saber e suas consequências para a compreensão de quem somos e no que estamos nos tornando. Gostaria de reiterar, por fim, que esse artigo é fundamentado na fase arqueológica de Foucault.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO JR., H. R. Foucault em Sobrevôo. Disponível em: <https://www2.assis.unesp.br/cilbelc/triceversa/publicacao/7/arq4ce3e1765008c.pdf>

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 2008. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

FOUCAULT, M. História da Loucura. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, M. Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MACHADO, Roberto. Ciência e Saber – A Trajetória da Arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

REVEL, Judith. Michel Foucault: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

C  
A  
P  
Í  
T  
U  
L  
O

# A METODOLOGIA DE UMA HISTÓRIA DIGITAL

Rafael Meira de Oliveira



1

1

O ofício do historiador e a condição da disciplina História estão intrinsecamente relacionados a um lugar social. Isso evidencia que não apenas os recortes e objetos de estudo são historicizados, mas também as próprias teorias e metodologias empregadas pelo pesquisador, que são igualmente influenciadas por condições externas. Dessa forma, o observador ou cientista se torna objeto de observação, assim como todos os elementos que interagem com o ser humano ao longo do tempo. Diante disso, é compreensível que, à medida que a experiência humana em relação ao tempo se transforma, diferentes formas de ler o mundo emergem, tanto em olhares leigos quanto especializados. A historiografia, portanto, não é exceção a essa dinâmica, sendo seus métodos constantemente reavaliados.

Michel de Certeau propõe uma estrutura a prática historiográfica por meio de determinadas operações, conferindo clareza e inteligibilidade ao processo de construção do conhecimento histórico. Segundo o autor, a operação histórica é dotada de um lugar social, de uma prática e por uma escrita (Certeau, 1982, p.56). Com isso, a prática pode sofrer alterações de acordo com o lugar socioeconômico, político e cultural no qual está inserida:

Se é verdade que a organização da história é relativa a um lugar e a um tempo, isto ocorre, inicialmente, por causa de suas técnicas de produção. Falando em geral, cada sociedade se pensa "historicamente" com os instrumentos que lhe são próprios. (Certeau, 1982, p.70)

O acesso à internet no Brasil cresceu consideravelmente nos últimos anos (IBGE, 2023) e atualmente a discussão deve ser conduzida não mais sobre ter ou não acesso, mas sim sobre o letramento digital desses internautas que frequentam as páginas da web. O YouTube se destaca entre as redes sociais utilizadas, ocupa o segundo lugar de rede mais acessada no Brasil, perde em acesso para a primeira colocada WhatsApp, e é seguido pelas redes Instagram, FaceBook, TikTok. (Alves, 2024) indicando que é comum para muitos brasileiros navegarem, seja para aprender uma nova receita culinária ou para se manter atualizado sobre as mais variadas notícias, que chegam em um piscar de olhos aos smartphones e computadores domésticos.

Com isso, considera-se o YouTube um importante veículo de comunicação atualmente – articulações políticas por meio de podcast, reações, canais críticos; formas de entretenimento e lazer disputam público com os formadores de opinião (e porque não um criador de conteúdo que integre esses dois mundos).

Não se trata apenas de fazer falar estes "imensos setores adormecidos da documentação" e dar voz a um silêncio, ou efetividade a um possível. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona diferentemente. (Certeau, 1982, p.75)

O historiador Roger Chartier chamou esse novo cotidiano cada vez mais conectado de "Era Google", mas há de se considerar que tal menção não represente mais a internet pois a ferramenta de busca Google sofre constantes ameaças de suas rivais. Portanto, devido ao caráter volátil, seja mais adequado pensarmos em décadas Google, afinal, não sabemos qual será a próxima plataforma a liderar o mercado (Lucchesi, 2011, p.3).

A conjuntura dos estudos relacionados à internet refletia o próprio momento de desenvolvimento e as condições de acesso às redes. No Brasil, algumas obras pioneiras incluem o texto de Luciano Figueiredo, "História e Informática: o uso do computador", de 1997, e o trabalho de José Cláudio Oliveira, "Ciberhistória", de 2005, além da fundação, em 1991, da Associação Brasileira de História e Computação. No entanto, a relação entre a historiografia e a internet se intensifica a partir da década de 2010, durante um momento de popularização das redes (Burgess; Green, 2009, p.18). Além de uma percepção na qual o computador poderia ser uma ferramenta de ofício do historiador, observamos um aumento na publicação e discussão sobre a internet como um espaço de produção de saberes e sociabilidades. A imersão do digital é tão profunda que atualmente se torna difícil separar o digital do não digital e, cada vez mais, os serviços oferecem um suporte virtual.

Dado o reconhecimento que o virtual é também um lugar de investigação histórica, se faz necessário repensar as práticas desse ofício; seria o momento de discutir-se uma aplicabilidade teórico metodológica. Portanto, este texto faz uma aproximação inicial deste trabalho, muito árduo por sinal. Para isto, como um experimento, será discutido de que forma documentos audiovisuais nascidos digitais, sobretudo vídeos publicados no YouTube, podem ser tratados enquanto fonte primária em uma investigação histórica. Como uma forma de enriquecer essa discussão, será realizado um estudo de caso, no qual um vídeo aqui escolhido será posto em exame, conforme os apontamentos metodológicos deste texto. Espera-se que esta exposição contribua metodologicamente para o campo da História Digital.

Inicialmente, apresento o documento que será articulado com a metodologia, sendo um vídeo publicado no YouTube, parte do conjunto documental que analiso em minha pesquisa atual no mestrado em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), que busca responder o seguinte problema histórico: como o saber

culinário é disseminado no ciberespaço brasileiro? Por meio de vídeos publicados entre 2010 e 2024 por criadores de conteúdo em seus canais na plataforma YouTube, este estudo investiga as formas representativas da receita estrogonofe, seus modos e usos.

Entre os vídeos e canais selecionados pela pesquisa, o documento a ser analisado aqui se destaca como um dos mais singulares, pois o prato compete pela centralidade do vídeo com outras figuras, especialmente os influenciadores. Essa dinâmica torna-se evidente ao longo da exposição audiovisual e nos comentários que transitam e reverberam entre os internautas. O vídeo em questão é o “COZINHEI PARA A FAMÍLIA NETO (STROGONOFF)”, compartilhado no canal do influenciador digital Bruno Correa. Ativo desde 2011, possui atualmente 7,69 milhões de seguidores, 2.453 vídeos e 65 listas de reprodução (gameplays, análise de jogos, enquetes, vlogs, culinária, dentre outros) embora seja um vídeo recomendado, o canal não tem como tema a culinária e sim vlog (vídeos diários), a receita aparece como mais uma das atividades cotidianas.

Em uma investigação preliminar dos documentos relacionados ao criador de conteúdo, foi constatado que Bruno Correa é de São Gonçalo, Rio de Janeiro; conta em entrevista dada ao Carta Capital<sup>44</sup> que trabalhou como produtor de eventos e se vinculou a Felipe Neto, um dos maiores influenciadores do YouTube no Brasil, o qual aparece com frequência em seu canal. O vídeo objeto da análise centra-se no influenciador que cozinha para Neto, abrangendo toda a sua jornada, que inclui a busca pelos ingredientes no mercado, o preparo da receita e, por fim, um momento de comensalidade. O documento audiovisual tem duração de 11:04 (onze minutos e quatro segundos), foi publicado em 2017 e consta com mais de 11,7 milhões de visualizações.

A gestão dos documentos da minha pesquisa é realizada por meio da plataforma “Spreadsheets”, uma ferramenta que funciona como uma versão computadorizada das planilhas de contabilidade em papel. Este espaço se revela um aliado no ofício historiográfico contemporâneo, permitindo organizar, categorizar e filtrar os dados obtidos na análise documental. Existem várias alternativas para o gerenciamento de fontes, mas minha escolha se baseou na familiaridade com a ferramenta.

---

<sup>44</sup> Bruno Correa concedeu uma entrevista, o que chamam de “conversa” pelo tom mais descontraído da proposta, ao projeto “CriaCast” apresentado por Raull Santiago. O formato de podcasts se popularizou no Brasil em meados de 2018, sendo largamente reproduzido por muitos criadores de conteúdo que versam de temas diversos. É marcado principalmente pela informalidade na entrevista, um modelo que cativou os internautas. O episódio de Bruno Correa tem título “A expansão da cultura gamer no Brasil com o youtuber Bruno Correa, no CriaCast” e se encontra no site Carta Capital. (CARTACAPITAL, 2023)

A seguir, será apresentado dois modelos metodológicos que podem ser utilizados em pesquisas historiográficas digitais. O primeiro método seria o de raspagem de dados, que consiste em uma técnica, geralmente operacionalizada por um programa, de mineração, extração e estruturação de dados disponíveis na web. Não há somente um programa desenvolvido para essa atividade, mas aqui será mencionado o Youtube Data Tools, ferramenta de raspagem desenvolvida por Benhard Rieder, professor integrado as Novas Mídias e Cultura Digital na Universidade de Amsterdã. Esse módulo permite recuperar informações básicas do vídeo e seus comentários, listando-os e apresentando interações entre os usuários. É possível ainda exportar as informações recuperadas, sendo um instrumento para levantar dados quantitativos.

O segundo modelo seria a (n)etnografia ou etnografia na web, que consiste em socio-biografar as pessoas envolvidas na pesquisa e realizar um levantamento de dados com base em critérios selecionados pelo pesquisador “produzir dados, capturar percepções e descrevê-los densamente a ponto de conseguir entender o funcionamento de um determinado grupo ou comunidade é a finalidade última de uma (n)etnografia.” (Soares; Stengel, 2021, p.8) A diferença entre os métodos apresentados está na maior ou menor automatização computacional na coleta e apresentação de dados, indicando que há espaço para intervenções de ambas as formas de pesquisa ou até mesmo para um uso conjunto dos modelos, como é o caso de minha investigação historiográfica.

Por meio da análise (net)nográfica, foi investigado o ambiente digital de produção de conteúdo, a exposição descritiva do documento audiovisual que se trata o vídeo culinário; por fim, os ingredientes e modo de preparo do prato apresentado e a sugestão do sentido atribuído pelo influenciador digital, presente no vídeo. O título refere-se à "família Neto", composta pelos influenciadores do YouTube no Brasil Felipe e Lucas Neto. No vídeo, Bruno Correa cozinha para os dois youtubers. Bruno começa indo ao mercado para comprar os ingredientes. Ao descrever os ingredientes utilizados, ele o faz de forma sarcástica, não compartilhando informações técnicas precisas, como a quantidade exata usada na receita. Isso reforça a ideia de que o foco não está no conhecimento culinário, mas sim em entretenimento. O vídeo segue o formato de vlog, que consiste em um registro diário de atividades cotidianas, neste caso, o ato de cozinhar. Naquilo que parece ser sua própria cozinha, Bruno apresenta e descreve os ingredientes de maneira única, o que o diferencia de outros influenciadores e cozinheiros em nosso conjunto de vídeos; o youtuber estabelece uma conexão direta com o público ao convidá-los a reproduzir a receita e conquistar alguém especial por meio do prato. Após o preparo

do estrogonofe, o vídeo continua com os influenciadores sentados à mesa, em um momento descontraído de comensalidade. (Correa, 2017)

Bruno Correa descreve os ingredientes e preparos de sua receita da seguinte forma: 25 kg de carne (uma hipérbole utilizada pelo cozinheiro, pois a bandeja da carne escolhida e apresentada não possui esse peso); 1 ramo de “mato” (coentro); “negócio do leite” (2 caixas de creme de leite); 1 copo de “segredo” (requeijão); há outros ingredientes envolvidos no preparo, mas não são mencionados como participantes. Após apresentar os insumos, começam os preparos. Inicialmente, ele adiciona alho amassado e margarina a uma panela; em seguida, corta a carne em cubos e a coloca no mesmo recipiente; após o cozimento, o cozinheiro deixa a carne “descansando” na panela, com o fogo desligado; ele prepara um arroz como acompanhamento; continuando, corta o coentro (justificando o uso do coentro, pois deixa a receita mais saborosa e aromatizada). Após um pequeno contratempo no preparo do arroz, Bruno Correa reflete sobre a natureza imprevisível da culinária e destaca como os programas culinários de TV costumam mostrar pratos prontos para evitar contratempos. Ele sugere que seu vídeo oferece uma visão mais autêntica ao público. Em seguida, acrescenta creme de leite ao recipiente, seguido por requeijão, afirmando ser o único a usar esse ingrediente. Depois, adiciona ketchup, explicando que a quantidade certa é uma questão de gosto pessoal. Por fim, finaliza com mostarda (Correa, 2017).

O discurso do influenciador Bruno Correa é caracterizado pela informalidade, o que confere uma abordagem particular à apresentação de sua receita. Em determinados momentos, ele se abstém de ensinar diretamente os ingredientes utilizados e, após um erro no cozimento, opta por manter essa falha no vídeo, evidenciando a possível transparência que essas produções podem oferecer, em contraste com os programas culinários televisivos. Assim, o discurso, de natureza estratégica, visa estreitar a relação com seus seguidores ao apresentar “verdades” ao público. No contexto apresentado, a receita disputa a centralidade com os influenciadores que aparecem no vídeo, fazendo com que os internautas, ao assistirem, não busquem primordialmente o aprendizado sobre como cozinhar, mas sim entretenimento. Dessa forma, o tema poderia ser diferente, mas ainda assim encantaria visualizações. Os comentários subsequentes ao vídeo reforçam essa característica de entretenimento no lugar de ensino por meio da receita.

Utilizando a raspagem de dados, coleta, organização e sistematização dos dados documentais, sabe-se que o espaço de sociabilidade entre os internautas possui 15.436 comentários, onde o estrogonofe não é o protagonista das discussões. Predominam as

apreciações sobre a figura do influenciador, que brilha tanto que ofusca a própria temática culinária: “O Bruno mudou a aparência pra caramba, em relação a personalidade continua igual, sempre um amor” (@lobizomi1451, 2022, 111 gosteis) e “Bruno!!! Pra mim você muito legal e o melhor de todos tamo junto 😊😄” (@flavio-em6re, 2020, 860 gosteis); o alcance de 1 milhão de seguidores em 2017, foi motivo de comemoração entre os internautas: “Quase 1 milhao Bruno , tu merece ❤️” (@xxzVelvetHouse , 2017, 1026 70 gosteis) e “Parabéns Bruno 1 milhão hehehe você merece” (@granvillevideos9986 , 2017, 1013 gosteis). Há menções entre o vídeo e a memória afetiva com o influenciador, além de comentários que reforçam uma cozinha digital global, como saudações de internautas de outros países que acompanham o aprendizado em vídeo, e o registro de usuários que agradecem ao conteúdo culinário pedagógico. (Correa, 2017).

Esse documento ou vídeo publicado no YouTube sobre práticas relacionadas à cozinha apresentado acima é sintomático e sugere as diversas camadas que podem compor o modelo de culinária pedagógica inserido na rede. Questões como entretenimento e a exposição do prato permeiam e se misturam no audiovisual. Como evidenciado pelo modelo de análise quantitativa, vários comentários do público expressam um desejo por aprendizado e, mais do que isso, por entretenimento, indicando que um vídeo sobre receitas culinárias pode ter diferentes propostas além do ensino culinário. Os internautas são cativados pela figura central do criador de conteúdo, em detrimento da receita de estrogonofê. Por outro lado, há comentários que se identificam com o preparo da receita, o que denota os possíveis usos em um mesmo espaço.

A análise qualitativa mais aprofundada por meio da netnografia direciona ao entendimento do espaço de querer e poder estabelecido pelo criador de conteúdo ou influenciador digital Bruno Correa. Nesse ambiente digital, ele produz conteúdos audiovisuais que variam entre viagens, jogatinas eletrônicas e práticas relacionadas à cozinha. Sua forma narrativa culinária é nada convencional, se comparada a canais voltados a receitas. Ao descrever os ingredientes ou até mesmo o preparo, ele se distancia de um caráter didático, parecendo que seu interesse não é ensinar a receita, mas sim, de forma cômica, gerar engajamento e visualizações nas redes. Assim, cria-se uma modalidade particular da receita: a cozinha enquanto entretenimento.

A minha dissertação atual, da qual este texto é derivado, sugere algumas hipóteses que serão discutidas ao final da pesquisa, como: a) ocorrem mudanças na forma de compartilhar o conhecimento culinário, principalmente devido ao impacto do

surgimento do ciberespaço e suas possibilidades de interação social; b) nos ambientes virtuais criados pelos criadores de conteúdo audiovisual, sugere-se que as receitas analisadas tenham passado por ressignificações, resultando em variações no processo de preparo e no significado atribuído a elas. C) Por fim, sugere-se a ideia de uma cozinha digital, um lugar que produz saberes culinários dentro do ambiente virtual. O documento aqui discutido parece corroborar com tais apontamentos preliminares.

## CONCLUSÃO

O texto abordou a metodologia na pesquisa histórica na era da digitalização e do acesso à internet, fundamentada na obra de Michel de Certeau, enfatizando que a produção histórica é moldada por condições externas e transformações técnicas. A popularização da internet, especialmente com o crescimento do YouTube no Brasil, é discutida como um novo ambiente de comunicação e ensino, o que resulta em um uso maior de documentos audiovisuais como fontes para investigações históricas.

A pesquisa investiga a representação e os usos do prato estrogonofe no contexto digital entre 2010 e 2024. O vídeo em análise, que mistura elementos de vlog e culinária, é destacado por sua abordagem informal e pela ênfase no entretenimento, mais do que na instrução culinária. Esse texto se concentrou em possibilidades metodológica e alguns resultados a partir de uma experimentação, que encontrou o entretenimento como integrante de uma Cozinha Digital, umas das hipóteses elaboradas em minha pesquisa. A dinâmica entre o influenciador e seu público, expressa nos comentários expostos no corpo do texto, revela uma preferência por conteúdo que entretenha em troca de ensinar.

Embora muitos comentários relevantes destaquem a aprendizagem e autonomia na cozinha, a relação entre visualizações e interações é discrepante. Existem muitas visualizações em comparação aos poucos comentários ou “gostei”, o que dificulta a compreensão do interesse de um público que aprecia o conteúdo de forma discreta. A hipótese é que muitas visualizações são motivadas pelo desejo de consumir conteúdo audiovisual midiático e agradável, não apenas para aprender técnicas culinárias, mas também porque há um público interessado na personalidade do influenciador digital e na imagem que ele apresenta. Os espectadores se identificam com o discurso desses influenciadores e os apoiam, sendo o entretenimento em si um motivo suficiente para assistir. De acordo com a “Thinking with Google”, dentre o que os consumidores de conteúdo culinário mais acompanham no Youtube, 19% assistem canais de chefs, 16% assistem reality shows gastronômicos, 11% assistem a influenciadores digitais em termos gerais, 14% acompanham demonstrações de produtos e 10% a documentários

sobre o tema. Existe uma proporção considerável de um público do entretenimento culinário, pois 51% dos entrevistados consideram cozinhar um momento de prazer e divertimento. (Thinking With Google, 2017)

A cozinha como entretenimento é uma das questões investigadas; este documento analisado expõe algumas nuances dessa prática culinária no ambiente digital. Além do caráter espetacular do vídeo, outras hipóteses já mencionadas anteriormente, como reelaborações da receita e mudanças na forma de compartilhar saberes culinários, serão avaliadas, aprofundando a discussão sobre a Cozinha Digital.

Por fim, sugere-se que a historiografia digital necessite de novos modelos metodológicos, como a raspagem de dados e a (n)etnografia, para explorar e compreender melhor a produção de saberes na internet. Embora existam algumas iniciativas no campo da História Digital, exemplificado nos historiadores Fábio Chang de Almeida e sua categorização dos documentos nascidos ou digitalizados (Almeida, 2011); esforços de Anita Lucchesi para delinear um campo próprio que investigue o ambiente digital (Lucchesi, 2012); balanço historiográfico realizado por Filipe Cezarinho (Cezarinho, 2018) ou organizações de textos como a realizada por José D'Assunção Barros (Barros, 2022), esses trabalhos concentram-se principalmente em discussões teóricas sobre o tema. No entanto, o método deve ser também orientado, acompanhando tais avanços. Além disso, o documento reflete sobre a crescente inter-relação entre cultura digital e historiografia, destacando as transformações nas formas de compartilhar conhecimento culinário e na construção de uma "cozinha digital" que emerge nesse novo espaço virtual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fábio Chang. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online), v. 3, p. 9-30, 2011.

ALVES, Raphael. 10 Redes Sociais mais usadas entre os brasileiros: confira o ranking atualizado! Mlabs. 2024. Disponível em: <https://www.mlabs.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas>. Acesso em 25 ago 2024.

BARROS, José D'Assunção. História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo. 1ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

BURGUESS, Jean, GREEN, Joshua. YouTube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa está transformando a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.

CARTACAPITAL. A expansão da cultura gamer no Brasil com o youtuber Bruno Correa, no CriaCast. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/a-expansao-da-cultura-gamer-no-brasil-com-o-youtuber-bruno-correa-no-criacast/>. Acesso em: 10 julho 2024.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CEZARINHO, Filipe Arnaldo. História e fontes da internet: uma reflexão metodológica. Temporalidades, Revista de História, v. 10, n. 26, jan./abril. 2018.

COZINHEI PARA A FAMÍLIA NETO (STROGONOFF). Bruno Correa. [2017]. 1 vídeo. (11 min. 04). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mXTmAYYLsk8&t=597s&pp=ygULZXN0cm9nb25vZmU%3D>. Acesso em: 15 julho 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas Sociais. Internet chega a 87,2% dos brasileiros com mais de 10 anos em 2022, revela IBGE. Rio de Janeiro, 2023.

LUCCHESI, Anita. A História sem fio: questões para o historiador da Era Google. In: XV Encontro Regional de História - Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa, 2012, São Gonçalo. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, 2012.

SOARES, Samara Souza Diniz; STENGEL, Márcia. Netnografia e a pesquisa científica na internet. PSICOLOGIA USP (IMPRESSO), v. 32, p. 1-11, 2021.

THINKING WITH GOOGLE. Sabor sem medidas. 2017 Disponível em:  
<https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/tendencias-de-consumo/tendencias-de-comportamento/sabor-sem-medidas/>. Acesso em: 27 jun 2024.

# NARRATIVAS GERACIONAIS: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Hyan Aguiar Janegitz



Neilaine Ramos Rocha de Lima



A busca de possibilidades para o ensino de História tem sido grande foco de pesquisas acadêmicas, meios digitais, formas didáticas, e modernizações no ensino são alguns dos termos que se encontram neste debate de historiadores-docentes na atualidade. Aqui nos propomos a trazer reflexões sobre as contribuições que as narrativas de diferentes gerações têm na capacidade de ensinar História e construir uma visão ampla sobre diferentes temporalidades. Para isso partimos de autores como Jorn Rüsen e Paul Ricoeur afim de fazer uma ponte de ligação entre o tempo histórico e as narrativas, além de pesquisas mais recentes sobre o ensino de história.

Rüsen (2006) chama de “irracionalização” da história o processo que se configura com um ensino descontextualizado e apenas acumulativo de conhecimentos do passado, que segue uma linha vertical de historicização. O mesmo busca uma abordagem didática seguindo um ensino em história que leve em consideração os contextos políticos, sociais, culturais e institucionais daquele meio, no caso a escola, afim de “Alcançar o conhecimento empírico do passado”. Essa didática da história é para o autor um processo de conhecimento não apenas da realidade histórica do presente ou uma interpretação do historiador das diferentes mentalidades que se formam no tempo, mas é também, um conhecimento dos processos de educação e ensino da própria história naquele momento.

A pressuposição dessa concepção hermenêutica, historicista é que a história é constituída por forças mentais, que o historiador, sendo um interprete ativo, pode ‘repensar’ ou apropriar, e que guiam suas questões históricas e interpretações (Rüsen, 2006, p. 9).

Fica claro no trecho acima como o autor coloca o historiador como um agente ativo na modelação dos mais diversos saberes históricos, faço aqui um parâmetro com a sala de aula e a prática docente, se não é o professor de história esse mesmo agente na concepção e formação de uma outra consciência que lhe é próxima ou distante geracionalmente falando. Esse seria o processo pedagógico.

As estruturas formais da sociedade se baseiam em elementos de memória, permanências e rupturas que são elaborados pelas tradições culturais, o que podemos definir como os “interesses” (Rüsen, 2001) na construção de saberes históricos, e esse saber histórico e interpretações são sempre um reflexo de cada geração e do momento presente, por isso para o autor temos a seguinte colocação:

Alcançar o conhecimento empírico do passado poderia levar a um *insight* sobre o movimento das forças do presente. Esse *insight* poderia permitir àqueles que adquirem conhecimento histórico a viver dentro da corrente principal do desenvolvimento histórico e acomodar sua vida política a ela (Rüsen, 2006, p.9).

Esse se torna o objetivo da didática da história, para o autor, situar o indivíduo, aluno ou jovem, dentro do próprio tempo histórico e definir-se como um protagonista político não apenas da história, mas também do presente, afinal a lógica que nos é ensinada a pensar o mundo na escola dificilmente se sobressai sobre outras lógicas. Por isso partimos dessa visão em didática da história para chegar ao desenvolvimento da consciência histórica, que é aquilo que teria como objetivo esse repensar da didática e a superação de metodologias positivistas no ensino, que traziam o conhecimento estático produzido apenas por aqueles historiadores profissionais (Rüsen, 2006).

Entendemos a consciência histórica como um aspecto geral daquilo que chamamos pensamento histórico “através dela se experiencia o passado e se o interpreta como história” indo além da didática e do ensino “cobrindo os estudos históricos, bem como o uso e a função da história na vida pública e privada” (Rüsen, 2006, p.15). Seria uma abordagem que possibilita o entendimento da história como uma agente ativa em nossas vidas, é um possibilitar de aplicação do conhecimento dela em nosso cotidiano e sua importância para o funcionamento geral das estruturas sociais e culturais. É tirar a história apenas do meio acadêmico e levar ela para o meio popular para que se torne um meio de atividade no processo de desenvolvimento humano.

A consciência histórica é a forma que a história nos possibilita conhecer o presente, a partir daquelas dimensões de temporalidade, inclusive deixar de lado o preconceito de que a história é uma ciência do passado, as dimensões de passado, presente e futuro atuam umas com as outras sobre a sociedade humana e são campo da história as suas percepções.

As experiências e interpretações do tempo, que tipicamente fazem parte da vida humana, definem as estruturas mentais e cognitivas do agir sobre o presente, são também aspectos a serem compreendidos e aplicados sobre um conhecimento histórico, afinal é esse conhecimento algo prático e que se aplique na vida cotidiana.

Rüsen ainda coloca que o entendimento das narrativas é também espaço dessa consciência histórica, afinal são formas de se narrar a história em diferentes espaços de tempo, as narrativas traduzem as mentalidades dos indivíduos e sua compreensão temporal a respeito de discursos de cada época (Rüsen, 2006, p.14). Assim quando analisamos as narrativas de acordo com Rüsen devemos:

[...] identificar primeiro os procedimentos da narração histórica, definir seus diversos componentes, descrever sua coerência e inter-relações e construir uma tipologia que inclua sua aparência sob diferentes circunstâncias de tempos. (Rüsen, 2006, p.15).

Assim é possível perceber como a história é formada a partir de estruturas mentais e geracionais.

Quando isso for feito nós poderemos obter um entendimento de como o passado adquire sua modelagem histórica específica e de como a história é constituída por atos discursivos específicos, formas de comunicação e padrões de pensamento. Tudo isso pode nos dar um *insight* dentro da função cultural da história mentalidade e da argumentação histórica na vida social. (Rüsen, 2006, p.15)

As narrativas, formatos e padrões de pensamento dos indivíduos, exemplificam como a consciência histórica pode trazer sentido para as experiências no tempo, e encontra na narrativa uma forma de validar a si mesmo. Constitui a narrativa histórica elemento formador do sentido histórico e temporal do ser, a partir de três operações:

A narrativa constitui (especificamente) a consciência histórica na medida em que recorre a lembranças para interpretar as experiências do tempo. A lembrança é, para a constituição da consciência histórica, por conseguinte, a relação determinante com a experiência do tempo. (Rüsen, 2001, p.62)

A lembrança é definir a experiência própria do indivíduo como atuante sobre a capacidade de agir nesse tempo histórico. É uma forma de encaixar o ser nas percepções históricas de existência e tornar presente um passado com significado, que traga uma narrativa histórica, e a consciência, possibilitada de movimentar-se entre as categorias de tempo:

A narrativa constitui a consciência histórica ao representar as mudanças temporais do passado rememoradas no presente como processos contínuos nos quais a experiência do tempo presente pode ser inserida interpretativamente e extrapolada em uma perspectiva de futuro. (Rüsen, 2001, p.64)

Pode a narrativa recorrer ao passado para buscar o significado das experiências do presente, onde se desenvolvem com necessidades e carências de orientação, trazendo para a consciência histórica uma forma de temporalização situada na capacidade de fazer “presente o passado, de forma que o presente aparece como sua continuação no futuro” (Rüsen, 2001, p.64). Tomando essa movimentação da narrativa sobre categorias temporais, devemos olhar também para as “representações da continuidade”:

[...] na constituição de sentido sobre a experiência no tempo mediante a narrativa histórica, se trata afinal de contas da identidade daqueles que tem que produzir esse sentido na narrativa (histórica), a fim de poderem orientar-se no tempo. Toda narrativa está marcada pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem nas mudanças de si mesmos e de seu mundo, mas de manterem-se seguros e firmes no fluxo de tempo. (Rüsen, 2001, p.66)

Esta terceira operação, releva-nos o autor, o motor básico do funcionamento do elemento narrativístico do ser humano, sua necessidade básica de apenas achar um lugar onde se encaixa a noção de consciência, entre movimentos incessantes do seu meio social, político, econômico e cultural. A partir de suas narrativas históricas, podemos encontrar uma função prática e ansiosa de sentido (Rüsen, 2001).

De acordo com o autor é nesse espaço que a didática da história e a teoria da história vão se alinhar na construção de um conhecimento que seja possível de engajar no constructo

social e que tenha real efetividade na comunidade como um todo (Rüsen, 2001, p.101). Afinal é no processo social de dinâmica entre as experiências pelas quais já passamos, e as intencionalidades que temos no tempo que podemos ver essa consciência (Rüsen, 2001, p. 58), esse processo da vida humana deve, em todos os aspectos, estar presente nas relações de ensino e aprendizado. Para o próprio autor, a história na escola não deve estar separada das “necessidades sociais” do nosso presente:

A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro. Se os historiadores vierem a perceber a conexão essencial entre as três dimensões do tempo na estrutura da consciência histórica, eles podem evitar o preconceito acadêmico amplamente aceito de que a história lida unicamente com o passado: não há nada a se fazer com os problemas do presente e ainda menos com os do futuro. (Rüsen, 2006, p.14)

Assim buscamos encontrar nas narrativas de diferentes gerações as conexões entre as dimensões do tempo, partimos então para entender como se dá a operação de formação desses elementos.

## **NARRATIVAS E GERAÇÕES**

Entre as intenções e experiências que definem as ações humanas sobre o tempo precisamos definir esse mesmo como uma construção das percepções que o homem tem sobre seu espaço, mas que não pode ter bases apenas metafísicas, e sim uma definida relação entre as ideias de gerações, as experiências, as necessidades e a realidade do contexto em que se vive, assim como suas sucessões (Ricoeur, 2010).

Assim, pode passado, presente e futuro fazerem parte da própria consciência humana, e serem formadores de consciência histórica ou tempo histórico. Como dito anteriormente é no agir e interpretar de si mesmos que o homem pode trazer uma intencionalidade daquilo que é sentido a partir de suas experiências no tempo, podemos definir essa relação fenomenológica como o tempo histórico.

Uma terceira opção, aberta pela rumificação das aporias da fenomenologia do tempo, consiste em refletir sobre o lugar do tempo histórico entre o tempo fenomenológico e o tempo que a fenomenologia não consegue constituir, que chamamos de tempo do mundo, tempo objetivo ou tempo vulgar<sup>45</sup>. (Ricoeur, 2010, p.176. grifo do autor)

O que chamamos de tempo histórico é um elemento criador que está entre o tempo filosófico, que tem função clara de trazer um sentido existencial a vida humana, e o tempo físico, que funciona como um organizador da natureza e delimitador das compreensões

---

<sup>45</sup> Tempo Vulgar é definido pelo autor como aquela sequência de “agoras” formadores de um tempo relógio, que simultaneamente tem se passado de um agora, após agora. Em seu sentido maior é um “tempo do agora” que está relacionado ao fazer de si sobre a percepção do tempo pelo próprio homem. É o tempo do mundo, objetivo e sem as demais relações temporais as quais nós historiadores estamos habituados a caminhar sem nenhuma reflexão, é o tempo que foge de nossas próprias estruturas de pensamento histórico.

humanas sobre o espaço. Os “operadores do tempo histórico” fazem uma interpretação, mediando as leituras do tempo da natureza e aquele desenvolvido pela consciência humana, para ele é um “instrumento de leitura da temporalidade” desenvolvidos pela “prática de pensar o passado” (Moraes, 2020, p.59). Esses “operadores do tempo histórico” são: o calendário, o conceito de gerações, os procedimentos de arquivo, e a noção de vestígio.

Assim podemos afirmar que o tempo histórico carrega esses operadores em seu desenvolvimento, possibilitando a construção do ser no presente a partir de suas interpretações das diversas temporalidades (Moraes, 2020, p.59).

[...] os operadores do tempo histórico possibilitam esta leitura de maneira instrumentalizada (mimesis I). Figuram em enredos junto com ações e circunstâncias (mimesis II) e podem ser lidos e refigurados por outros agentes leitores (mimesis III) (Moraes, 2020, p.59).

Como coloca o autor, por essas *mímesis*<sup>46</sup> (representações) definidas por Ricoeur, podemos analisar a constituição de um tempo histórico e suas narrativas de maneira historiográfica, mas também de forma existencial “ontológica” para a definição que o ser humano dá, em sua consciência, ao sentido que o passado, principalmente, mas também as demais categorias temporais, tem na influência que exercem sobre os indivíduos (Moraes, 2020, p.59).

Se é o tempo histórico um terceiro tempo entre o físico e o filosófico, e sendo produzido pelos historiadores, é nas diferentes gerações humanas das nossas sociedades que encontraríamos a construção metafísica desse tempo, ou na sua “sucessão de gerações” como nos coloca Ricoeur:

O enriquecimento que o conceito de geração traz ao de história efetiva é, portanto, mais considerável do que se poderia suspeitar. Com efeito, a substituição das gerações subjaz, de uma ou de outra maneira, a continuidade histórica, com o ritmo da tradição e da inovação. (Ricoeur, 2010, p.186).

Para o autor a ideia de gerações está relacionada com as percepções do tempo histórico, afinal cada época está definidamente criando modos de agir e pensar, mentalidades, que são resultados dos efeitos políticos, sociais, econômicos e culturais daquele momento. Indefinidamente nesse movimento de mentalidades que se formam continuamente temos a construção de diversos agir sobre as intenções e de novas experiências, como já dito anteriormente, que vão estruturando aquilo que chamamos de tempo histórico. Ricoeur se utiliza das concepções de quatro autores: Kant, Dilthey, Karl Mannheim e Alfred Schutz.

---

<sup>46</sup> Do grego, imitar, para Paul Ricoeur formas de construir e interpretar as representações das narrativas, processo que ordena a temporalidade e possibilita seu entendimento. Dividido em três “tripla mimesis”, sendo elas: “pré-textual” entendimento da realidade, “configuração” da narrativa em escrita, “refiguração” interpretação da narrativa pelo outro. (RICOEUR, 2010)

A partir de Kant é abordado a ideia de responsabilidade e ética entre os sujeitos do presente com o futuro, de Dilthey ele traz a concepção de experiências e orientações em comum, e de Mannheim a ideia de influência geográfica que cada grupo está sujeito. Em todos os três autores, Paul Ricoeur, busca um sentido na prática historiográfica para superar a mera definição biológica que o conceito traz, levantando a questão da morte, do anonimato e do público (Moraes, 2020, p.65). O termo tem cada vez mais passado por mudanças e adaptações no meio das ciências sociais:

As certezas até então inabaláveis nas tradições e na ciência como fatores absolutos, foram trocadas por uma reflexão mais subjetiva acerca do mundo. Isso, no entanto, não quer dizer um mundo sem ordenamento social, mas que havia algo nesse ordenamento em transição e readaptação no tocante a novas urgências. Uma das evidências mais fortes desses novos tempos é, justamente, a das inovações tecnológicas, principalmente no mundo da informática e do que seria mais tarde conhecido como mundo virtual. (Santos, 2022, p.30).

Assim cada geração tem seu momento de criar um tempo histórico, e nisso teremos o embate, o choque, entre os “contemporâneos, os predecessores e os sucessores” usando os termos que Ricoeur (2010, p.190) empresta do sociólogo Alfred Schutz, para trazer assim uma noção de interações entre gerações e, podemos dizer, que essas se desenvolvem, se chocam e constroem suas respectivas noções de tempo.

Para Ricoeur, a noção de gerações como um operador do tempo histórico, ou seja, um meio de construir o pensamento do que vai ligar o tempo da natureza (astronômico/calendário) e tempo vivido (fenomenológico), faz-se um meio de notarmos a relação de temporalidade e de estabelecimento do pensamento histórico como efetivo na organização da vida prática (Ricoeur, 2010, p.190).

A experiência do outro é para ele um dado tão primitivo quanto a experiência de si, e, deve-se acrescentar, igualmente imediata. Essa imediatez é menos a de uma operação cognitiva do que a de uma fé prática: cremos na existência do outro, porque agimos sobre ele e com ele e porque somos afetados por sua ação. (Ricoeur, 2010, p.190, nota de rodapé)

É esse um espaço de análise e de construção do tempo histórico, como dito acima, entre contemporâneos, predecessores e sucessores, podemos enxergar diversas noções e construções diferentes de passado, presente e futuro. Onde, não necessariamente, vão ocupar respectivamente alguma temporalidade, mas sim construir uma noção geral das relações entre elas, e as percepções do outro e de si mesmo, para o autor é a partir desta relação de esfera interpessoal que se desenha o tempo (Ricoeur, 2010, p.191).

Na educação pensamos que dentro do ambiente escolar perceber as narrativas entre gerações, suas diferenças, rupturas e continuidades, é uma forma de possibilitar a construção do tempo histórico como um produto da nossa vivência e conseqüentemente a consciência histórica.

As gerações vão se sucedendo ao longo da história e carregam consigo noções e paradigmas diferentes, que podem ter origem na contradição ou continuidade dos predecessores: “Para Max Weber, a ‘orientação para o outro’ é uma estrutura da ‘ação social’. Também para ele é na prática que afetamos o outro e somos afetados por ele.” (Ricoeur, 2010, p.190, nota de rodapé)

Pertencem a ‘mesma geração’, segundo Dilthey, contemporâneos que foram expostos as mesmas influências, marcados pelos mesmos acontecimentos e pelas mesmas mudanças. O círculo assim traçado é mais amplo do que o do nós e menos vasto do que o da contemporaneidade anônima. Essa pertença compõe um “todo” em que se combinam uma bagagem e uma orientação comum. Recolocada no tempo, essa combinação entre influências recebidas e influências exercidas explica o que faz a especificidade do conceito de ‘sequência’ de gerações. E um ‘encadeamento’ oriundo do cruzamento entre a transmissão da bagagem e a abertura de novas possibilidades. (Ricoeur, 2010, p.188).

A sucessão e choque de gerações, a ser analisada a partir da prática do ensino de história, não é um fator físico, mas sim do âmbito histórico/ fenomenológico, está relacionada com os eventos, mentalidades e percepções que temos contato no espaço social, aqui pensado no meio escolar, em seus espaços físicos e metafísicos. Em uma escola temos as interações de diversas gerações, como professor e aluno, direção e aluno, professor e direção, isso se expande quando consideramos toda a comunidade escolar. São nestas particularidades de diferentes gerações interagindo que desenhamos esse choque de paradigmas e as possibilidades de se pensar as diferentes consciências históricas como resultado de cada geração e tempo.

Dessa forma que Paul Ricoeur coloca que não somos uma “contemporaneidade anônima”, mas sim um todo organizado a partir dessas relações em estruturas mentais e coletivas. Nessas “influências” temos o choque entre o que é novo e aquilo que já é contemporâneo, ou o novo e o que já passou, e ainda o que já passou e o contemporâneo, o definido “encadeamento” (2010, p.189). Para o autor encontra-se: “na escala intermediária da sequência de gerações, o equivalente histórico do *encadeamento* (*Zusammenhang*), tomado no sentido de conexão de motivação” (Ricoeur, 2010, p.189).

Essas relações entre gerações se desenvolvem como aquele operador do tempo histórico, mas também como uma organização das categorias de temporalidade, o que buscamos entender é que suas interações fazem parte da dinâmica do próprio estabelecimento de um tempo histórico.

Nos contatos entre as gerações teremos, isso pode-se observar mesmo no contemporâneo, conflitos devido aos diferentes paradigmas adotados<sup>47</sup>, ou mesmo as concepções políticas, culturais e econômicas que tendem a se transformar de acordo com cada

---

<sup>47</sup> Como paradigmas podemos entender os conceitos e definições que são estruturados e adotados em cada regime de temporalidade, que interagem entre si de forma dialética a partir das percepções de cada geração e no próprio tempo histórico.

geração (Santos, 2022). Podemos dizer mesmo que a sequência de gerações é uma forma da própria movimentação do tempo histórico ao mesmo tempo que o opera.

Entre as influências externas ao indivíduo, está o fenômeno da pós-modernidade. Essas gerações atuais não nasceram do nada, mas de toda uma gama de mudanças sociais, culturais, econômicas, bem como tecnológicas, que se intensificaram a partir da década de 1970. (Santos, 2022, p.30)

As narrativas da história, seus conceitos, as estruturas temporais, novamente podem aqui ser aplicados para percebermos essas mudanças e as interações que existem entre essas gerações, afim de entendermos as relações de predecessores e sucessores como não apenas um operador, mas uma característica do tempo histórico e um resultado do regime de temporalidade<sup>48</sup> a qual pertence metafisicamente.

O “choque de gerações”, será percebido através das diferenças em conceitos, noções de passado, ou futuro, podemos ver um choque de gerações nas rupturas que se desenvolvem ao longo de grandes momentos da história no tempo calendário. Um exemplo é o avanço em tecnologia de informação, no início do século XXI, e a ambientalização de uma geração de “residentes digitais” chamada de “geração Alpha” (Santos, 2022, p.32). As expressões, termos e conceitos são dos mais variados possíveis, os exemplos na história recente também não cessam. Como os movimentos da juventude “revolucionários” e “contracultura” da segunda metade do século XX.

Atualmente todos vivemos os mesmos fatores técnicos-científicos, mas como desenvolve Ricoeur, há uma série de outras influências que definem a sucessão de geração, por isso o termo choque é aquilo que por vezes podemos chamar de relações conflituosas, ou mesmo a noção dificultosa de interpretação do próprio contemporâneo:

A contemporaneidade perdeu o caráter de um compartilhar de experiências. A imaginação supre totalmente a experiência de um engajamento mútuo. A inferência substituiu a imediatez. O contemporâneo não está dado no modo antepredicativo. (Ricoeur, 2010, p.192)

Para o autor, as gerações, não buscam mais nas interações entre gerações compreender os diferentes motivos e elementos que abarcam cada pensamento, cada noção de personalidade criada, cada paradigma. Apenas se permite à imaginação a substituição da experiência e do engajamento com as mais diversas gerações de predecessores e sucessores, assim apenas sobre um conceito muito abstrato de suposições, que trazem consigo julgamentos e apelos nada compreensíveis, onde se organizam mais rupturas do que entendimentos de sequências

---

<sup>48</sup> Em R. Koselleck (2006) e F. Hartog (2013) nas concepções de tempo histórico os regimes de temporalidades são definidos como as formas com que cada geração interpreta as categorias de passado, presente e futuro e relaciona as mesmas para a construção do pensamento historiográfico de cada época. Os regimes de temporalidades podem durar várias gerações ou coexistirem com múltiplas características.

históricas unidas sobre um espaço social, criado, em si mesmo, conflituoso e pouco reflexivo (Ricoeur, 2010).

Não que a sucessão natural do tempo calendário não permita a construção de uma narrativa de superações e rupturas, mas segue-se que no tempo propriamente histórico as rupturas e paradigmas de cada geração estão mais ligadas a movimentos predecessores, e o relacionamento que uma contemporaneidade define para com eles (MORAES, 2020), o que muitas vezes não implicam tantas diferenças, acima, no que definimos, temos mais uma visão psicológica e interpretativa (narrativa) dos fatores que levam aos choques de gerações, porém esses fatores podem ser observados e refletidos como um objeto de construção daquilo que já definimos como consciência histórica.

Os limites dessas relações podem-se definir como percepções da temporalidade histórica em diferentes ordens que confluem no mesmo espaço de vivência social. O que nos levaria a um choque geracional promovido pelos próprios indivíduos e suas diferentes percepções e consciências. Porém fica claro aqui que o espaço escolar é um espaço de conflito no tempo histórico e nas suas relações entre gerações de passado, presente e futuro, as compreensões que já abordamos deixam claro, como que na contemporaneidade os avanços tecnológicos e as configurações de percepções sociais têm incentivado cada vez mais esses choques de gerações: “os ancestrais e os sucessores são *outros*, carregados de um simbolismo opaco, cuja a figura vem ocupar o lugar de um Outro” (Ricoeur, 2010, p.197).

Compreender as relações do espaço histórico-geracional em que se vive pode ser utilizado como um meio de não só aplicar aquele conhecimento histórico proposto em currículo, mas também de se criar um espaço de ensino que seja orientador e prático, no significado existencial que a história pode ter na vida coletiva e individual de cada um de nós. (Rüsen, 2001)

O ensino de história somado as possibilidades das narrativas geracionais, pode vir a ser um expressivo fator de impulso da aplicação e desenvolvimento da história enquanto ciência, pela sua função de orientação existencial da vida humana (Rüsen, 2001). Assim, com a concepção de choques geracionais, abre um espaço de compreensão da realidade não apenas física, mas psicológica, levando a uma percepção histórica, uma vez que há nessa potencialidade do tempo a capacidade de ser organizado, pelas diversas gerações, em diferentes regimes de temporalidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, José D'Assunção de Barros. O tempo dos Historiadores. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes & NADAI, Elza. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: O Ensino de História e a Criação do Fato. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- FERNANDES, Aurelio Silva. As concepções de ensino de história e a consciência histórica. Um estudo com alunos do 3º ano do ensino médio regular, 2016. 138f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, Profhistória, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.
- HARTOG, François. Regimes de Historicidade: presentismo e experiências no tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- MORAES, Iury Ercolani. A configuração da narrativa histórica segundo Paul Ricoeur (1913-2005). Dissertação (mestrado em história) – Faculdade de história, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2020.
- REIS, José Carlos. O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e “Annales”: uma articulação possível. Síntese nova Fase, v.23, n.73, p.229-252. 1996.
- ROSATI, Luisa Duque Estrada. O Tempo histórico em sala de aula: desafios e possibilidades. 2016. 136f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, Profhistória, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.
- RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Práxis Educativa. Ponta Grossa. v. 1, n. 2, p.7-16, jul.-dez. 2006.
- RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. Revista história da historiografia, Ouro Preto, n.2, p. 163-209, março de 2009.
- SANTOS, Roberto Eduardo Carneiro dos. Redes digitais e ensino de História: produção, recepção e aprendizagem por meio da internet na perspectiva da História Pública entre alunos da geração Z e Alpha. 2022. 119f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissional

em Ensino de História, Profhistória, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

SCALDAFERRI, Dilma Célia Mallard. Concepções de tempo e ensino de história. História & Ensino. Londrina, v. 14, p. 53-70 ago. 2008.

SIMAN, Lana Mara de Castro. A Temporalidade Histórica como Categoria Central do Pensamento Histórico: Desafios para o Ensino e a Aprendizagem. In: ROSSI, Vera L. Sabongi; ZAMBONI, Ernesta (org.). Quanto tempo o tempo tem! Campinas: Alínea, p. 109-143. 2003.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. Revista Sociedade e Estado – Volume 25. Número 2 maio/agosto, 2010.

# A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFERIORIDADE FEMININA: IMPACTO DAS JUSTIFICATIVAS MIDIÁTICAS

Gabriella Miranda Lovo



O início do século XX experienciou a modernização e transformações fundamentais no Brasil no âmbito político, social, econômico e principalmente social como a ditadura Vargasista, os modelos desenvolvimentistas nacionais que impulsionam drasticamente o embrião da modernização e industrialização brasileira, a popularização radical dos meios de comunicação e nosso objeto de estudo, a mulher tornando-se paulatinamente o foco dentro das discussões sociais.

Nesse sentido, encontramos a imagem da mulher tomando destaque nos meios de comunicação, e em especial, na revista “O Cruzeiro” que em 1928 começa a fazer parte do Diários Associados após a compra do empresário Assis Chateaubriand. Idealizada primeiramente pelo jornalista Carlos Malheiro Dias, sendo uma revista que trataria assuntos do cotidiano da sociedade brasileira, a revista continua com os mesmos direcionamentos de seu primeiro idealizador porém com algumas mudanças feitas por Chatô.

As alianças e influências de Assis Chateaubriand, induzia e motivava publicações que se alinhavam à ideologia política do momento, uma vez que, seu amigo, Getúlio Vargas colaborou com uma grande ajuda financeira para o lançamento e divulgação da revista. Dessa maneira, O cruzeiro se diferenciava por tratar de assuntos variados, desde o cotidiano da classe média brasileira até informações do cenário político exterior.

No desenvolvimento e ascensão da revista podemos dividir sua trajetória em três principais fases: A primeira fase sendo esta um ano após Chatô comprar a revista, ou seja 1928. Esse primeiro momento é marcado pela manutenção de padrões estéticos e editoriais ainda do século XIX, ademais, as fotografias já aparecem no periódico, mas longe de serem o destaque da revista.

A segunda fase pode ser entendida a partir de 1930 a qual apostava no modelo de revista recheada de imagens mas que por muitas vezes não mantém ligação nenhuma com a narrativa trabalhada. Nesse momento, fotos de artistas do cinema internacional eram usadas nas capas da revista, e matérias eram escritas com base em imagens que, muitas vezes, poderiam não obedecer ao real (Neto, 1998).

A terceira fase, dada em 1940 até 1960, é uma etapa de consideráveis mudanças nos padrões editoriais, como a entrada da fotorreportagem (Mauad, 1990). Nesse sentido, compreendemos que o fenômeno da fotorreportagem mudou radicalmente a forma de editar e abordar temas da revista. De acordo com Vieira (2014):

Foi nessa última fase que várias seções tematizadas para o público foram inauguradas, como os espaços para as mulheres, um diferencial perante as demais publicações da época. O Cruzeiro foi uma revista diversificada, mas teve espaços distintos para mulheres e homens. É também visível a grande quantidade de propagandas de bens de consumo que inundam as páginas do periódico, moldando os interesses do público leitor para um dita cultura de massa, no qual a urbanização tornava cada vez maior a necessidade de inundar a população com bens. (Vieira, 2014, p. 21)

Ou seja, é nesse momento da década de 1940 que o espaço destinado às mulheres na revista toma forma e se adapta aos interesses do público, o qual neste momento já está, de certa maneira, fracionado de acordo com as seções elaboradas pela revista. Assim, entre as décadas de 1940 e 1960 *O Cruzeiro* começa a ser caracterizado como uma revista feminina, isto é, direcionado ao público feminino, sendo uma importante fonte de informação e referência para as mulheres, principalmente leitoras de classe média (Bassanezi, 1993).

### **A SESSÃO “DA MULHER PARA MULHER”**

Podemos acompanhar o desenvolvimento e ascensão da revista através da categorização feita acima, dividindo por fases que diferenciavam cada década com as mudanças adotadas pela revista. A sessão que iremos trabalhar, “Da Mulher para a Mulher” é criada pela revista em 1940 abordando temas que tratam dos problemas da vida doméstica e aconselhava o público feminino a melhor maneira de manter a família, o lar e o cônjuge feliz.

Embora não fosse oficialmente classificada como uma revista feminina, *O Cruzeiro* dedicava aproximadamente metade de suas publicações ao público feminino. Esse direcionamento ficava evidente no espaço significativo que as edições semanais reservavam a temas considerados "femininos". Esses assuntos, em sua maioria, reforçavam ou adaptavam os papéis sociais das mulheres, com o objetivo de preservar a moral e os bons costumes da época. A revista promovia um modelo familiar idealizado, que refletia os valores da classe média urbana: uma família composta por indivíduos brancos, heterossexuais e com papéis de gênero rigidamente definidos. Essa abordagem não era isolada, mas parte de uma estratégia mais ampla das revistas do período, como observa Bassanezi: "As revistas femininas penetram no espaço doméstico e procuram atuar como guias de ação, conselheiras persuasivas, companheiras de lazer ou alienação" (Bassanezi, 1993, p. 112).

Entre os vários espaços da revista destinados ao público feminino, destacava-se a seção *Da Mulher para Mulher*, que foi publicada ininterruptamente durante 23 anos, de 1940 a 1963. Assinada por Maria Teresa, a coluna se caracterizava como um consultório sentimental e estabelecia um vínculo íntimo com suas leitoras, maior do que o observado em outras seções.

No entanto, apesar de sua assinatura constante, Maria Teresa não aparece nos registros oficiais da empresa. Essa ausência levanta questões sobre a autoria da seção, sugerindo a possibilidade de que os textos fossem escritos por um grupo de redatores, por uma mulher sob pseudônimo ou até mesmo por homens. É sabido que, no início, o pseudônimo foi adotado por Accioly Netto, enquanto a influência moralizante vinha de Amélia Whitaker, esposa de Leão Gondim, primo de Assis Chateaubriand e maior acionista da Gráfica *O Cruzeiro*.

A seção *Da Mulher para Mulher* ocupava, em média, de duas a três páginas em cada edição e era estrategicamente posicionada nas últimas páginas da revista, geralmente a partir da página 70. Esse posicionamento era baseado na crença de que as mulheres tinham o hábito de começar a leitura pelo final. Essa escolha editorial reforçava a ideia de que o público feminino era uma parte crucial dos leitores de O Cruzeiro.

As leitoras enviavam cartas que abordavam diversos temas de interesse, incluindo casamento, felicidade conjugal, o papel da mulher no lar, conduta feminina, infidelidade, namoro e amores proibidos. Tais correspondências refletiam preocupações cotidianas das mulheres da época e forneciam material para as respostas moralizantes e didáticas da autora.

De acordo com Blumberg, "a predominância de assuntos ligados ao matrimônio, à família e às atividades domésticas nas revistas demonstrava que tipo de papéis sociais as mulheres deveriam desempenhar" (Blumberg, 2013, p. 49). Esse enfoque ignorava deliberadamente qualquer menção a conquistas políticas femininas ou a mudanças nos padrões sociais. O objetivo principal era consolidar a imagem da mulher como esposa dedicada, dona de casa exemplar e figura central na manutenção do lar. Nesse sentido, a seção funcionava como uma ferramenta de reforço cultural, moldando as expectativas sociais em torno do que significava ser mulher na sociedade brasileira de meados do século XX.

As cartas enviadas pelos leitores eram a base da seção, o que conferia a ela o caráter de consultório sentimental. A dinâmica era simples: as leitoras expunham suas dúvidas, dilemas e questões sobre suas vidas pessoais, buscando conselhos. As respostas da autora não apenas ofereciam soluções para esses problemas, mas também eram impregnadas de valores sociais e políticos que reforçavam os papéis tradicionais de gênero. Cunha (2009, p. 5) observa que, embora a seção fosse direcionada principalmente às mulheres, ocasionalmente recebia cartas de homens. Esses casos não apenas ampliavam o alcance do discurso moralizante, mas também evidenciavam como a seção influenciava as relações entre os sexos, consolidando estereótipos de masculinidade e feminilidade.

A linguagem adotada pela autora era propositalmente direta e pessoal, criando uma atmosfera de intimidade e confiança. A autora se posicionava como uma amiga mais experiente, oferecendo conselhos em tom persuasivo, mas sempre alinhados aos valores morais predominantes. Essa relação de proximidade era essencial para que a seção cumprisse sua função de orientação e controle social. Como apontam Bassanezi e Ursini (2008, p. 245-246), os conselhos eram frequentemente marcados por um discurso moral que favorecia a liberdade sexual masculina, enquanto impunha restrições severas à sexualidade feminina. Essa lógica binária reforçava a distinção entre "moças de família" e "mulheres levianas", perpetuando estigmas e alimentando a divisão de gênero na sociedade.

Apesar de sua função moralizante, a seção também revelava contradições e conflitos inerentes aos discursos hegemônicos. Por meio das cartas dos leitores, é possível perceber a coexistência de experiências diversas, que ora se alinhavam aos padrões tradicionais, ora desafiavam essas normas. Isso evidencia que, mesmo em um espaço tão fortemente regulamentado, havia brechas para a expressão de vivências e questionamentos que escapavam ao controle ideológico da revista.

Outro aspecto fundamental da seção era seu caráter pedagógico. Através de suas respostas, a autora buscava educar homens e mulheres sobre como deveriam se comportar em diferentes situações. Como afirma Bassanezi (1993, p. 112), "as revistas femininas penetram no espaço doméstico e procuram atuar como guias de ação, conselheiras persuasivas, companheiras de lazer ou alienação." Essa função educativa se manifestava na tentativa de moldar os leitores dentro de um ideal de comportamento que conciliava saberes populares e científicos. Braga (2003, p. 17) aponta que as revistas desse período recorriam a uma "sabedoria leiga" que integrava elementos da medicina, estética e moralidade para se posicionar como uma autoridade sobre o corpo e o comportamento femininos.

Em última análise, a seção *Da Mulher para Mulher* exemplifica como as revistas da época funcionavam como ferramentas de controle social, regulando a moralidade e os padrões de comportamento de homens e mulheres. Embora seu discurso predominante fosse alinhado aos valores conservadores, as cartas enviadas pelos leitores revelam que esses padrões estavam longe de ser universais, refletindo as tensões e mudanças que caracterizavam a sociedade brasileira durante as décadas de 1940 e 1950.

## CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar o papel social representado nas páginas da revista *O Cruzeiro*, com foco especial na seção *Da Mulher para Mulher*. A pesquisa revelou como a revista, no contexto social, político e cultural da década de 1940, atuava na formação de identidades de gênero, reforçando papéis sociais tradicionais que limitavam as possibilidades de atuação das mulheres, com ênfase no seu papel voltado para o lar e para os deveres familiares. A seção *Da Mulher para Mulher*, ao abordar temas como matrimônio, moralidade e conduta feminina, servia como uma ferramenta pedagógica que, embora apresentasse uma linguagem coloquial e de proximidade, visava reforçar normas de comportamento, controlando as atitudes tanto das mulheres quanto dos homens.

Através da análise das cartas enviadas pelas leitoras e das respostas publicadas, foi possível observar as tensões entre a tradição e a modernidade, à medida que as mulheres questionavam os padrões impostos pela sociedade. Embora a revista procurasse preservar a

visão conservadora da mulher, o contexto de mudanças sociais e políticas, como o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e a conquista de direitos como o voto, gerava uma resistência que não podia ser completamente ignorada. Nesse sentido, *O Cruzeiro* refletiu e ao mesmo tempo contribuiu para a perpetuação de estereótipos de gênero, evidenciando a forma como os discursos midiáticos moldam a percepção pública sobre os papéis sociais de homens e mulheres.

O estudo da revista e de sua seção *Da Mulher para Mulher* é essencial para compreender o impacto da mídia na construção de normas de gênero no Brasil das décadas de 1940 e 1950. Ao revisitar essas representações, é possível perceber como a mídia contribuiu para a manutenção de uma visão estreita sobre o papel feminino, ao mesmo tempo em que refletia as contradições e os desafios de um período de transformação social. Dessa forma, este trabalho contribui para um debate mais amplo sobre as relações de gênero e a importância de revisitar fontes históricas para compreender as narrativas que ainda influenciam as construções de identidade e poder na sociedade contemporânea.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSANEZI, Carla; URSINI, Leslye Bombonato. O Cruzeiro e as garotas. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 4, p. 243–260, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1770>. Acesso em: 25 out. 2024.

BLUMBERG, Natália Simanke. Da mulher para a mulher: o papel feminino na revista O cruzeiro. 2013.

BRAGA, Adriana. Corpo e Mídia: fragmentos históricos da imprensa feminina no Brasil. Encontro nacional da rede alfredo de carvalho, v. 1, 2003.

CUNHA, Jorge Luiz. Et al. Cartas de Homens: O Discurso sobre a Masculinidade na seção “Da Mulher para a Mulher” na década de 50. In: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisa, 2009, Campinas. Anais. Campinas: FE/UNICAMP, p.01-12, 2009

MAUAD, Ana Maria. Sob o signo da imagem: A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. 1990. (Tese de doutorado) – UFF, Niterói

NETTO, Acciolly. O Império de Papel – Os Bastidores de O Cruzeiro. – Porto Alegre: Sulina, 1998.

VIEIRA, Paula de Oliveira. O lugar da mulher nas páginas de O Cruzeiro: O caso de elegância e beleza e da mulher para a mulher na década de 1960. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

## REALIZAÇÃO:

Departamento de  
HistóriaPROF HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

DIVERSITAS

Fruto dos debates realizados na XXVII Semana de História da UEM, a Coleção Ensaios materializa o conhecimento em movimento. Organizada coletivamente por pesquisadores da área de História, esta série reúne trabalhos que se destacam pela análise crítica e pela capacidade de conectar o passado aos dilemas contemporâneos. Uma iniciativa que celebra o diálogo acadêmico e o torna acessível a todos os interessados em pensar a sociedade de forma mais profunda.

